

Sumário

1. Atividades do emissor	7
1.1 – Breve Histórico: descrever sumariamente o histórico do emissor	7
1.2 – Sumário: descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas	7
1.3 – Segmentos operacionais: em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações	19
1.4 – Segmentos operacionais: em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:	9
1.5 - Clientes relevantes: identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:	27
1.6 – Regulação estatal: descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:	28
1.7 – Países de atuação: em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:	34
1.8 – Países estrangeiros: em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor	34
1.9 – ASG: em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:	36
1.10 – Economia mista: indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:	38
1.11 – Operação não usual nos negócios: indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	39
1.12 – Operações relevantes: indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	40
1.13 – Acordo de acionistas: indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	41
1.14 – Condução dos negócios: indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	42
1.15 – Contratos não usuais: identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	43
1.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	44
2. Comentários dos diretores	45
2.1 – Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:	45
2.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:	57
2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:	45
2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:	61
2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros,	

impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:	63
2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente	65
2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:	66
2.8 – Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:	68
2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:	69
2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:	70
2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção	70
3. Projeções	73
3.1 – As projeções devem identificar:.....	73
3.2 - Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores.....	74
4. Fatores de risco	75
4.1 - Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:	75
4.2 – Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.....	75
4.3 – Riscos de mercado: descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros	108
4.4 – Processos: descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas	111
4.5 -.....	113
4.6 – Processos sigilosos: em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.....	114
4.7 – Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.....	115
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	116
5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:	116
5.2 – Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:	117
5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:	117

5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos	124
5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	125
6. Controle e grupo econômico	136
6.1 /6.2 - Grupo de acionistas: identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:.....	136
6.3 – Distribuição de capital: em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas	140
6.4 – Participação em sociedades: indicar as sociedades em que o emissor tenha participação e que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, informando:	141
6.5 – Organograma: inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; b. principais controladas e coligadas do emissor; c. participação do emissor em sociedades do grupo; d. participação de sociedades do grupo no emissor; e. principais sociedades sob controle comum ..	142
6.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	143
7. Assembleia geral e administração	144
7.1 – Órgãos da administração: descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:	144
7.2 – Conselho de Administração: em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:	144
7.3 – Administradores: em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	153
7.4 – Comitês: fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	157
7.5 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	159
7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; e c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	160
7.7 - Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções	161

7.8 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	162
8. Remuneração dos administradores.....	163
8.1 – Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:.....	163
8.2 – Valores da remuneração: em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:	169
8.3 – Remuneração variável: em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:	173
8.4 – Plano de remuneração baseado em ações	176
8.5 – Remuneração baseada em ações: em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:	177
8.6 – Outorgas: em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:.....	178
8.7 – Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:	179
8.8 – Opções exercidas: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:	180
8.9 – Entrega de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:	181
8.10 – Outorga de ações: em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:	182
8.11 – Ações entregues: em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:	183
8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:	184
8.13 – Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão	185
8.14 – Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações.....	186
8.15 – Remuneração mínima, máxima e média: em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal	187

8.16 – Mecanismos de indenização: descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.....	189
8.17 – Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto	190
8.18 – Remuneração de funções que não a função que ocupam: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados	191
8.19 – Valores reconhecidos no resultado de outras sociedades: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos	192
8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	193
9. Auditores	194
9.1 / 9.2 – Auditores independentes: em relação aos auditores independentes, indicar:.....	194
9.3 – Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes	196
9.4. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.....	197
10. Recursos humanos	198
10.1 – Recursos humanos: descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações	198
10.2 – Alterações relevantes: comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima.....	202
10.3 – Remuneração: descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:	203
10.4 – Sindicatos: descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.....	204
10.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	205
11. Transações com partes relacionadas	206
11.1 - Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação,	

data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	206
11.2 - Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente.....	207
11.3 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	209
12. Capital social e valores mobiliários	215
12.1 - Informações sobre o capital social	215
12.2 – Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiados no tocante a:.....	216
12.3 – Descrever outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.....	217
12.4 - Número de titulares de cada tipo de valor mobiliário descrito no item 12.3, conforme apurado no final do exercício anterior	219
12.5 - Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.....	220
12.6 – Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:	221
12.7 – Descrever títulos emitidos no exterior, quando relevantes, indicando, se aplicável	222
12.8 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:.....	223
12.9 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	224
13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário.....	225
13.1 – Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas	225
13.2 - Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores devidamente assinada	228

1. Atividades do emissor

1.1 – Breve Histórico: descrever sumariamente o histórico do emissor

A Companhia possui um histórico de crescimento no segmento de produção de ovos em todo o Brasil. Sua história pode ser dividida em três fases:

(i) Fundação e desenvolvimento

O grupo econômico da Companhia, composto pela Granja Faria S.A. e suas controladas, e pelas atividades de integração desenvolvidas pelas unidades do de seu sócio fundador, Ricardo Faria, na condição de produtor rural ("Produtor Rural" ou "Ricardo Faria" e "Grupo", respectivamente), nasceu em 2006, em Nova Mutum/MT, para suprir a necessidade da empresa BRF S.A. na produção de ovos férteis, por meio do sistema de integração entre a BRF S.A. e o Produtor Rural, e no ano de 2008, ainda em parceria com a BRF, iniciou a produção de ovos férteis na cidade de Videira/SC, expandindo suas operações, um ano depois, para a cidade de Fazenda Vila Nova/RS.

(ii) Programa de expansão e parcerias ao longo da jornada

Ao longo de sua trajetória, o Grupo desenvolveu uma rede de parcerias com o objetivo de atingir maior alcance na comercialização de seus produtos, além de realizar aquisições estratégicas que para aumentar sua capacidade de produção.

Sendo assim, em 2012 o Grupo firmou uma parceria com a até então Tyson (atual JBS), na produção de frango de corte na cidade de Campo Mourão/PR, iniciando uma expansão nos seus negócios. Em 2013, através de uma transação na cidade de Lauro Muller/SC, o Grupo adquiriu a Avícola Catarinense (antiga denominação da Granja Faria S.A.), que há mais de 24 anos atuava no mercado avícola com produção própria de ovos férteis e pintinhos, e com a entrada de seu atual acionista controlador, Ricardo Faria, dobrou os negócios. Também em 2013, a Companhia adquiriu uma propriedade em Erval Velho/SC, onde mantém a produção de ovos férteis visando o mercado externo.

Já em 2018 o Grupo iniciou o processo de produção e comercialização de ovos comerciais, com a fundação da Ares do Campo em Palhoça/SC, marca de ovos comerciais especiais, além de adquirir empresas de produção de ovos comerciais nas cidades de Darcinópolis/TO, Arapongas/PR e Farroupilha/RS. No ano seguinte, as aquisições da ASA em Nepomuceno e IANA em Itanhandu, em Minas Gerais, foram responsáveis por triplicar o tamanho das operações.

No ano de 2020, houve a aquisição da Avimor, em Nova Prata/RS, produtora da marca Ovos Prata e no ano seguinte o Grupo adquiriu a Alexaves, na cidade de Alexânia/GO. Todas as operações demonstraram-se importantes para o desenvolvimento territorial e operacional ofertado pela Companhia nos anos que se sucederam, corroborando na evolução do seu desempenho conforme os anos. Concomitantemente, a Companhia desenvolveu sua rede de distribuição, contando, atualmente, com 16 unidades de distribuição de ovos comerciais, 1 incubatório e 10 unidades de ovos férteis em conjunto com as atividades desenvolvidas pelo sócio fundador como Produtor Rural, considerando a aquisição da BL Ovos, com atuação nos

estados do Espírito Santo, Bahia e Goiás, em fevereiro de 2023, que manteve o processo de expansão do Grupo.

(iii) Companhia aberta

Em 2020, a Companhia iniciou seu processo de captação de recursos no mercado de capitais através da sua primeira emissão de debêntures. Em 2023, este processo avançou e a Companhia passou a ter suas ações listadas no segmento básico da B3, tendo como plano futuro sua contínua participação no mercado de capitais, incluindo a realização de futura oferta pública inicial de ações (IPO).

1.2 – Sumário: descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

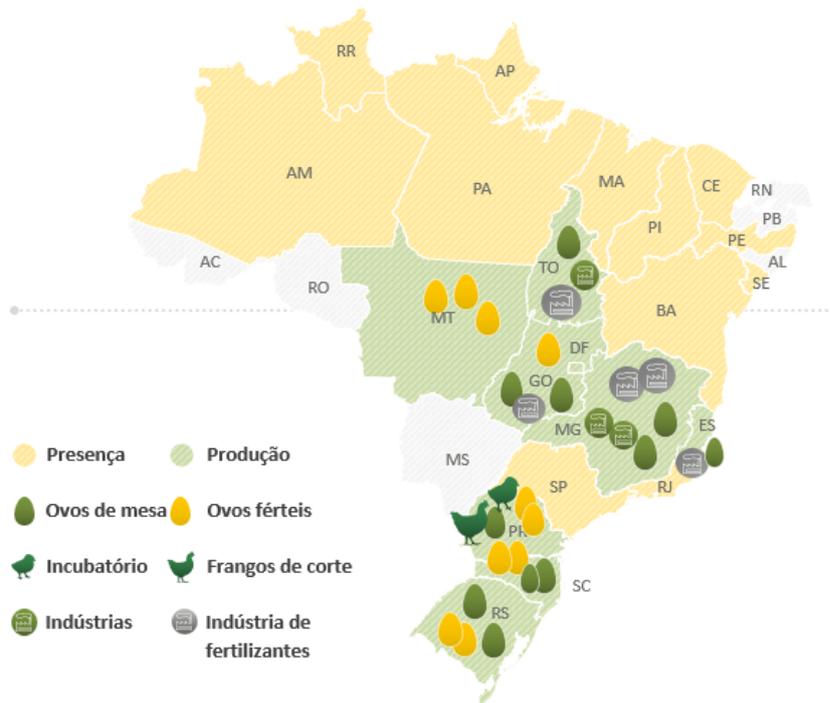
Somos uma produtora de ovos do Brasil, contando com um portfólio completo de produtos de diversas marcas que abrangem todo o território nacional. Com mais de 15 anos de história, atuamos na produção de ovos comerciais, férteis, pintinhos de 1 dia, produtos processados, bem como na prestação de serviços de incubação, com foco em biossegurança e incentivando uma visão de dono entre nossos colaboradores. Após a aquisição da Ovos BL em fevereiro de 2023, possuímos atualmente 10 unidades de ovos férteis, 1 incubatório, 11 unidades de produção de ovos comerciais e 3 indústrias de produção de ovos processados, além de termos relacionamento com cerca de 60 produtores rurais integrados, com uma capacidade total de incubação de 11 milhões de ovos e uma produção de cerca de 7 milhões de caixas de ovos comerciais por ano. Entre 2020 e 2022, apresentamos um crescimento de 81,6% em nossa receita líquida e 220,3% em nosso EBITDA, totalizando R\$ 1.187,8 milhões e R\$ 471,2 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022.

Através das nossas 9 marcas, Granja Faria, Ares do Campo, ASA, Iana, Marutani, Ovos Prata, Stragliotto, Alexaves e Ovos BL, garantimos uma cobertura nacional no oferecimento de nossos produtos, estando presentes em estados das regiões Sul a Norte do Brasil, os quais representam, em conjunto mais de 80% do PIB nacional e 90% da população total¹. Além disso, em 2022 exportamos nossos ovos férteis para 4 países², sendo responsáveis por cerca de 25% da exportação do mercado brasileiro de ovos³.

¹ Em 2020, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

² México, Bolívia, Emirados Árabes Unidos, e Senegal.

³ De acordo com dados da Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte.



Fonte: Companhia

Operamos em instalações que prezam pelo bem-estar de nossas aves, controlando de maneira rígida seu ciclo de vida, e pela uniformidade de nossa produção, com baixa pegada de carbono.



Acompanhamos diariamente nossa produção por meio de equipamentos tecnológicos de ponta e do monitoramento de detalhado de KPIs, procurando garantir qualidade dos ovos e assegurar o bem-estar de nossos animais. Tal acompanhamento é fundamental para o controle

dos ciclos das aves e para garantir a uniformidade na produção tanto de ovos comerciais tanto como de ovos férteis.

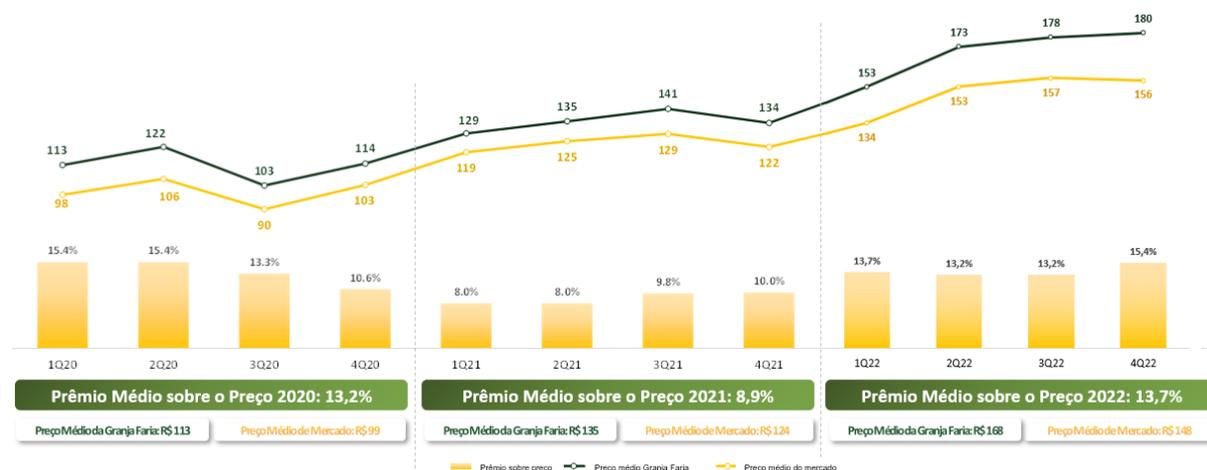
NOSSOS NEGÓCIOS

Atuamos em três principais linhas de negócio: (i) ovos comerciais; (ii) ovos férteis; e (iii) fertilizantes, cujas principais características estão descritas abaixo.

Ovos comerciais

Nossa produção de ovos comerciais no Brasil é estimada em mais de 7 milhões de caixas de ovos por ano e 10,6 milhões de galinhas poedeiras alojadas, representando um *market share* de aproximadamente 5%⁴. Nossa operação tem alcance nacional, com 11 unidades de produção distribuídas em 7 estados.

Em decorrência de nossa posição de mercado, conseguimos praticar um prêmio sobre o preço médio de mercado nos últimos anos em nossa vertical de ovos comerciais:



Fonte: Companhia. Considera-se o preço da caixa de ovos com 360 unidades

Nossas marcas (Ares do Campo, ASA, Iana, Marutani, Ovos Prata, Stragliotto e Ovos BL) possuem reconhecimento regional em suas áreas de atuação, oferecem uma gama de produtos e estão presentes em 20 estados em todas as regiões do país.

⁴ Estimativa tomando como base a produção total brasileira, de acordo com números da Associação Brasileira de Proteína Animal.



Fonte: Companhia

Além disso, possuímos uma capacidade logística de distribuição capaz de realizar mais de 470 entregas por dia e de 10,5 mil entregas por mês, composta por 16 unidades de distribuição e uma frota própria de cerca de 370 caminhões, além de uma estrutura de *cross-docking* que permite o fracionamento da carga para distâncias superiores a 500km.

Temos também uma base diversificada de clientes, incluindo redes varejistas de supermercado, redes varejistas de mercados locais, atacarejos e restaurantes, com os quais mantemos relacionamentos de longo prazo, sem, contudo, qualquer dependência: nenhum cliente representa mais de 10% da nossa produção total.

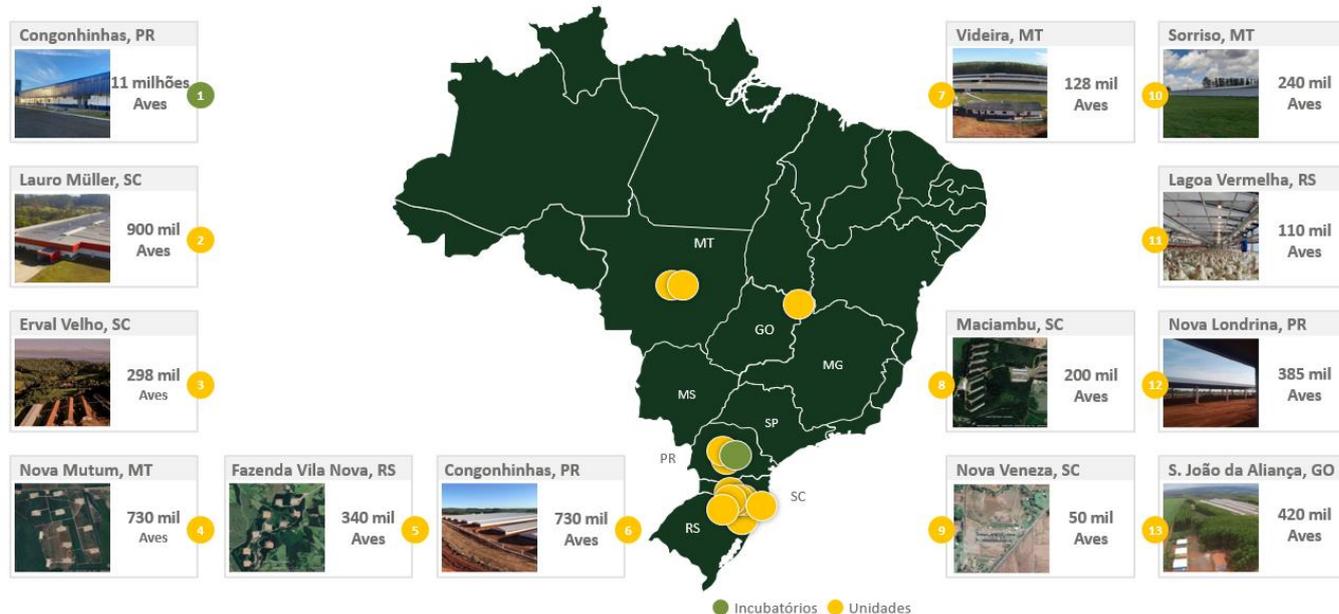
Adicionalmente, pensando em fortalecer nossa estratégia B2C, criamos uma rede de restaurantes que se utiliza de comidas clássicas com o ovo como principal ingrediente, em mais de 20 pratos, o qual conta com 2 unidades em São Paulo e Minas Gerais, chamada *Eggy*. Por meio da *Eggy*, conseguimos estar próximos de nossos consumidores finais, para melhor entender as tendências de consumo e, conseqüentemente, oferecer nossos produtos de forma mais assertiva.

Ovos férteis

Nossa produção estimada de ovos férteis é superior a 40 milhões de ovos por mês, totalizando mais de 500 milhões de ovos férteis produzidos por ano, por meio de nossos mais de 3,5 milhões de galinhas poedeiras, considerando a produção de nosso acionista controlador na condição de produtor rural.

Possuímos uma capilaridade na produção de ovos férteis, contando com 13 unidades de produção (12 granjas e 1 incubatório), distribuídos em 5 estados (MT, GO, PR, SC e RS). Essa

escala nos proporcionou alcançar um posicionamento de liderança dentro do mercado brasileiro com um market share estimado de 6%⁵.



Fonte: Companhia

Além de nossa escala, temos uma base de clientes diversificada, incluindo os maiores produtores de frango do país, com os quais mantemos relacionamentos de longo prazo.

Fertilizantes

Com o objetivo de transformar os resíduos de nossa produção em um negócio rentável, começamos a produzir fertilizantes organominerais utilizando o esterco gerado pelas galinhas poedeiras como matéria prima. Atualmente temos 3 unidades de produção em 2 estados (TO e MG).

Através da Fertifar (a vertical do grupo Granja Faria responsável pela produção de fertilizantes), nosso produto (FARPhos) é produzido a partir da combinação do esterco de nossas galinhas poedeiras, de rocha fosfática e de uma bactéria responsável por solubilizar a mistura. O FARPhos é utilizado na produção de grãos e atua como importante fonte de NPK e micronutrientes para o solo.

Além disso, nossa produção de fertilizantes é totalmente integrada com nossas granjas de ovos fomentando a economia circular: o esterco das galinhas poedeiras é matéria prima do fertilizante organomineral, que é utilizado na plantação de grãos e os grãos, que por sua vez, são a principal fonte de alimentação das galinhas.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

⁵ Estimativa tomando como base a produção total brasileira, de acordo com números da Associação Brasileira de Proteína Animal.

Posição de liderança no mercado brasileiro de ovos e proteínas, com marcas reconhecidas pelo público

Possuímos marcas próprias nacionalmente conhecidas, com penetração em todo o território nacional. Adicionalmente, contamos com instalações customizadas, incluindo a infraestrutura para incubadoras, de modo a permitir uma produção eficiente.

Nosso cuidado com a produção nos assegura resultados de taxa de eclosão baixa em um processo customizado para cada cliente, o que assegura ovos de qualidade. Ainda, de forma a garantir um processo de distribuição eficiente, contamos com logística especializada para o segmento com grande capilaridade nacional.

A combinação entre nosso volume de vendas, o alcance de nossos produtos por meio de diversos canais de distribuição, o nosso sortimento de produtos e o amplo reconhecimento de nossas marcas favorece a execução de nossa estratégia de negócio e nos coloca em posição privilegiada para melhor aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo mercado de ovos e proteínas e para atender à alta demanda nacional por nossos produtos.

Linhas de negócio diversificadas com oferecimento de um amplo mix de produtos

Somos especialistas em ovos férteis e pintos de um dia, além de produzirmos ovos comerciais. A variedade do nosso portfólio nos permite atingir diferentes mercados e consumidores, bem como permite que sejamos resilientes e tenhamos um crescimento consistente ainda que a demanda por determinada linha de produto diminua.

Capacidade de armazenamento única combinada com estratégia “best-in-class” para compras de grãos

Um dos principais custos para a criação de aves é a compra de grãos para alimentação das galinhas, sobretudo milho e farelo de soja, que juntos correspondem a mais de 60% do custo total. De forma a administrar esse custo, contamos com um time experiente e 100% dedicado à compra de grãos, o qual segue uma estratégia de hedge para minimizar o risco de volatilidade dos preços dos grãos ao longo do tempo.

Adicionalmente, contamos com um parceiro comercial estratégico para o fornecimento de farelo de soja e milho, uma vez que nosso acionista controlador também é proprietário da Terrus S.A., empresa detentora da marca Insolo, uma das maiores produtoras de grãos do Brasil, o que nos propicia acesso amplo a uma informação em tempo real a respeito do preço dos grãos (embora sem qualquer dependência), nos permitindo ter uma maior previsibilidade e inteligência de compra.

Por fim, possuímos uma capacidade de armazenamento de mais de 120 mil toneladas de grãos, o que nos permite flexibilidade no nosso inventário.

Empresa com cultura de dono e com padrões de governança rigorosos

Nossa administração é composta por profissionais com experiência na indústria, sendo que a maioria dos membros da Diretoria Executiva trabalha na Companhia há pelo menos 4 anos,

demonstrando uma cultura corporativa marcada pelo sentimento de dono e comprometimento de longo prazo. A presença do nosso fundador no dia a dia dos nossos negócios também proporciona uma série de diferenciais, dentre eles, relacionamento próximo e desburocratizado com clientes, fornecedores, terceiros e produtores integrados, que acreditamos que resulta na harmonia e longa duração de nossas relações comerciais. Além disso, mesmo sendo uma companhia fechada, instalamos em 10 de agosto de 2017 um Conselho de Administração profissional, atualmente composto por 4 membros, sendo 2 deles independentes.

Nossos executivos são inseridos em um modelo de gestão focado em qualidade, gerido por quatro diretrizes principais: (i) lucratividade: com foco na produtividade, controle de qualidade e biossegurança; (ii) crescimento: orgânico e por meio de aquisições; (iii) reconhecimento: com comprometimento e qualificação de nossos colaboradores; e (iv) ESG.

Desde a nossa fundação, temos trabalhado para nos institucionalizar, acelerar o desenvolvimento e retenção dos talentos, priorizar o engajamento da força de trabalho e implantar ações para aumentar nossa eficiência e produtividade. Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2022, o grupo econômico da Companhia tinha 1.985 funcionários, com um turnover controlado.

Core business e cultura ligados aos princípios ESG

Somos uma empresa com foco diferenciado em ESG. Adotamos uma estratégia de ESG diariamente em nossa rotina, começando pela nossa missão, visão, valores e princípios que trazem a sustentabilidade como base da nossa estrutura e política.

No campo ambiental, temos iniciativas desde a nossa produção até a deposição dos detritos dela resultantes, tendo o respeito por áreas de preservação natural como princípio basilar. Nossa marca Ares do Campo é focada na criação de galinhas livres, com alimentação natural e, como resultado dessa criação, a marca recebeu três importantes certificados: Certified Humaine – Raised & Handled⁶; Certified Organic pela IBD; e WQS⁷.

Os nossos ovos em sua grande maioria são embalados em cartelas biodegradáveis e já recicladas. Adicionalmente, evitamos o desperdício de água e buscar otimizar o uso da energia. Por fim, o esterco gerado pelas galinhas poedeiras são comercializados principalmente como fertilizante natural para produtores de milho, soja, principal insumo utilizado na alimentação das aves.

Ainda no campo ambiental, nosso negócio de fertilizantes, está diretamente inserido na economia circular. Assim, parte dos materiais utilizados na fabricação desse produto são aproveitados em cadeia de forma cíclica e os recursos naturais são valorizados em todas as etapas produtivas.

⁶ Selo que garante ao consumidor que aquele alimento vem de produtores que atendem a diversos critérios de bem-estar animal.

⁷ Selo de qualidade: bem-estar animal.

No âmbito social, promovemos ações de diversidade – preparando mulheres para posições de liderança e com programas de inclusão e diversidade – e de treinamento (patrocinando MBA, treinamentos de desenvolvimento de liderança, cursos técnicos e operacionais, treinamentos mandatórios de questões de segurança e cursos de inglês na empresa). Também são realizadas ações sociais promovidas em conjunto com nossos colaboradores, em comunidades no entorno de nossas granjas, focados em promover o desenvolvimento de tais locais.

Já em relação à governança, adotamos práticas de governança corporativa, sendo que contamos com um Conselho de Administração com membros independentes, todos com notória reputação, bem como comitês internos com uma abordagem multidisciplinar para garantir eficiência na alocação de capital e o bom desenvolvimento de nossas atividades. Adicionalmente, nossa política de remuneração de executivos é focada na geração de valor para nossos stakeholders, o que é corroborado pela possibilidade de nossos executivos também se tornarem acionistas.

PONTOS FRACOS, OBSTÁCULOS E AMEAÇAS

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças aos nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens “4.1 Fatores de Risco” e “4.3 Riscos de Mercado” deste Formulário de Referência.

ESTRATÉGIA

Investimento na nossa expansão por meio de aquisições estratégicas em um mercado fragmentado

Nossa missão é nos tornar uma das principais empresas da América Latina de produção de ovos, sendo reconhecidos por nossa participação na vida de nossos consumidores. Dessa forma, nossa estratégia de expansão inclui a aquisição de outros *players* de destaque no mercado. Nos últimos anos, investimos mais de R\$ 700 milhões na aquisição de oito empresas com marcas complementares à Granja Faria ao redor do Brasil (Josidith, Marutani, Stragliotto, ASA, Iana, Avimor, Alexaves e BL Ovos), o que aumentou nossa relevância no mercado de ovos comerciais brasileiro.



Fonte: Companhia

Devido à nossa geração de caixa, gestão consolidada, marcas bem-posicionadas, e capacidade de produção e distribuição, acreditamos ser capazes de criar valor por meio da consolidação deste mercado que, atualmente, é extremamente fragmentado, se comparado a mercados mais maduros: de acordo com nossas estimativas baseadas em análises do mercado, os 5 principais players do Brasil, representam apenas 24% da produção total, ao passo que os 5 principais players do mercado nos Estados Unidos são responsáveis por 39% da produção total.

Nesse sentido, já possuímos diversas aquisições nacionais e internacionais mapeadas, com foco em setores sinérgicos com as nossas operações atuais, em ganho de eficiência operacional e complementariedade com nossos serviços ou em novas geografias com pouca penetração.

Investimento para o crescimento orgânico nas vertentes de ovos comerciais e férteis.

Continuamos com o propósito de promover o crescimento orgânico dos produtos que já oferecemos, sobretudo, nas linhas de ovos comerciais e ovos férteis.

Pretendemos continuar a expandir nossa capacidade produtiva (atualmente de 10,6 e 3,5 milhões de aves para a produção de ovos comerciais e férteis, respectivamente) através da construção de novas plantas e do investimento incremental nas unidades produtivas atuais. Ademais, acreditamos que a construção de plantas em novas geografias, reforçando a presença nacional da Granja Faria, mostra-se como uma avenida de crescimento prioritária nos próximos anos.

Internacionalização do negócio de ovos férteis.

De acordo com estimativas da OCDE e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura⁸, entre 2021 e 2030, é esperado que o mercado de aves supere os mercados de outras proteínas (suínos e bovinos), sendo que o Brasil deve figurar como o terceiro país mais relevante para tal crescimento. Nesse contexto, ainda, o Brasil está atualmente posicionado como um dos maiores consumidores de aves e o maior exportador de aves do mundo⁹. Com o esperado crescimento de consumo e, conseqüentemente, maior demanda, acreditamos que os mercados de ovos férteis e de pintos de um dia serão favorecidos.

Por esse motivo, especificamente em relação à linha de ovos férteis que, em 31 de dezembro de 2022, representava 22,3% do nosso faturamento, temos desenvolvido novos projetos de produção e criação, com a abertura de unidades em Congonhinhas/PR, Nova Mutum/MT e Lagoa Vermelha/RS, nos possibilitando acomodar mais 1,5 milhão de aves.

Também pretendemos internacionalizar o nosso negócio de ovos férteis, para além da exportação que fazemos hoje, de modo a atender clientes internacionais com maior proximidade, por meio da abertura de novas unidades produtivas e aquisição de novas

⁸ OECD-FAO Agricultural Outlook 2021-2030.

⁹ Ficando em 4º lugar em consumo per capita e 3º lugar de consumo geral.

galinhas, conforme a demanda. Nossa estratégia inicial é expandir as operações para os Estados Unidos e para o Oriente Médio, regiões nas quais a Companhia já possui um bom relacionamento com os players locais.

Aumento da produção de nosso fertilizante organomineral.

Pretendemos investir na expansão da produção de nosso fertilizante organomineral, com a implementação da produção na maioria das unidades produtivas do nosso grupo (em média 2 a 3 unidades por ano), com o oferecimento a um leque diferenciado de clientes. Acreditamos que a introdução desse fertilizante na cadeia de produção gera valor para os nossos stakeholders, por meio do estímulo da economia circular.

Fortalecimento da estratégia de relacionamento direto com os consumidores

Por fim, planejamos investir na diversificação do mix de produtos oferecidos em nosso portfólio, por meio do investimento nos canais de interação diretos com clientes, sobretudo por meio (a) da Eggy, com a abertura de novas unidades em regiões estratégicas, como grandes capitais, shoppings e aeroportos; e (b) da expansão do clube de assinaturas da Ares do Campo, com entregas semanais, quinzenais ou mensais.

1.3 – Segmentos operacionais: em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia possui três segmentos operacionais, conforme divulgado em suas demonstrações financeiras, por meio dos quais comercializa ovos férteis, ovos comerciais e fertilizantes. Para maiores informações sobre os produtos comercializados pela Companhia, ver item 1.2 deste Formulário de Referência.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Ovos férteis	264.588	22,3%	180.893	19,7%	169.890	26,0%
Fertilizantes	55.993	4,7%	35.458	3,9%	14.286	2,1%
Ovos comerciais	910.021	76,6%	750.405	81,6%	523.212	80,0%
Eliminações	(42.821)	(3,6%)	(47.663)	(5,2%)	(53.300)	(8,1%)
Receita líquida	1.187.781	100%	919.093	100%	654.088	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

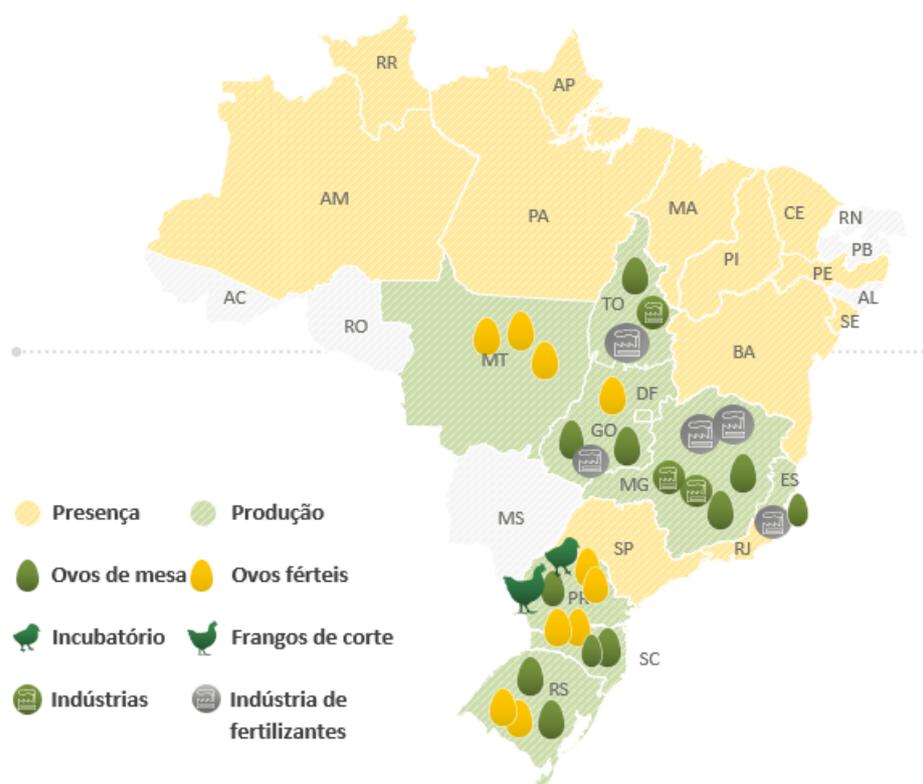
(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Ovos férteis	(9.352)	(5,5%)	(20.615)	(114,2)%	2.101	10,0%
Fertilizantes	30.130	17,7%	25.045	138,7%	10.515	50,1%
Ovos comerciais	149.762	87,8%	13.621	75,5%	8.353	39,9%
Lucro líquido	170.540	100%	18.051	100%	20.969	100%

1.4 – Segmentos operacionais: em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do processo de produção

A Granja Faria, por meio de suas diferentes marcas, possui operações em 20 estados do Brasil, incluindo o distrito federal, conforme observado na imagem abaixo. A Companhia opera através de um modelo verticalizado de produção com 23 unidades produtivas de alto padrão e robusta plataforma logística com frota proprietária e elevada capilaridade.

Gráfico: Visão Geral da Presença Geográfica da Granja Faria



Fonte: Companhia

A Companhia oferece um mix completo de produtos para seus clientes que incluem ovos comerciais (comum, caipira, especiais e codorna), incubação de ovos, ovos férteis, produtos derivados de ovos e pintinhos de um dia, bem como fertilizantes organominerais.

Ovos férteis e pintos de um dia

Para a produção de ovos férteis e pintos de um dia, a Companhia possui 12 fazendas e 1 incubatório.



Considerando a relevância do custo com ração para as aves das quais é proprietária, a Companhia possui capacidade de armazenamento de 120 mil toneladas de grãos e um time exclusivamente dedicado a aquisição de grãos, com expertise incontestável na aquisição de farelo de soja e milho, dado que o grupo controlador detém a Terrus S.A., um dos maiores produtores de grãos no Brasil.

Ovos Comerciais

Para a produção de ovos comerciais, a Companhia conta com 11 unidades de produção, dentro das quais 10,6 milhões galinhas poedeiras ficam alojadas. As aves são criadas em gaiolas e soltas (como ocorre na produção da Ares do Campo), e as coletas são realizadas de forma mecânica. Após a coleta, os ovos são levados ao entreposto, onde são classificados e embalados.

Além de serem comercializados in natura, os ovos podem ser industrializados e disponibilizados nas formas líquida ou desidratada, com as opções integral, clara ou gema. Durante a industrialização os ovos passam por nova ovoscopia, quebra da casca e são divididos em gema e clara ou mantidos integrais, para posterior continuidade do processo de pasteurização e/ou desidratação.



Fertilizantes organominerais

Com o objetivo de transformar os resíduos de sua produção em um negócio rentável, a Companhia começou a produzir um fertilizante organomineral (BioAtivo Fosfatado - Fertifar), a partir do esterco gerado pelas galinhas poedeiras em 3 unidades de produção em 2 estados, com a adição de fosfato.

Com 45 mil toneladas de fertilizantes organominerais e 149 mil toneladas de fertilizantes naturais vendidos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizando receita líquida de R\$ 55.993 mil, a operação conta com 3 unidades de produção de fertilizantes, localizadas nos estados de Minas Gerais e Tocantins, focados na cultura do café e tendo como clientes a Insolo e a Locks.

Atuação da Granja Faria no Segmento B2C (Consumidores Finais)

A Granja Faria atua no segmento B2C através das marcas e estratégias de “Eggy” e “Ares do Campo”. Conforme detalhado no item 1.2 deste Formulário de Referência, a Eggy cria proximidade com o consumidor final permitindo à empresa compreender melhor as novas tendências de consumo, tornando-a mais assertiva ao oferecer uma pluralidade de pratos com o ovo como protagonista, ainda que em um estágio inicial, a estratégia da Companhia para este segmento operacional está muito bem definida e denota uma ampla avenida de crescimento em um mercado em expansão, ainda pulverizado. Ainda, visando atender às mudanças nos padrões de consumo de seus consumidores, a Granja Faria possui a marca “Ares do Campo”, focada em oferecer ovos com a garantia de que sejam produzidos mediante a estritos padrões de qualidade e de métricas ESG, o que a permite entrar em um mercado ainda mais específico e pulverizado.

(b) Características do processo de distribuição

A Companhia atua diretamente na distribuição de ovos comerciais, com uma capacidade logística de distribuição única, capaz de realizar mais de 470 entregas por dia e de 10,5 mil entregas por mês, composta por 16 unidades de distribuição e uma frota própria de mais de 370 caminhões, além de uma estrutura eficiente de cross-docking que permite o fracionamento eficiente da carga para distâncias superiores a 500km.

(c) Características dos mercados de atuação, em especial:

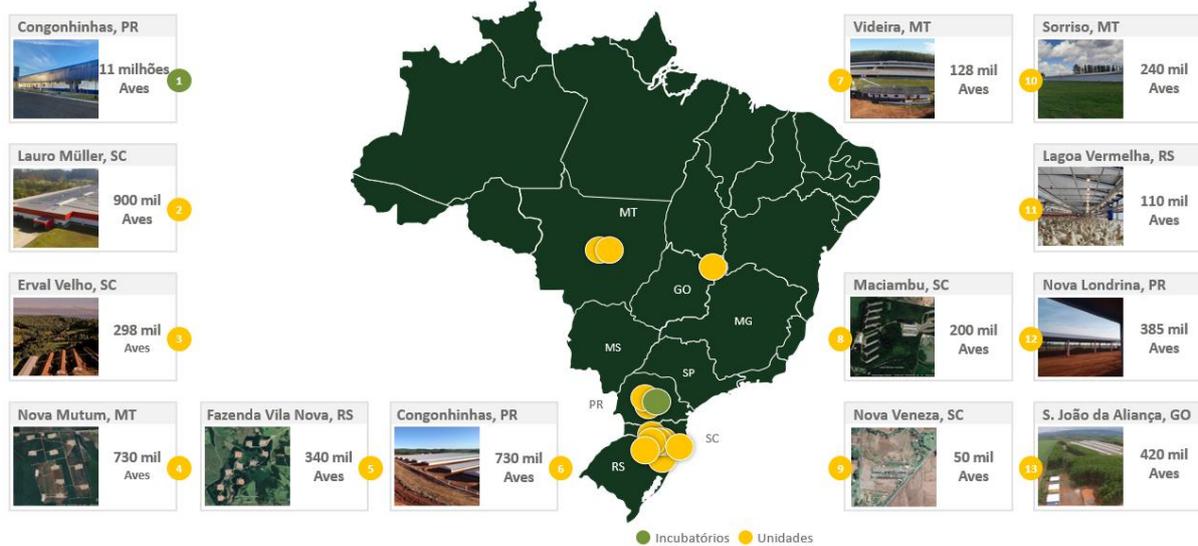
(i) Participação em cada um dos mercados

Visão Geral do Segmento de Ovos

No segmento de Ovos, a Granja Faria atua primordialmente na comercialização de ovos comerciais (comuns, caipiras, especiais e de codorna) e férteis, assim como no segmento de produtos processados, pintinhos de um dia e na prestação de serviços de incubação de ovos.

Ovos Férteis

O segmento de ovos férteis da Granja Faria opera com doze unidades e uma incubadora, distribuídas pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Goiás, com uma capacidade de incubação de mais de 11 milhões de ovos, conforme é possível visualizar no mapa abaixo.



Fonte: Companhia

Ovos Comerciais

Acreditamos que o segmento de ovos comerciais tende a crescer de forma acentuada, atrelada ao aumento no consumo proteico mundial e busca por alternativas às carnes vermelha e branca.

Presente em 18 estados e no Distrito Federal, o segmento de ovos comerciais da Granja Faria opera através de 11 unidades produtoras de ovos e com portfólio composto por 8 marcas cobrindo os segmentos mainstream e de ovos especiais. A companhia possui capacidade logística única, com frota própria composta por mais de 370 veículos, que atendem mais de

4.000 clientes diretos e com 100% das entregas ocorrendo no mesmo dia, conforme ilustrado abaixo.



Fonte: Companhia

(ii) Condições de competição nos mercados

Ovos Férteis

Com posicionamento de destaque no segmento, acreditamos ser o maior player do mercado de ovos férteis no Brasil, com *market share* estimado de 6%, além de 3,5 milhões de aves alojadas e mais de 485 milhões de ovos produzidos por ano.

Com um faturamento de R\$ 264.588 mil referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o *market share* da Companhia no segmento é em grande parte devida à sua plataforma de alcance nacional, somado a instalações de alto padrão com baixa pegada de carbono.

Com aproximadamente 85% do faturamento advindo de grandes companhias, nacionais e internacionais, do segmento de processamento de alimentos, a companhia possui um relacionamento de longo prazo com os maiores produtores de aves no Brasil, incluindo nomes como JBS, BRF, Aurora, Frangos Pioneiro, dentre outros.

Seus principais concorrentes são Pluma, Granja Econômica, Avícola Pato Branco, Globoaves, Carminatti, Granja Real e Grupo Alvorada.

Ovos Comerciais

Com posicionamento de destaque no segmento, acreditamos que Granja Faria é o maior player do mercado de ovos comerciais no Brasil, com *market share* estimado de 5%, mais de 10,6 milhões de aves alojadas, 6,5 milhões de caixas produzidas por ano e 10,5 mil entregas mensais.

Adicionalmente, a Granja Faria possui uma forte presença nacional com alta capilaridade geográfica em diversos Estados, através das marcas Ares do Campo, Ovos Prata, Marutani, ASA, Iana, Stragliotto e Ovos BL, conforme pode ser observado no mapa abaixo.



Fonte: Companhia

Com um faturamento de R\$ 867.200 mil referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o *market share* da Companhia no segmento é em grande parte devida ao seu poder de compra expressivo, integração vertical e com acesso a capital.

Com 44% das vendas concentradas em varejistas de alimentos regionais e de grande porte, e 26% no atacado e segmento *cash and carry*, a companhia possui uma base de clientes composta pelos maiores players do segmento incluindo nomes como Atacadão, Assai, Grupo Mateus, Grupo Pão de Açúcar, Carrefour, Supermercados BH, Angeloni, Grupo Big, dentre outros.

Seus principais concorrentes são Granja Mantiqueira, Yabuta, Kerovos e a Granja Almeida.

(d) Eventual sazonalidade

Os negócios da Companhia não apresentam sazonalidade.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

Os principais insumos utilizados pela Companhia são o milho e o farelo de soja, os quais são utilizados para a fabricação de ração para as aves utilizadas nas operações da Companhia.

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os insumos utilizados pela Companhia são produzidos por uma ampla rede de fornecedores, com a maioria dos quais a Companhia possui um histórico de relacionamento de longo prazo. Para assegurar a qualidade e o padrão desses fornecedores, a Companhia avalia periodicamente a operação de sua cadeia produtiva, verificando itens como procedimentos de produção, origem dos produtos e matérias primas, dentre outros.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Em razão de alguns insumos utilizados nas operações da Companhia serem oferecidos por poucos fornecedores a nível nacional com capacidade de atender à demanda da Companhia, esta pode estar sujeita à dependência de alguns de seus principais fornecedores em alguns estados. Mais especificamente, a Companhia pode estar sujeita à dependência do fornecimento de caixas de papelão para embalagem de ovos; farelo de soja para produção de ração para aves em suas instalações na região Sudeste; e de empresas de biossegurança e manipulação genética de aves.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

As principais matérias-primas utilizadas nas operações da Companhia estão sujeitas a flutuações de preço, os quais são influenciados por uma série de fatores em relação aos quais a Companhia tem pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando a, clima, produção agrícola, câmbio, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

O farelo de milho e a soja, especificamente, são insumos que representam uma parcela significativa dos custos da Companhia, de modo que uma variação no preço desses produtos pode afetar a estrutura de custos da Companhia.

1.5 - Clientes relevantes: identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

1.6 – Regulação estatal: descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos locais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção e renovação de licenças de estabelecimentos e registro de produtos. A Companhia tem envidado os melhores esforços para a obtenção das licenças e da renovação das já existentes em prazos adequados. Entretanto, a Companhia não pode assegurar que a obtenção dessas licenças e das suas renovações ocorrerão dentro do cronograma previsto ou que terá todas as licenças exigidas, conforme indicado no item 4.1 do presente Formulário de Referência.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”)

Produção de ovos/Incubatório Matrizeiro (Aves de 1 dia)

As atividades de (i) comercialização e exportação de aves; (ii) fabricação de produtos destinados à alimentação das aves; (iii) armazenamento de grãos (milho e soja); e (iv) produção de ovos desenvolvidas no Brasil pela Companhia estão sujeitas a legislação e regulação extensivas. A Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 (“Lei nº 1.283/50”) e o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 (“Decreto nº 9.013/17”) estabelecem as regras de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Todo estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal deve estar registrado junto ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (“DIPOA”), vinculado ao MAPA, nos termos do artigo 7º da Lei nº 1.283/1950 e artigo 25 do Decreto nº 9.013/17.

Os produtos de origem animal comercializados pela Companhia devem estar devidamente registrados no DIPOA, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, e devem preencher os requisitos estabelecidos pelo Decreto nº 9.013/17, tais como: (i) devem ser embalados em recipientes que confirmam a necessária proteção, de modo a garantir as condições específicas de transporte e armazenamento; (ii) devem ser identificados por meio de rótulos, que devem conter as informações dispostas no artigo 443, bem com eventuais informações complementares a depender da particularidade do alimento de origem animal; e (iii) devem ser transportados em meios de transportes apropriados, que garantam a integridade e a conservação do produto.

Ainda, vale destacar que de acordo com a Instrução Normativa nº 78, de 3 de novembro de 2003 (“IN nº 78/03”) e Instrução Normativa nº 44, de 23 de agosto de 2001 (“IN nº 44/01”), estabelecimentos avícolas de reprodução, como os das Companhias, que comercializem em âmbito nacional ou internacional seus produtos, devem estar devidamente certificados pelo MAPA como livres e/ou controlados de *Salmonella Gallinarum* e *Salmonella Pullorum*, *Salmonella Enteritidis* e *Salmonella Typhimurium*, *Mycoplasma Gallisepticum*, *Mycoplasma Synoviae* e *Mycoplasma Melleagridis*.

Caso a Companhia descumpra suas obrigações perante o MAPA, no que se refere aos produtos de origem animal, estará sujeita não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às

sanções previstas no artigo 508 do Decreto nº 9.013/17, quais sejam: (i) advertência; (ii) multa no valor de 10% a 100% do valor máximo fixado em legislação específica; (iii) apreensão ou condenação das matérias-primas e dos produtos de origem animal; (iv) suspensão de atividade; (v) interdição total ou parcial do estabelecimento; e (vi) cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento.

Fabricação e comércio de adubos e fertilizantes

De acordo com o Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004 ("Decreto nº 4.954/2004"), todas as instalações que fabricam, comercializam, importam ou exportam fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas destinados à agricultura devem ser registradas no MAPA, por meio do Registro de Estabelecimento no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários ("SIPEAGRO").

Para além do Registro de Estabelecimento, os produtos sujeitos ao controle do MAPA devem também obter um Registro de Produto para cada produto regulamentado, conforme a Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013 ("IN nº 53/2013"). O registro de produtos fertilizantes com o MAPA deve ser mantido pelo fabricante ou pelo importador (quando o fabricante é uma entidade/indivíduo estrangeiro). Note que os certificados para fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes, uma vez registrados, são válidos por um período indeterminado.

As atividades exercidas com produtos agroquímicos também exigem o licenciamento destes estabelecimentos em nível estadual perante a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

A utilização de tais produtos sem a devida licença do MAPA pode sujeitar a Companhia a sanções como (i) advertência; (ii) multas de até R\$ 19.000,00, podendo ser aplicada em dobro nos casos de reincidência; (iii) condenação e inutilização de produto, de matéria-prima, embalagem, rótulo ou outro material; (iv) interdição temporária ou definitiva do estabelecimento; e (v) suspensão ou cancelamento do registro.

Alimentação Animal

A Companhia também está sujeita à regulamentação aplicável à alimentação animal, mais especificamente, em razão da alimentação das aves que produzem os ovos comercializados pela Companhia. A Lei Federal nº 6.198 de 26 de dezembro de 1974 ("Lei Federal nº 6.198/74") e o Decreto nº 6.296 de 11 de dezembro de 2007 ("Decreto nº 6.296/07") descrevem as regras relativas aos alimentos destinados aos animais. O estabelecimento que produza, fabrique, manipule, fracione, importe e comercialize produtos destinados à alimentação animal deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA, nos termos do artigo 6º do Decreto nº 6.296/07. O registro de estabelecimento será efetuado por unidade fabril e terá prazo de validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente. Ainda, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 6.296/07, o estabelecimento que apenas comercialize, armazene ou distribua produtos destinados à alimentação animal fica isento de registro, devendo, obrigatoriamente, cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e atender aos requisitos de referida norma.

Caso a Companhia incorra em alguma infração prevista no artigo 71 e seguintes do Decreto nº 6.296/07, como por exemplo não dispor de documentação exigida pelo MAPA no estabelecimento, ou apresentar documentação com irregularidades; ou armazenar, vender ou expor a venda produto destinado à alimentação animal em condições inadequadas de conservação; ou, ainda, fracionar e comercializar produtos destinados à alimentação animal sem a devida autorização do MAPA, poderá estar sujeita às seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa (valor a depender da gravidade da infração cometida); (iii) apreensão de matéria-prima e produto acabado; (iv) suspensão; (v) impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento ou cassação ou cancelamento do registro.

Vigilância Sanitária

No âmbito estadual, distrital e/ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais ("VISA Local") são os responsáveis pelo controle, fiscalização e regulamentação sanitária, atuando em conjunto a autoridade sanitária federal competente, de forma descentralizada.

Nesse sentido, estabelecimentos que pretendam desempenhar atividades, serviços e/ou produtos sujeitos ao controle, fiscalização e regulamentação da VISA Local – como o comércio de aves vivas – devem observar às legislações aplicáveis da VISA Local situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra, devendo, via de regra, obter uma Licença de Funcionamento Sanitária / Alvará Sanitário ("LFS"), que autorize o desempenho de determinada(s) atividade(s) constante(s) no respectivo CNPJ do estabelecimento.

Geralmente, para a emissão da LFS é realizada inspeção *in loco* no estabelecimento, para análise das condições de estrutura, armazenamento, boas práticas, transporte de produtos, entre outras. Via de regra, a LFS deve ser renovada anualmente, mediante o pagamento de taxa.

Caso estabelecimentos sujeitos ao controle, fiscalização e regulamentação da VISA Local violem ou deixem de observar as legislações aplicáveis e/ou não obtenham ou renovem a LFS, poderão incorrer a medidas administrativas, aplicadas alternativa ou cumulativamente, tais como: (i) advertência; (ii) multa (i.e., até R\$ 1.500.000,00, conforme a gravidade, podendo ser aplicadas em dobro em caso de reincidência); (iii) apreensão, inutilização, interdição, suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto; (iv) cancelamento de registro de produto; (v) interdição parcial ou total do estabelecimento; e/ou (vi) cancelamento de licença sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações estaduais e municipais, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

Refeitório

Em razão da operação da Companhia da rede de *fast food* Eggy, está sujeita às normas contidas na Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 ("RDC ANVISA nº 216/2004"), editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), que determina que os estabelecimentos de serviços de alimentação devem observar as denominadas boas práticas, que são um conjunto de técnicas e medidas de manutenção da qualidade e da segurança dos alimentos preparados e dos serviços de alimentação prestados. Isto é, as boas práticas,

descritas na RDC ANVISA nº 216/2004, são as principais condutas que os estabelecimentos de serviços de alimentação devem observar para seu funcionamento.

Também nos termos da RDC ANVISA nº 216/2004, os estabelecimentos de serviços devem dispor de manual de boas práticas e de procedimentos operacionais padronizados de forma que tais documentos devem estar acessíveis aos funcionários envolvidos e disponíveis à autoridade sanitária, quando requerido.

O Manual de Boas Práticas deve descrever as operações realizadas pelos estabelecimentos, incluindo, no mínimo, os requisitos higiênico-sanitários dos edifícios, a manutenção e higienização das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, o controle da água de abastecimento, o controle integrado de vetores e pragas urbanas, a capacitação profissional, o controle da higiene e saúde dos manipuladores, o manejo de resíduos e o controle e garantia de qualidade do alimento preparado. Já os Procedimentos Operacionais Padronizados devem conter as instruções sequenciais das operações e a frequência de execução, especificando o nome, o cargo e ou a função dos responsáveis pelas atividades, bem como devem ser aprovados, datados e assinados pelo responsável do estabelecimento.

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal, de forma descentralizada. Assim, estabelecimentos que praticam atividades com alimentos devem se ater às regras e exigências do departamento da vigilância sanitária local situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra.

Com o objetivo de eliminar, diminuir ou prevenir possíveis riscos à saúde humana, é exigido pelo departamento da vigilância sanitária local que cada estabelecimento que pratique atividades sujeitas ao controle sanitário obtenha junto a elas seu licenciamento sanitário consistente na emissão de Alvará Sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação, conforme a atividade desenvolvida.

Pressupõe-se que, para a emissão do alvará, inspeções no local sejam realizadas para análise das condições de produção, acondicionamento, armazenamento, comercialização, manuseio, transporte etc. de produtos, máquinas e/ou equipamentos que apresentem riscos à saúde.

O descumprimento de qualquer disposição do regulamento supramencionado e de eventual legislação sanitária aplicável, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, poderá ensejar a autuação da Companhia, de acordo com a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 ("Lei nº 6.437/1977"), e a imposição das seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis: (i) advertência; (ii) multa que varia de R\$2.000,00 a R\$ 1.500.000,00; (iii) suspensão de vendas de produto; (iv) cancelamento do alvará sanitário; e (v) interdição total ou parcial do estabelecimento.

Conselhos Profissionais

A Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 ("Lei nº 5.517/68"), criou os Conselhos Profissionais Federais de Medicina Veterinária ("CFMV") e os Conselhos Profissionais Regionais de Medicina Veterinária ("CRMV"), para a supervisão das atividades profissionais de medicina veterinária. Nesse sentido, as empresas ou entidades que vendem e fabricam produtos de uso animal ou

ração animal devem obter um Certificado de Responsabilidade Técnica atestando a existência de um profissional devidamente registrado no CRMV para o desempenho das atividades, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 1.177, de 17 de outubro de 2017 ("Resolução nº 1.177/17"). Ademais, em consonância com a Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 10, de 24 de setembro de 2013 ("Resolução CFMV nº 10/13"), estabelecimentos avícolas devem obter um Certificado de Responsabilidade Técnica atestando a existência de um profissional devidamente registrado no CRMV para o desempenho das atividades.

Adicionalmente, o Decreto nº 4.954/2004 estabelece que todas as instalações que fabricam, comercializam ou importam fertilizantes, corretivos, inoculantes ou produtos biofertilizantes devem ter um profissional legalmente qualificado com uma Anotação de Responsabilidade Técnica ("ART") que irá responder pelas atividades prestadas naquele estabelecimento.

O desempenho de atividades sujeitas ao controle do CRQ e CREA sem o devido licenciamento pode sujeitar as empresas a penalidades como: (i) advertência; e (ii) multas variando de R\$5.000 a R\$15.000.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

O Código de Ética da Companhia dispõe que todos os seus administradores, estatutários ou não, colaboradores, fornecedores e parceiros de negócios atuem com responsabilidade para com a sociedade e respeitando a saúde e segurança daqueles que mantenham relacionamento com a Companhia, de forma que oferece aos seus colaboradores canal para notificação à área de Saúde e Segurança qualquer conduta que possa ser compreendida como ilícita ou coloque em risco a saúde e segurança de qualquer pessoa. Além disso, qualquer violação ao seu código de ética pode ser relatada através do Código de Ética, sendo que as denúncias feitas por seus colaboradores ou terceiros são investigadas pela Área de Compliance, Controles Internos e Riscos, conforme descrito no item 5 deste Formulário de Referência.

A Companhia também não tolera maltrato a animais, por negligência ou abuso, e aplica as sanções previstas em seu Código de Ética caso tal situação seja verificada com qualquer de seus colaboradores.

A fim de garantir o cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões socioambientais, a Companhia realiza treinamentos periódicos com todos os seus colaboradores.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis, compostos por palavras e/ou imagens, que identificam e distinguem produtos e/ou serviços. A Companhia possui marcas registradas no Brasil. No Brasil, a Lei nº 9.279/1996 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, concessão de patentes e outros direitos de propriedade

industrial no Brasil. Após a concessão do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade de tal marca e o direito de uso exclusivo para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, que poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento das taxas adicionais ao INPI.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

A Companhia entende que sua marca é importante e conhecida, mas que a perda do direito de uso não impede a continuação da operação, ainda que um esforço de marketing seja necessário para a construção de uma nova identidade.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras visando a tal finalidade.

1.7 – Países de atuação: em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a receita líquida da Companhia proveniente de clientes sediados no Brasil foi, respectivamente, de 88,2%, 94,2% e 99,2%.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a receita líquida da Companhia proveniente de clientes sediados no exterior foi, respectivamente, de 11,2%, 5,8% e 0,8%. Abaixo, são apresentadas as receitas por país e sua respectiva participação na receita líquida total da Companhia para cada exercício social:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	Receita	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
México	118.139	9,9%	38.695	4,2%	4.887	0,7%
Emirados Árabes Unidos	7.236	0,6%	8.663	0,9%	0	0,0%
Bolívia	4.646	0,4%	4.266	0,5%	0	0,0%
Outros	2.655	0,2%	1.434	0,0%	573	0,1%
Total	132.676	11,2%	53.058	5,8%	5.460	0,8%

1.8 – Países estrangeiros: em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 – ASG: em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(b) Metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável.

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável.

(e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável.

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável.

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável.

(h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não aplicável.

(i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A Companhia não realiza a divulgação de informações ASG em razão de seu recente ingresso no mercado de capitais, de forma que ainda está estruturando a implementação do processo necessário para divulgar tais informações nos próximos anos, especialmente para ou após a realização de eventual oferta pública inicial de ações.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A Companhia segue estruturando e aprimorando seus processos de governança corporativa e ASG, de forma que ainda não possui matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável.

1.10 – Economia mista: indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 – Operação não usual nos negócios: indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

1.12 – Operações relevantes: indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

A Companhia realizou os seguintes aumentos de capital nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente:

- a) Em 31 de agosto de 2020, no valor de R\$ 31.451 mil, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 3.145.048.284 (três bilhões, cento e quarenta e cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentas e oitenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de dividendos e juros sobre capital próprio detidos contra a Companhia;
- b) Em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 11.014 mil, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 1.101.429.152 (um bilhão, cento e uma milhões, quatrocentas e vinte e nove mil, cento e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de créditos detidos contra a Companhia a título de dividendos e juros sobre capital próprio;
- c) Em 29 de maio de 2023, no valor de R\$ 89.203,5 mil, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização (a) de R\$ 39.203.509,26 (trinta e nove milhões, duzentos e três mil e quinhentos e nove reais e vinte e seis centavos) referente a saldos a pagar referentes a dividendos; e (b) de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) referentes à reserva de lucros apurada conforme as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Os documentos e outras informações sobre as operações listadas acima podem ser obtidas através do site de relações com investidores da Companhia, no endereço <http://financeiro.granjafaria.com.br/>.

Adicionalmente, não houve operações de fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo o emissor nos últimos três exercícios sociais.

1.13 – Acordo de acionistas: indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não houve celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas envolvendo o emissor nos últimos três exercícios sociais.

1.14 – Condução dos negócios: indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia, nos últimos três exercícios sociais.

1.15 – Contratos não usuais: identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais, nos últimos três exercícios sociais.

1.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 1.

2. Comentários dos diretores

2.1 – Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras incluídas a seguir devem ser lidas em conjunto com as informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A análise da Administração esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas operacionais líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 3,53. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$157.621 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$405.448 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 1,88.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 3,47. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$151.761 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$540.537 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 2,25.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 2,14. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$65.825 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$469.064 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 1,34. A redução do índice de endividamento total da Companhia em relação a 31 de dezembro de 2021 se justifica pelo fato de a Companhia, considerando o aumento da receita

obtida com a venda de ovos férteis e comerciais decorrente da expansão orgânica das suas operações em 2022, ter amortizado mais e captado menos empréstimos e financiamentos em 2022 quando comparado a 2021. A redução da posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em relação a 31 de dezembro de 2021 se justifica devido à estratégia da administração da Companhia de redução da alavancagem.

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	791.130	832.712	761.378
Capital próprio (patrimônio líquido)	369.772	239.736	215.410
Capital total (terceiros + próprio)	1.160.902	1.072.448	976.788
Parcela de capital de terceiros	68,1%	77,6%	77,9%
Parcela de capital próprio	31,9%	22,4%	22,1%

Conforme explicado no item (a) e seguindo a estratégia da administração da Companhia de redução da alavancagem, 2022 foi um ano de menor captação de empréstimos e financiamentos, além de maior amortização de empréstimos e obrigações com aquisições de sociedades realizadas em anos anteriores, sendo estes um dos principais motivos da redução do capital de terceiros. O crescimento do patrimônio líquido nos últimos 3 exercícios se justifica pelos resultados positivos das atividades da Companhia, com destaque relevante para 2022, resultando no aumento das reservas da Companhia, além de integralizações de capital no montante de R\$42.465 mil por meio de recursos em moeda corrente e dividendos propostos que foram reinvestidos pelos acionistas da Companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram de 0,91 e 1,42, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$561.889 mil de empréstimos e financiamentos tomados.

Em 31 de dezembro de 2021, os índices de liquidez geral e corrente da Companhia eram de 0,75 e 1,53, respectivamente; e seus empréstimos e financiamentos totalizavam R\$668.114 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, os índices de liquidez geral e corrente da Companhia eram de 0,65 e 1,35, respectivamente; e seus empréstimos e financiamentos totalizavam R\$528.036 mil.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Contrato	Credor	Valor (em R\$ mil)	Taxa de Juros	Vencimento
Cédula de Produto Rural nº 2019/00001578	Banco Santander (Brasil) S.A.	110.000,00	CDI + 1,5% a.a.	11/01/2023
Cédula de Produto Rural nº 2019/3474/004	Banco Bradesco S.A.	22.500,00	7,18% a.a.	07/08/2023
Cédula de Crédito Bancário nº 43559280	Itaú Unibanco	50.000,00	CDI + 2,70% a.a.	24/06/2024
Cédula de Produtor Rural nº 2019/3474/008	Banco Bradesco S.A.	30.000,00	CDI 1,27% a.a.	08/01/2024
1ª Emissão de Debêntures	Vórtx Distribuidora	200.000,00	CDI + 2,48%	14/12/2026

Simplex, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia	de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário)		a.a.	
Cédula de Produtor Rural nº 2020/3474/001	Banco Bradesco S.A.	100.000,00	9,34% a.a.	04/12/2026
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 342.202.046	Banco do Brasil S.A.	50.000,00	CDI + 2,61% a.a.	01/11/2026
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 342.202.017	Banco do Brasil S.A.	100.000,00	CDI + 2,61% a.a.	01/07/2026
Cédula de Produto Rural Financeira nº 2019/3474/008	Banco Bradesco S.A.	30.000,00	6,9% a.a.	08/01/2024

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022, possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Abaixo, a Companhia apresenta as restrições a ela impostas em decorrência dos contratos descritos no item 2.1(f.i) deste Formulário de Referência.

Para fins do cálculo das cláusulas de *covenants* financeiros, alguns indicadores consideram as operações de todo o grupo econômico da Companhia, incluindo a produção realizada pelas

suas controladas e seu acionista controlador na condição de produtor rural (“Grupo”), conforme descrito abaixo. Na data deste Formulário de Referência, o Grupo cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants*.

Cédula de Produtor Rural nº 2019/00001578

A obrigação poderá ter seu vencimento antecipado em caso de, dentre outras hipóteses, (i) alienação do controle direto ou indireto da Companhia ou em caso de transferência, a qualquer título e sem consentimento do credor, de ativos operacionais da Companhia; (ii) a Companhia, seu controlador ou controladas, não adimplirem com suas obrigações decorrentes de outras cédulas, empréstimos ou contratos, ou, ainda, tiverem tais instrumentos rescindidos por culpa da Companhia, seu controlador ou controladas; ou (iii) não ser observada, pelo Grupo, razão entre a Dívida Financeira Líquida e o EBITDA (conforme abaixo definido) igual ou inferior a 3,00, calculada de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de cada ano.

Para fins desta obrigação, considera-se:

“Dívida Financeira Líquida”: a soma de todas as obrigações financeiras (empréstimos bancários, *floor plan* e *seller finance*), sejam elas de curto prazo ou longo prazo, deduzida das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras líquidas - 365 dias)

“EBITDA”: o somatório (i) do lucro/prejuízo, com relação ao período acumulado dos 12 (doze) meses anteriores, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras considerando variações cambiais líquidas, e (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes no mesmo período.

Cédula de Produtor Rural nº 2019/3474/004

A obrigação poderá ter seu vencimento antecipado em caso de, dentre outras hipóteses, (i) alienação do controle acionário da Companhia ou da titularidade das ações de sua emissão; ou (ii) realização de reorganização societária da Companhia.

Cédula de Crédito Bancário nº 43559280

A obrigação poderá ter seu vencimento antecipado em caso de, dentre outras hipóteses, (i) ocorrer a alteração do controle direto ou indireto da Companhia; ou (ii) realização de reorganização societária da Companhia.

Cédula de Produtor Rural nº 2019/3474/008

A obrigação poderá ter seu vencimento antecipado em caso de, dentre outras hipóteses, (i) ocorrer a alteração do controle direto ou indireto da Companhia; (ii) realização de reorganização societária da Companhia; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação da Companhia; (iv) ocorrer requerimento de recuperação judicial, falência ou qualquer evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia; ou (v) ação judicial,

extrajudicial ou administrativa movida em face da Companhia.

Emissão de Debêntures

As debêntures podem ser declaradas vencidas antecipadamente em caso de, dentre outras hipóteses, (i) ocorrer a alteração do controle direto ou indireto da Companhia; (ii) realização de reorganização societária da Companhia, exceto nos casos previstos na escritura de emissão; (iii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras assumidas perante instituições financeiras ou decorrentes de valores mobiliários emitidos ou garantidos pela Companhia, seu controlador ou controladas, em valor individual ou agregado superior a R\$10 milhões; ou (iv) não ser observada, pelo Grupo, a razão entre (Dívida Líquida + M&As) e o EBITDA (conforme abaixo definido) inferior ou igual a 3,00 (até 2021), 2,7 em 2022, 2,5 em 2023 e 2024, e 2,25 em 2025 e 2026; (v) não observância de Capital Circulante Mínimo de R\$75 milhões a partir de 2023, calculada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia.

Para fins da emissão de debêntures, considera-se:

“M&As”: valor representado pelo saldo a pagar na conta do passivo circulante ou exigível de longo prazo referente a aquisições de empresas pela Companhia.

“EBITDA”: (i) resultado da Companhia antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários; somado ao (ii) resultado do acionista controlador da Companhia antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional.

“Dívida Líquida”: a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (i) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (ii) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (iii) arrendamento mercantil / leasing financeiro, (iv) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, (v) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos; (vi) contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas; e (vii) dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas.

“Capital Circulante Mínimo”: ativo circulante menos passivo circulante.

Cédula de Produtor Rural nº 2020/3474/001

A obrigação poderá ter seu vencimento antecipado em caso de, dentre outras hipóteses, (i) alienação do controle acionário da Companhia ou da titularidade das ações de sua emissão; (ii) realização de reorganização societária da Companhia; (iii) protesto de título, contra a Companhia ou seu controlador, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 5 milhões; ou (iv) não ser observada, pelo Grupo, a razão entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 3,0, apurada a cada ano de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 342.202.046

A obrigação poderá ter seu vencimento antecipado em caso de, dentre outras hipóteses, a Companhia tornar-se inadimplente em outras operações mantidas com o credor ou qualquer agente do mercado.

Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 342.202.017

A obrigação poderá ter seu vencimento antecipado em caso de, dentre outras hipóteses, (i) ocorrer o inadimplemento (*cross default*) e/ou o vencimento antecipado (*cross acceleration*) de qualquer obrigação assumida pela Companhia, inclusive na condição de avalista ou fiador, coobrigados e/ou por empresas do Grupo, em quaisquer obrigações que, em conjunto ou individualmente, superem o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e (ii) realização de reorganização societária da Companhia.

Cédula de Produto Rural Financeira nº 2019/3474/008

A obrigação poderá ter seu vencimento antecipado em caso de, dentre outras hipóteses, (i) ocorrer a transferência do controle da Companhia ou titularidade das ações de sua emissão; e (ii) realização de reorganização societária da Companhia.

Além dos instrumentos descritos acima que possuem cláusulas de *cross default* ou *cross acceleration*, a Companhia não possuía outros instrumentos com disposições semelhantes em 31 de dezembro de 2022. Na mesma data 94% do endividamento da Companhia estava sujeito a disposições de *cross default* e *cross acceleration*, conforme apurado em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Receita líquida de vendas	1.187.781	100,0%	919.093	100,0%	29,2%
Varição do valor justo dos ativos biológicos	117.291	9,9%	9.675	1,1%	1112,3%
Custos dos produtos vendidos	(902.179)	-76,0%	(803.135)	-87,4%	12,3%
Lucro bruto operacional	402.893	33,9%	125.633	13,7%	220,7%
Outras (despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(105.627)	-8,9%	(76.850)	-8,4%	37,4%
Outras receitas	40.270	3,4%	22.227	2,4%	81,2%

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Receitas/despesas operacionais, líquidas	(65.357)	-5,5%	(54.623)	-5,9%	19,7%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	7.067	0,6%	5.915	0,6%	19,5%
Despesas financeiras	(101.912)	-8,6%	(59.629)	-6,5%	70,9%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	242.691	20,4%	17.296	1,9%	1303,2%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(42.951)	-3,6%	4.139	0,5%	-1137,7%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(29.200)	-2,5%	(3.384)	-0,4%	762,9%
Resultado do exercício	170.540	14,4%	18.051	2,0%	844,8%

Receita líquida de vendas

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.187.781 mil comparativamente a R\$919.093 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$268.688 mil ou 29,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita obtida com a venda de ovos férteis e comerciais decorrente da expansão orgânica das operações da Companhia.

Lucro bruto operacional

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$402.893 mil comparativamente a R\$125.633 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$277.260 mil ou 220,7%. Lucro bruto representou 33,9% e 13,7% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita líquida de vendas, conforme descrito acima. O aumento do lucro bruto operacional foi parcialmente compensado pelo aumento dos custos com os produtos vendidos, especialmente matéria-prima e insumos, como resultado da expansão das operações e vendas da Companhia.

Receitas/despesas operacionais, líquidas

Receitas/despesas de vendas, gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de (R\$ 105.627 mil) comparativamente a (R\$76.850 mil) no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$28.777 mil ou 37,4%. Despesas gerais e administrativas representou 8,9% e 8,4% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às despesas de vendas, gerais e administrativas, especialmente gastos com logística, que sofreram aumento decorrente da expansão das operações da Companhia, conforme descrito acima.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de (R\$94.845 mil) comparativamente a (R\$ 53.714 mil) no mesmo período de 2021, o que representou uma

variação de R\$41.131 mil ou 76,6%. Resultado financeiro representou 8,0% e 5,8% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às despesas financeiras, especialmente o aumento do pagamento de juros pela Companhia no âmbito de seus contratos financeiros como consequência do aumento da taxa básica de juros no Brasil, que passou de 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021 para 13,75% em 31 de dezembro de 2022, bem como a captação total de financiamentos realizada em 2021 no montante de R\$ 262 milhões, resultando no pagamento de juros em 2022.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 242.691 mil comparativamente a R\$17.296 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$225.395 mil ou 1.303,2%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 20,4% e 1,9% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro operacional resultante do aumento das vendas do exercício decorrente da expansão orgânica das operações da Companhia e aumento das exportações, além da valorização do valor justo do ativo biológico.

Resultado do exercício

Lucro (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$170.540 mil comparativamente a R\$18.051 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$152.489 mil ou 844,8%. Resultado do exercício representou 14,4% e 2,0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Receita líquida de vendas	919.093	100,0%	654.088	100,0%	40,5%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9.675	1,1%	27.779	4,2%	-65,2%
Custos dos produtos vendidos	(803.135)	-87,4%	(509.377)	-77,9%	57,7%
Lucro bruto operacional	125.633	13,7%	116.932	17,9%	7,4%
Outras (despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(76.850)	-8,4%	(62.636)	-9,6%	22,7%
Outras receitas	22.227	2,4%	5.259	0,8%	322,6%
Receitas/despesas operacionais, líquidas	(54.623)	-5,9%	(57.377)	-8,8%	-4,8%
Resultado financeiro	(53.714)	-5,8%	(31.029)	-4,7%	73,1%
Receitas financeiras	5.915	0,6%	7.781	1,2%	-24,0%
Despesas financeiras	(59.629)	-6,5%	(38.810)	-5,9%	53,6%
Lucro antes do imposto de renda e da	17.296	1,9%	28.526	4,4%	-39,4%

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.139)	-0,5%	(5.872)	-0,9%	-29,5%
Imposto de renda e contribuição social	(3.384)	-0,4%	(13.429)	-2,1%	-74,8%
Resultado do exercício	18.051	2,0%	20.969	3,2%	-13,9%

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$919.093 mil comparativamente a R\$654.088 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$265.005 mil ou 40,5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de receita obtida com a venda de ovos comerciais e, com menor impacto, de fertilizantes, decorrente da expansão orgânica e inorgânica das operações da Companhia.

Lucro bruto operacional

Lucro bruto operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$125.633 mil comparativamente a R\$116.932 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 8.701 mil ou 7,4%. Lucro bruto representou 13,7% e 17,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, atribuído, principalmente, pelos aumentos de custos dos insumos durante o exercício de 2021 e pela variação negativa dos ativos biológicos da Companhia.

Receitas/despesas operacionais, líquidas

Receitas/despesas operacionais, líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de (R\$54.623 mil) comparativamente a (R\$57.377 mil) no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de (R\$2.754 mil) ou (4,8%). Receitas/despesas operacionais, líquidas representou (5,9%) e (4,8%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, mantendo-se praticamente estável.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de (R\$ 53.714 mil) comparativamente a (R\$31.029 mil) no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$22.685 mil ou 73,1%. Resultado financeiro representou (5,8%) e (4,7%) da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às despesas financeiras, especialmente o aumento do pagamento de juros pela Companhia no âmbito de seus contratos financeiros como consequência do aumento da taxa básica de juros no Brasil, que passou de 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 para 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em

31 de dezembro de 2021 foi de R\$17.296 mil comparativamente a R\$28.526 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$11.230 mil ou (39,4%). Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 1,9% e 4,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a o aumento das despesas financeiras no exercício de 2021, conforme destacado anteriormente, com o aumento das taxas de juros e que, conseqüentemente, impactaram a apuração de impostos correntes e diferidos.

Resultado do exercício

Resultado do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$18.051 mil comparativamente a R\$20.969 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de (R\$2.918 mil) ou (13,9%). Resultado do exercício representou 2,0% e 3,2% da receita líquida de vendas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente aos fatores descritos acima.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais	332.214	42.708	147.293
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento	(191.796)	(122.317)	(199.106)
Caixa e equivalentes de caixa proveniente das atividades de financiamento	(226.354)	73.749	206.591
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(85.936)	(5.860)	154.768

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais

O caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais totalizou R\$332.214 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$42.708 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$289.506 mil, ou 677,9%, é justificado pelo aumento da geração de caixa da Companhia, resultado do aumento significativo das receitas operacionais, melhor gestão dos custos e níveis de estoques, recebimento de créditos e pagamentos de obrigações relevantes durante o exercício de 2022.

Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento

O caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 191.796 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$122.317 mil no

exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$69.479 mil, ou 56,8%, é justificado, principalmente, pelo aumento da adição de ativos biológicos (R\$95.323 mil em 2021 e R\$169.681 mil em 2022), caracterizado pelo acréscimo substancial de aves às operações da Companhia em decorrência do crescimento orgânico e das aquisições de empresas por ela realizada.

Caixa e equivalentes de caixa proveniente das atividades de financiamento

O caixa e equivalentes de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$226.354 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma geração de R\$73.749 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação de R\$300.103 mil, ou (406,9%), é justificada, principalmente, pela redução da captação de empréstimos e financiamentos (262.000 mil em 2021 e 15.000 mil em 2022).

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais

O caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais totalizou R\$ 42.708 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$147. 293 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R\$104.585 mil, ou (71,0%), é justificada pelo aumento significativo dos custos operacionais da Companhia em 2021, decorrente principalmente da alta das *commodities* e inflação, que afetaram a atividade de avicultura. Tais eventos foram parcialmente compensados pelo aumento da receita da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento

O caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$122.317 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado a R\$199.106 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R\$76.789 mil, ou 38,6%, é justificada, principalmente, pelas adições relevantes de ativo imobilizado em 2020, como aquisição de terras e maiores investimentos orgânicos realizados pela Companhia em máquinas, equipamentos e instalações.

Caixa e equivalentes de caixa proveniente das atividades de financiamento

O caixa e equivalentes de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$73.749 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 206.581 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R\$132.832 mil, ou 64,3%, é justificada, principalmente, pela emissão de debêntures da Companhia realizada em 2020, o que potencializou o resultado positivo observado nesse exercício social, e o aumento do pagamento de juros e amortizações de seus financiamentos durante o exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2021 como decorrência do aumento da taxa básica de juros brasileira e das captações realizadas pela Companhia no ano anterior, especialmente as debêntures de sua emissão.

2.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(em R\$ mil)			
Receita bruta tributável	1.293.056	1.010.632	727.670
(-) Devoluções, descontos e cancelamentos	(82.152)	(70.453)	(59.430)
(-) Impostos incidentes sobre as vendas e serviços	(23.123)	(21.086)	(14.152)
Receita Operacional líquida	1.187.781	919.093	654.088

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(em R\$ mil)			
Receitas de vendas de ovos férteis	264.588	180.893	169.890
Receitas de vendas de ovos comerciais	867.200	702.742	469.912
Receitas de fertilizantes	55.993	35.458	14.286
	1.187.781	919.093	654.088

Principais componentes

Receita de vendas

A receita da Companhia é composta, principalmente, pelas vendas de seus produtos em três segmentos operacionais: (a) ovos comerciais; (b) ovos férteis; e (c) fertilizantes organominerais. A manutenção e incremento das receitas da Companhia, e, conseqüentemente, de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram devidos principalmente à expansão da produção da Companhia, seja por crescimento orgânico seja por meio de aquisições em geografias estratégicas, conforme descritos no item 2.4 deste Formulário de Referência.

Impostos incidentes sobre as vendas e serviços

ICMS. O ICMS é um imposto estadual e incide sobre a nossa receita bruta de vendas a alíquotas que variam entre 0,0% e 18% de acordo com o tipo de produto, isento ou não, de acordo com a legislação de cada Estado, no qual esse produto é vendido.

PIS e COFINS. O PIS/Pasep e a COFINS são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,0% e 1,65% (PIS), e 0,0% e 7,6% (COFINS), respectivamente, sobre o total das receitas auferidas e não isentas de acordo com a legislação vigente (observadas as deduções permitidas em lei) decorrentes da comercialização dos produtos.

Devoluções e cancelamentos

As devoluções consistem dos produtos que a Companhia vende aos seus clientes e que são devolvidos, em sua grande maioria, por eventuais avarias dos produtos durante o transporte.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia são materialmente influenciadas pelos seguintes fatores: aumento da oferta do produto no mercado em função do aumento da produção nacional, causando a redução nos preços de venda; controle inadequado dos índices de produção do plantel da Companhia; e aumento do preço dos insumos utilizados nas operações da Companhia, principalmente o milho e o farelo de soja.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O resultado operacional e a condição financeira da Companhia são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil onde há uma parte significativa de nossas operações. A Companhia é afetada principalmente pela taxa de inflação, variação da taxa de câmbio do real brasileiro em relação a outras moedas estrangeiras e taxa de juros.

Aumentos na taxa de inflação causam um aumento na nossa estrutura de custos e despesas e tendem a ser repassados aos preços de venda dos produtos da Companhia em montante justo e que não possa comprometer eventual redução de volume. Caso a Companhia não seja capaz de repassar o aumento da taxa de inflação aos nossos produtos, pode sofrer um efeito adverso.

A taxa de juros também influencia a receita ou despesa financeira da Companhia, na medida em que afeta os juros incidentes sobre seus contratos de debêntures e de empréstimos e financiamentos, além das aplicações financeiras. No entanto, tendo em vista que a Companhia vende produtos alimentícios, uma política de juros mais conservadora pode não afetar o consumo desses produtos como afetaria outros negócios cujos produtos apresentam maior valor agregado e/ou dependem de disponibilidade de crédito, como, por exemplo, o setor automobilístico ou de produtos supérfluos.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A variação do preço de commodities, tais como milho e farelo de soja, historicamente elevou a estrutura de custos da Companhia e, conseqüentemente, seu resultado operacional, dado que são os principais insumos utilizados no processo de fabricação de ração para aves. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, por exemplo, o aumento do lucro bruto operacional de R\$277.260 mil comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi parcialmente compensado aumento dos custos com os produtos vendidos, especialmente matéria-prima e insumos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$125.633 mil comparativamente a R\$116.932 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 8.701 mil ou 7,4%, atribuída, principalmente, pelos aumentos de custos dos insumos durante o exercício de 2021.

Um aumento da inflação aumenta a estrutura de custos da Companhia, bem como aumenta as vendas do seu principal produto, o ovo comercial, pois este possui um preço mais baixo do que as alternativas disponíveis no mercado, como carnes vermelhas e brancas. O aumento da demanda, contudo, leva a uma maior oferta do produto pelos concorrentes da Companhia, de forma que o aumento da estrutura de custos da Companhia pode não ser repassada ao

consumidor final, reduzindo sua margem de lucro e os resultados. Em 31 de dezembro de 2021, por exemplo, a Companhia sofreu uma redução de seu Caixa e equivalentes de caixa, em comparação à sua posição em 31 de dezembro de 2020, de R\$104.585 mil, justificada pelo aumento significativo dos custos operacionais da Companhia em 2021, decorrente substancialmente da alta da inflação.

Por fim, a Companhia possui diversas aplicações financeiras que podem ser afetadas pelo aumento da taxa de juros, uma vez que a maioria de suas aplicações estão atreladas à taxa DI. Contudo, conforme descrito no item 2.2(b) acima, o pagamento da remuneração das debêntures de emissão da Companhia é atrelado à taxa de juros, de modo que sua elevação historicamente impactou de forma negativa no desempenho financeiro da Companhia. O Resultado financeiro da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, por exemplo, foi de (R\$94.845 mil) comparativamente a (R\$ 53.714 mil) no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$41.131 mil. Este aumento é atribuído substancialmente às despesas financeiras, especialmente o aumento do pagamento de juros pela Companhia no âmbito de seus contratos financeiros como consequência do aumento da taxa básica de juros no Brasil, que passou de 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021 para 13,75% em 31 de dezembro de 2022, bem como a captação total de financiamentos realizada em 2021 no montante de R\$ 262 milhões, resultando no pagamento de juros em 2022. Já entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o Resultado financeiro teve uma variação de R\$22.685 mil. Este aumento de prejuízo é atribuído substancialmente às despesas financeiras, especialmente o aumento do pagamento de juros pela Companhia no âmbito de seus contratos financeiros como consequência do aumento da taxa básica de juros no Brasil, que passou de 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 para 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021.

2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não foram registradas mudanças nas práticas contábeis da Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência nos últimos três exercícios sociais.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem opiniões modificadas e ênfases.

2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos últimos três exercícios sociais não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As principais aquisições de participações societárias realizadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais encontram-se descritas abaixo. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

Aquisição da BL Ovos

Em 14 de dezembro de 2022, a Granja Faria celebrou contrato com seis pessoas físicas (“Vendedores”), através do qual adquiriu a totalidade da participação nas sociedades que compõem o Grupo BL, composto pela BL Conservas e Alimentos Ltda, BL Transportes Ltda, Halecson Stingule ME e a Tatiane Buss Scheder EPP; e que desenvolve as atividades de produção e comercialização de ovos comerciais nos estados de Espírito Santo, Bahia e Goiás, tendo o fechamento da operação ocorrido em 07 de fevereiro de 2023 (“Data de Fechamento”). A aquisição foi concretizada mediante o pagamento do montante total de R\$ 219.894.896,00 (duzentos e dezenove milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais), já deduzido da dívida líquida condicionada a ajuste na Data de Fechamento, sendo R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) em recursos imediatamente disponíveis na Data de Fechamento, R\$ 147.939.579,00 (cento e quarenta e sete milhões, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais), que serão pagos em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas no montante de R\$ 4.931.319,30 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil, trezentos e dezenove reais e trinta centavos) e R\$ 6.955.317,00 (seis milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e dezessete reais) retidos a título de garantia e que serão pagos aos Vendedores no prazo de até 5 (cinco) anos contados a partir da Data de Fechamento.

Aquisição da Granja Alexaves Ltda.

Em 26 de abril de 2021, a Granja Faria celebrou, com cinco pessoas físicas, contrato através do qual adquiriu, pelo montante de R\$ 6.420.000,00 (seis milhões, quatrocentos e vinte mil reais), mediante a transferência de recursos imediatamente disponíveis, a totalidade das quotas de emissão da Granja Alexaves Ltda., a qual realiza a atividade de produção e comercialização de ovos comerciais em Goiás e Distrito Federal, assumindo as suas operações a partir de 1º de maio de 2021.

Aquisição da Avimor Agroavícola Moresco Ltda.

Em 26 de agosto de 2020, a Granja Faria celebrou, com duas pessoas físicas, contrato através

do qual adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Avimor Agroavícola Moresco Ltda., a qual realiza atividades de produção e comercialização de ovos comerciais no estado do Rio Grande do Sul, assumindo as suas operações a partir de 1º de setembro de 2020. A aquisição se deu mediante a transferência do montante (ajustado conforme cláusulas contratuais) de R\$ 23.382.441,10 (vinte e três milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e reais e dez centavos), sendo o pagamento de R\$10.587.024,50 (dez milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, vinte e quatro reais e cinquenta centavos) em recursos imediatamente disponíveis em 31 de agosto de 2020; R\$960.811,57 (novecentos e sessenta mil, oitocentos e onze reais e cinquenta e sete centavos) a título de excedente de estoques; R\$1.599.279,14 (um milhão, quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e quatorze centavos) referente a processo de pedido de ressarcimento (superveniência ativa) de impostos federais; e o saldo remanescente no valor de R\$10.235.325,89 dividido em 36 parcelas mensais.

(c) Eventos ou operações não usuais

Nos últimos três exercícios sociais não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia apresentou as seguintes medições não contábeis:

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização ("EBITDA"). A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida ("Margem EBITDA").

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não devem ser consideradas isoladamente ou como alternativas e/ou substitutas do lucro líquido, do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicadores de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos da Companhia. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

(Em R\$ mil, exceto %)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	471.161	176.311	143.059
Margem EBITDA ⁽¹⁾	39,7%	19,2%	21,9%

⁽¹⁾ A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

(Em mil de reais, exceto %)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
-----------------------------	------------	------------	------------

Resultado do exercício	170.540	18.051	20.969
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	72.153	(755)	7.557
(+) Resultado financeiro	94.845	53.714	31.029
(+) Depreciação e amortização	133.623	105.301	83.504
EBITDA	471.161	176.311	143.059
Receita líquida de vendas	1.187.781	919.093	654.088
Margem EBITDA⁽¹⁾	39,7%	19,2%	21,9%

⁽¹⁾ A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia elabora e divulga o EBITDA e Margem EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência.

No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a utilização como medida de lucratividade da Companhia, na medida em que não considera determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação.

Dessa forma, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente, ou como indicador substituto para medir lucro operacional ou lucro líquido, tampouco como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados ou revisados.

2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Ocorreram os seguintes eventos após 31 de dezembro de 2022, data base das últimas demonstrações financeiras da Companhia, cuja emissão ocorreu em 10 de março de 2023:

Em continuidade ao processo de expansão, em fevereiro de 2023 a Companhia adquiriu o controle de 100% das operações do Grupo Ovos BL, composto pela totalidade das quotas das empresas BL Conservas e Alimentos Ltda, BL Transportes Ltda, Halecson Stinguel ME e Tatiane Buss Scheder EPP, atuante no mercado de produção e comercialização de ovos comerciais, com unidades de produção nos estados do Espírito Santo e Goiás. O montante de operação foi de R\$ 219.895 mil, já deduzido da dívida líquida condicionada a ajuste na data de fechamento (07/02/2023), assumindo as operações a partir desta data, mediante o pagamento de R\$65.000 mil na data de fechamento, R\$ 147.940 mil que serão pagos em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas e R\$ 6.955 mil retido a título de garantia e que serão pagos aos Vendedores no prazo de até 5 (cinco) anos contados a partir da data de fechamento.

Conforme previsto em contrato e mencionado anteriormente, a dívida líquida apurada na data do contrato será assumida pela Companhia e a mesma poderá sofrer ajustes após o levantamento e seu recálculo na data de fechamento, e eventuais variações identificadas serão ajustadas no montante parcelado.

Empresa	Local	Data-base da aquisição	Valor do investimento (em R\$ mil)
Grupo Ovos BL:			
BL Conservas e Alimentos Ltda	Santa Maria de Jetibá/ES;		
BL Transportes Ltda	Cristalina/GO;	07/02/2023	290.000
Halecson Stinguel ME	Salvador/BA		
Tatiane Buss Scheder EPP			

Os laudos para fins de determinação e alocação e apuração dos valores justos e ágio estão em fase de elaboração pela Administração da Companhia conjuntamente com os saldos de balanço de abertura, respeitando-se os prazos contratuais e legais, que serão realizados durante o exercício de 2023.

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022	2021	2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
a.i Valores das Retenções dos Lucros	Reserva Legal: R\$ 8.527.008,23 (oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil, oito reais e vinte e três centavos) Reserva de Lucros: R\$ 121.509.867,33 (cento e vinte e um milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos)	Reserva Legal: R\$ 902.562,27 (novecentos e dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos) Reserva de Lucros: R\$ 12.410.231,14 (doze milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e trinta e um reais e quatorze centavos)	Reserva Legal: R\$ 1.048.471,25 (um milhão, quarenta e oito mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos) Reserva de Lucros: R\$ 14.940.715,36 (quatorze milhões, novecentos e quarenta mil, setecentos e quinze reais e trinta e seis centavos)
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5,00% Reserva de Lucros: 71,25%	Reserva Legal: 5,00% Reserva de Lucros: 68,75%	Reserva Legal: 5,00% Reserva de Lucros: 71,25%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo ser levantados balanços em períodos intermediários, a	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo ser levantados balanços em períodos intermediários, a

	2022	2021	2020
	Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	serem definidos pela Diretoria.	serem definidos pela Diretoria.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 – Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais.

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia tem como plano de negócios para o exercício corrente e os próximos, o investimento em: (a) aquisições de sociedades com negócios complementares aos seus, em diferentes geografias; (b) crescimento orgânico, sobretudo do segmento de ovos comerciais; e (c) internacionalização de seus negócios, especialmente, referente a ovos férteis.

Em relação ao item (a) acima, nos últimos anos a Companhia investiu, até a data deste Formulário de Referência, mais de R\$ 700 milhões na aquisição de oito empresas com marcas complementares à Granja Faria ao redor do Brasil (Josidith, Marutani, Stragliotto, ASA, Iana, Avimor, Alexaves e BL Ovos), o que aumentou sua relevância no mercado de ovos comerciais brasileiro. Para o exercício social corrente, a Companhia pretende investir cerca de R\$300 milhões.

Em relação ao item (b), a Companhia pretende continuar a expandir sua capacidade produtiva (atualmente de 10,6 e 3,5 milhões de aves para a produção de ovos comerciais e férteis, respectivamente) através da construção de novas plantas e do investimento incremental de cerca de R\$45 milhões nas unidades produtivas atuais.

Em relação ao item (c), a Companhia pretende internacionalizar o seu negócio de ovos férteis, para além da exportação atual, de modo a atender clientes internacionais com maior proximidade, por meio da abertura de novas unidades produtivas e aquisição de novas galinhas, conforme a demanda, com novos contratos de integração com produtores e ovos férteis com custo estimado de R\$265 milhões com esse segmento em 2023, em comparação aos R\$199 milhões de custo realizado em 2022, além de estimar um custo de reposição de plantel para 2023 no valor de R\$87 milhões diante dos R\$68 milhões em 2022 para o segmento de ovos férteis. A estratégia inicial é expandir as operações para os Estados Unidos e para o Oriente Médio, regiões nas quais a Companhia já possui um bom relacionamento com os players locais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com duas fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia e (ii) linhas de financiamento de longo prazo.

Para consecução dos investimentos previstos descritos acima, a Companhia poderá contar, além das duas fontes referidas anteriormente, com recursos a serem advindos de parcela primária de eventual oferta pública inicial de distribuição de ações de sua emissão ou emissão de outros valores mobiliários.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que, até o momento, a Companhia não estruturou um plano de negócios com aspectos específicos relacionados a ASG. Não obstante, a Companhia reconhece a importância do tema.

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

3. Projeções

3.1 – As projeções devem identificar:

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 - Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

4. Fatores de risco

4.1 - Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Estão aqui descritos riscos que, à luz do entendimento da Companhia, podem, na data deste Formulário de Referência, afetar substancial e adversamente seus negócios, sua condição financeira, seus resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação. Todos os riscos aqui descritos como aplicáveis à Companhia também devem ser entendidos como aplicáveis às sociedades por ela controladas e cujos resultados são consolidados pela Companhia, exceto se expressamente indicado o contrário ou se o contexto assim o exigir.

Para os fins desta seção "4.1. Fatores de Risco", a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, reputação, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e/ou de suas controladas, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia acredita influenciarem a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários por ela emitidos e, nesse sentido, estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância dentro de cada subitem. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira e patrimonial e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes na data da apresentação deste Formulário de Referência, também podem vir a adversamente afetar a Companhia.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia.

(a) Emissor

A criação de aves envolve riscos relacionados à saúde animal e ao controle de doenças, os quais podem impactar a Companhia negativamente.

As operações da Companhia envolvem criação de aves, as quais podem ter de ser descartadas e os ovos comerciais produzidos por elas suspensos para venda no Brasil e nos países para os quais a Companhia realiza exportação., caso ocorra um surto de doença que afete as aves criadas pela Companhia, tais como salmonela, listeria e gripe aviária, entre outras. Ainda, a saúde das aves pode ser afetada caso a Companhia não cumpra de forma tempestiva com o

programa vacinal de tais animais ou não adote realize o controle nutricional adequado para a idade das aves.

As aves criadas pela Companhia representam uma parte substancial de seu ativo e são necessárias para a produção do ovo comercial, o qual é o principal produto comercializado pela Companhia. A eliminação de animais afetados pode impedir a recuperação dos custos decorrentes da criação ou aquisição desses animais e resultar em despesas adicionais, como aquelas relacionadas ao descarte dos animais contaminados. Surtos de doenças animais, ou o receio público a seu respeito, podem restringir a comercialização dos produtos da Companhia, afetando negativa e materialmente sua condição financeira.

A Companhia depende do sistema de transportes e infraestrutura das cidades em que estão localizados os centros de distribuição para a entrega das mercadorias.

O sistema de transporte e infraestrutura no Brasil está em desenvolvimento e necessita de melhorias para que possa funcionar de maneira eficiente e atender aos negócios da Companhia. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde a Companhia atua, distribuídas em onze Estados brasileiros, especialmente nos locais onde estão suas unidades produtivas, incubatórios e lojas em Centrais de Abastecimento (CEASA), resultantes, por exemplo, de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19) ou outras causas inesperadas podem atrasar ou prejudicar a capacidade da Companhia de distribuir mercadorias e ocasionar queda em nas vendas, o que poderá impactar negativamente sua capacidade de cumprir seus contratos e, conseqüentemente, sua imagem perante seus clientes e resultados financeiros.

O plano de crescimento orgânico da Companhia está sujeito a dificuldades e incertezas que podem prejudicar a implementação da estratégia de negócio da Companhia.

O plano de crescimento orgânico da Companhia depende de diversos fatores que estão fora de seu controle, tais como disponibilidade e custo de matéria-prima para a preparação de ração para aves, bem como a disponibilidade de mão de obra capaz de administrar as unidades de produção da Companhia.

Ainda, os projetos de investimento da Companhia, e, conseqüentemente, sua estratégia de crescimento, incluem gastos constantes em manutenção e aquisição de novos equipamentos com o objetivo de aprimorar a qualidade e eficiência de suas operações para alcançar níveis adequados de produção. Durante a implementação dos projetos de investimento e de ampliação e melhoria de suas operações, a fim de se manter competitiva perante o mercado, a Companhia pode enfrentar diversas dificuldades e incertezas, dentre as quais (i) falhas e/ou atrasos na aquisição de equipamentos; (ii) aumento dos custos inicialmente estimados pela administração da Companhia; (iii) dificuldades técnicas, inclusive baixa produtividade; (iv) dificuldades na obtenção de licenças ambientais e governamentais; (v) obstáculos regulatórios; (vi) mudanças nas condições de mercado que torne os produtos da Companhia menos rentáveis do que o previsto inicialmente pela administração; (vii) surgimento de novas doenças ou agravamentos de doenças já existentes que acometam aves; (viii) incapacidade de

desenvolver infraestrutura e atrair mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficiente; (ix) desafios culturais decorrentes da integração de novos administradores e empregados; e (x) necessidade de atualizar sistemas de contabilidade, de tecnologia da informação, informações administrativas e recursos humanos.

Caso a Companhia não consiga gerenciar tais riscos causados por dificuldades e incertezas para implementação da sua estratégia de negócios, o potencial de crescimento da Companhia, suas operações e lucratividade poderão ser adversamente afetados.

A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento (“Covenants”) em seus contratos financeiros. O não cumprimento desses Covenants pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (“Covenants”) existentes em seus contratos financeiros, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações). Os aspectos financeiros estão relacionados com os níveis de alavancagem da Companhia, com verificações anuais e são garantidos por bens do ativo fixo da Companhia, incluindo equipamentos e as aves utilizadas em suas operações, e aval de seu controlador indireto.

A Companhia pode não ser capaz de atender referidos Covenants, principalmente em cenários de condições adversas em seu ambiente de negócios, como a retração do mercado em que atua, o que pode ocasionar o vencimento antecipado de suas dívidas, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes. Para mais informações, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, os ativos disponíveis da Companhia eram consideravelmente inferiores à totalidade de seu Passivo, especialmente em virtude de Empréstimos e Financiamentos, os quais são compostos, majoritariamente, por montantes a pagar no âmbito das debêntures de emissão da Companhia, empréstimos bancários e Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio. Na data em questão, a Companhia possuía R\$ 791.130 mil classificado como Passivo Circulante e Não Circulante; e R\$65.825 mil classificado como Caixa e Equivalentes de Caixa. Conforme descrito nos itens 1.12 e 2.6 deste Formulário de Referência, a Companhia finalizou a aquisição do Grupo BL em fevereiro de 2023, período em que passou a consolidar suas informações financeiras. Dessa forma, considerando as informações patrimoniais do Grupo BL em fevereiro de 2023 e as informações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentaria um Passivo Circulante e Não Circulante consolidado de R\$1.063.257 mil e Caixa e equivalentes de caixa de R\$66.186 mil, sem qualquer ajuste ou desconto. Tal quantia de ativos disponíveis, somada à geração de caixa da Companhia, pode ser insuficiente para honrar seus compromissos financeiros assumidos no curto ou longo prazo, em especial Empréstimos e Financiamentos.

Caso a Companhia não consiga gerar caixa suficiente, renegociar os pagamentos de seus empréstimos e outras obrigações financeiras, ou obter novos recursos de dívida ou capital

próprio para cumprir com seus compromissos financeiros, o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira relevante e adversa. Além disso, alguns compromissos financeiros assumidos pela Companhia contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplimento em outros contratos ou caso o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado, o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia. Para maiores informações sobre os compromissos financeiros da Companhia, ver seção 2.1(f) deste Formulário de Referência.

O vencimento antecipado de qualquer dos contratos financeiros da Companhia pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos, na excussão dos bens de seu ativo fixo dados em garantia e conseqüentemente, acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua situação financeira.

A Companhia pode não conseguir obter ou renovar suas licenças e alvarás para operação de seus estabelecimentos.

As atividades da Companhia estão sujeitas a leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, obtenção de autorizações, registros perante órgãos municipais, cartórios e demais órgãos competentes, licenças aplicáveis, tais como licenças de operação e alvarás para funcionamento, que afetam as suas atividades. A Companhia é obrigada a obter e renovar periodicamente tais licenças, alvarás e autorizações de diversas autoridades governamentais relacionadas às instalações físicas utilizadas pela Companhia. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças, alvarás ou autorizações pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de instalações físicas a serem utilizadas hoje pela Companhia e até, conforme o caso, na interdição e fechamento de instalações físicas consideradas irregulares utilizadas pela Companhia, bem como na aplicação de multas, o que pode afetar adversamente seu negócio.

Em razão, inclusive, da atuação e dos prazos praticados por alguns órgãos administrativos, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva, o que pode impactar adversamente os seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia pode não conseguir obter os resultados esperados nas aquisições e nas operações de novos negócios que possa vir a adquirir, fato que poderá causar um efeito adverso nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui o histórico recente de aquisições como parte de seu plano de negócios e pode buscar novamente no futuro, além do crescimento orgânico, a possibilidade de expansão pela constituição de novos negócios e parcerias, incluindo a aquisição e licenciamento de marcas terceiras. O sucesso de eventuais aquisições ou investimentos estará baseado na capacidade da Companhia de identificar oportunidades, negociar em termos favoráveis, estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e outros fatores relacionados aos respectivos negócios. A Companhia não pode garantir que suas eventuais aquisições ou investimentos produzirão os resultados esperados no momento de celebração ou de conclusão de uma determinada operação. Além disso, as

eventuais aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio de capital e da atenção da administração da Companhia para outras oportunidades de negócios. A integração de qualquer uma das empresas eventualmente adquiridas e seus impactos financeiros podem afetar os resultados operacionais da Companhia de maneira adversa.

Esta potencial estratégia envolve riscos, dentre os quais se incluem:

- avaliação e estruturação de plano de crescimento com base em premissas que não venham a se concretizar;
- a Companhia pode realizar aquisições que não contribuam para a sua estratégia de crescimento;
- a Companhia pode pagar mais do que o valor justo do negócio;
- as marcas adquiridas poderão não ter o mesmo êxito que as marcas atualmente detidas pela Companhia;
- o processo de auditoria (due diligence) conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar todos os passivos contingentes da adquirida, tais como contingências cíveis, fiscais, criminais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais, irregularidades na condução dos negócios, contingências relacionadas a propriedade intelectual ou, ainda, demonstrações financeiras preparadas em desacordo com as práticas contábeis vigentes ou deficiências significativas de controles internos, ainda que não materializadas, e a Companhia pode não ter direito de cobrar indenização por referidos passivos ou não conseguir cobrar referidas indenizações dos respectivos devedores;
- a Companhia poderá não concluir as aquisições nas condições que vislumbra ou que atendam suas expectativas de retorno;
- o processo de identificação, avaliação e negociação de novas aquisições e de integração de novas marcas pode exigir tempo e esforço significativos dos seus administradores;
- a integração de sistemas e de outros recursos pode ser substancialmente mais demorada e custosa do que o planejado e desviar a atenção da administração da Companhia;
- a administração da Companhia pode não ter sucesso em implementar sua cultura organizacional nas sociedades eventualmente adquiridas; e
- a incapacidade de manter pessoas-chave da adquirida estimuladas e incentivadas na execução do seu plano de crescimento alinhado com as estratégias da tese de investimento desenhada pela Companhia.

Adicionalmente, caso a Companhia mantenha esta estratégia de crescimento inorgânico, determinadas operações societárias poderão estar sujeitas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Caso o CADE entenda que potencial aquisição e/ou associação poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que a Companhia atua, o CADE poderá rejeitar referidas operações, ou, ainda, aprová-las com

restrições contrárias aos interesses da Companhia. Qualquer dessas decisões poderá afetar adversamente os resultados e o valor de mercado das ações da Companhia.

Ainda, a Companhia pode não ser capaz de identificar novas oportunidades que sejam atrativas, em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, da atuação de seus principais concorrentes, entre outros fatores. Ainda, alguns dos concorrentes da Companhia podem possuir mais recursos financeiros ou, de outras formas, estar em posição mais vantajosa para adquirir sociedades ou outros ativos estratégicos.

A ocorrência de quaisquer desses fatores ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

As operações e posse dos imóveis ou meios de produção utilizados pela Companhia estão sujeitas a perturbações por terceiros.

A Companhia pode vir a sofrer perturbação de suas operações por terceiros, inclusive por meio de queimadas ilegais, invasão ou ocupação de imóveis e bloqueio de estradas e terras agrícolas, inclusive eventualmente promovidas por membros de determinados movimentos sociais, movimentos de proteção ao meio ambiente ou direitos dos animais, bem como povos indígenas. Em certas regiões, inclusive aquelas nas quais a Companhia possui propriedades, os remédios disponíveis para prevenção de tais perturbações, como proteção policial e ações possessórias, podem ser inadequados, insuficientes ou inexistentes, prejudicando as operações e capacidade da Companhia de cumprir com seus contratos.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a responsabilização civil para reparar quaisquer danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, caso seja provada a existência denexo causal entre as atividades da Companhia e os referidos danos, o que pode afetar adversa e materialmente os resultados financeiros, imagem e reputação da Companhia.

As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios, paralisações de terceiros e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos que afetam os imóveis e instalações que ela ocupa, próprios e locados de terceiros (inclusive eventuais invasões), tais como, entre outros, incêndio com potencial para destruir equipamentos, instalações e prejudicar a saúde das aves utilizadas nas operações da Companhia. Ainda, a operação dos equipamentos utilizados na cadeia produtiva da Companhia e manuseio de carga apresenta riscos inerentes de catástrofes, falhas mecânicas e elétricas, colisões e perdas de ativos, o que pode resultar até mesmo em perdas de vidas e danos à integridade física de colaboradores, clientes e terceiros.

Incêndios, explosões e vazamentos de combustível e outros produtos inflamáveis, bem como outros incidentes ambientais, perda ou danificação de carga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, a restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias, bem como reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações ambientalistas e/ou sociais, greves (de seus empregados ou daqueles vinculados às entidades com quem a

Companhia se relaciona, tais como seus clientes), condições meteorológicas adversas e desastres naturais, tais como enchentes, podem resultar na perda de receitas, dano à reputação, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

A Companhia também está sujeita a paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas, a exemplo da greve dos caminhoneiros em maio de 2018, quando os caminhoneiros brasileiros iniciaram uma greve nacional para reivindicação de redução de tributos incidentes sobre o diesel e alteração da política de preços de combustíveis no Brasil. Ainda, nos últimos meses, o preço dos combustíveis sofreram altos reajustes, o que pode implicar em novas greves, paralisações e bloqueios em rodovias ou vias públicas. Paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas podem afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima e os consequentes danos aos seus negócios pode ter um efeito adverso sobre os resultados da Companhia, bem como determinar a sua responsabilização ambiental.

A Companhia pode não ser capaz de adaptar seus negócios aos avanços tecnológicos observados em seu setor de atuação e sua capacidade de manter e expandir seus mercados pode ser adversamente afetada.

Os avanços e desenvolvimentos tecnológicos nos equipamentos, sistemas e técnicas utilizados pela Companhia estão em constante evolução, e, como resultado, fabricantes e distribuidores continuam a oferecer novos produtos para empresas do ramo da Companhia. Para proporcionar aos seus clientes produtos de qualidade a preços competitivos produzidos em maior escala, a Companhia deve avaliar continuamente as necessidades de tecnologia e equipamentos (por exemplo, equipamentos que reduzam as perdas e melhorem a eficiência no processo de produção). Caso a Companhia não se mantenha atualizada com os avanços tecnológicos do setor em que atua, suas atividades, inclusive seus equipamentos, podem se tornar obsoletos e a Companhia pode ser obrigada a incorrer custos inesperados significativos para o treinamento de pessoal e aquisição de novos equipamentos, sob pena de os seus clientes rescindirem os contratos celebrados com a Companhia ou não os renovarem, o que pode afetar adversamente os resultados das operações da Companhia, sua reputação e seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia pode ter de despende recursos consideráveis para adquirir equipamentos mais modernos para manter ou elevar seu nível de produção e competitividade, além de incorrer em despesas adicionais decorrentes da variação cambial para equipamentos importados, cujo valor é denominado em moeda estrangeira. Aumentos de custos podem afetar negativamente os negócios da Companhia e seus resultados operacionais, pois é possível que não se consiga repassar esses aumentos de custos para os clientes e, portanto, resultando em um impacto adverso nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a despesas com indenizações, seguros, acidentes e danos financeiros e reputacionais decorrentes de acidentes ocorridos em suas operações.

A Companhia não dispõe de seguro em relação a todos os seus ativos e está sujeita à ocorrência de acidentes no âmbito de suas operações envolvendo seus funcionários e

terceiros. Tais acidentes podem resultar em danos aos equipamentos, instalações e ativo biológico da Companhia, bem como à integridade física de colaboradores, fornecedores e terceiros, ocasionando o surgimento de reivindicações extrajudiciais e judiciais contra a Companhia, que pode ser responsabilizada e obrigada a pagar indenizações às vítimas.

Ainda, as apólices de seguro mantidas pela Companhia podem não cobrir determinadas perdas e danos decorrentes de acidentes em suas instalações ou sofridos por seus funcionários ou terceiros. Assim, tais perdas podem não estar cobertas por apólice de seguro ou podem não estar abrangidas pelas apólices de seguro contratadas, como, por exemplo, eventos causados por caso fortuito ou força maior e guerras civis, dentre outros. Além disso, o ressarcimento de eventos cobertos pelas apólices de seguros da Companhia que venham a ser contratadas pode não ser efetuado de forma tempestiva e pode não ser suficiente para cobrir os danos sofridos.

Caso qualquer dos eventos descrito acima ocorra, a Companhia poderá sofrer um efeito substancial e adverso em relação às suas operações, reputação e situação financeira.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, inclusive decorrentes de eventuais danos ao meio ambiente ou saúde dos consumidores, cujos resultados podem ser desfavoráveis à Companhia. Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores e/ou de seus acionistas controladores, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejado, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios e/ou resultados. O valor de provisões mantidas (se constituídas) pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima, o que pode lhe obrigar a dispender de recursos adicionais, causando um efeito material adverso na sua condição financeira.

Da mesma forma, um ou mais de seus administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista. A instauração e/ou os resultados desses procedimentos podem afetar os administradores da Companhia negativamente, especialmente em casos de processos de natureza criminal, que podem impossibilitá-los ao exercício de suas funções na Companhia. Tais efeitos adversos são relevantes para a reputação, os negócios e/ou os resultados da Companhia.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o

Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, atualmente se discute reforma abrangente da tributação corporativa no Brasil, principalmente através do Projeto de Lei nº 3.887/2020 (sob tramitação no Congresso Nacional) e do Projeto de Lei nº 2.337/2021 (aprovado pelo Congresso Nacional e sob tramitação no Senado Federal), a qual envolve a possibilidade de revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos atualmente prevista na legislação, além de incluir outras matérias, como a extinção dos juros sobre capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros.. Além disso, a proposta de reforma atualmente em discussão no Senado e no Congresso Nacional propõe a positivação da tributação, no Brasil, de ganhos de capital auferidos indiretamente (i.e., alienação de investimentos no exterior que invistam em ativos brasileiros). Caso sejam implementadas tais medidas e nos termos atualmente propostos, os dividendos distribuídos estariam sujeitos à tributação pelo imposto de renda sob a forma de retenção, permitindo ao beneficiário a apropriação do crédito correspondente para compensação do tributo por ele devido quando da sua distribuição aos demais níveis da cadeia, tendo um efeito adverso para a Companhia. Embora essa legislação não tenha sido promulgada e não seja possível determinar as mudanças exatas que serão implementadas neste momento, ou de forma alguma, qualquer mudança pode ter um efeito adverso em seus resultados e operações. Por fim, com o resultado das eleições presidenciais ocorridas no Brasil em outubro de 2022 e as consequentes mudanças nos Poderes Executivo e Legislativo federais desde janeiro de 2023, é possível que novas propostas para reforma do sistema tributário brasileiro sejam apresentadas ou que as propostas já existentes sejam revistas e alteradas substancialmente, o que pode também tornar mais lenta ou mesmo inviabilizar a aprovação da reforma a ser implementada.

As políticas e estruturas de gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia estão em fase de implementação e não foram colocadas em funcionamento, o que pode gerar efeitos adversos sobre suas atividades.

Parte das estruturas organizacionais da Companhia dedicadas ao gerenciamento de riscos e controles internos, bem como os mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia (tais como Comitê de Auditoria, Área de Compliance, Controles Internos e Riscos e Auditoria Interna, mencionadas no item 5.5 deste Formulário de Referência) estão em fase de implementação, , sem que tenham sido colocadas em funcionamento na data deste Formulário de Referência.

A Companhia não pode garantir que referidas estruturas serão efetivas e suficientes uma vez que forem instaladas e tampouco pode garantir que seus administradores e colaboradores possuirão a *expertise* necessária para a satisfação das políticas e mecanismos de gerenciamento de riscos e integridade, principalmente no curto prazo. Ainda, os atuais mecanismos e estruturas de governança corporativa podem se mostrar falhos e ineficientes para garantir a devida identificação e adequação dos riscos da Companhia.

Nesse sentido, não se pode prever se a nova estrutura de gerenciamento de riscos se adaptará à Companhia e aos mecanismos de controle pré-existentes, bem como quando os administradores e colaboradores da Companhia estarão plenamente ambientados ao exercício das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, na hipótese de realização de oferta pública inicial de ações, e as políticas aprovadas pela Companhia no âmbito de seu registro de companhia aberta categoria "A", de modo que a Companhia poderá estar sujeita a falhas na identificação e tratamento dos riscos, o que pode afetar adversamente suas atividades e seu resultado operacional e financeiro.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem falhar ou não ser suficientes em detectar violações de leis de combate à corrupção e padrões de ética e conduta da Companhia por parte de seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem no nome, interesse ou benefício da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, processos de governança, bem como os procedimentos internos da Companhia, uma vez implementados em sua integralidade, podem não ser suficientes para assegurar que todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que agem no nome, interesse ou benefício da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas e leis e regulamentos voltados à prevenção e ao combate à corrupção que a Companhia está sujeita, como por exemplo, mas sem se limitar, ao Decreto-Lei nº 2.848/1940 ("Código Penal"), à Lei nº 8.137/1990 ("Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária"), à Lei nº 8.429/1992, modificada pela Lei nº 14.230/2021 ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei nº 8.666/1993 ("Lei de Licitações"), à Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), à Lei nº 14.133/2021 ("Nova Lei de Licitações"), à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e ao Decreto nº 11.129/2022 ("Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção"), assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, incluindo as diretrizes emitidas pela Controladoria Geral da União (em conjunto, "Leis de Combate à Corrupção").

No âmbito de seu pedido de registro de companhia aberta, a Companhia reformulou e permanece em contínuo aprimoramento de suas estruturas de gerenciamento de riscos corporativos, controles internos e *compliance*, em particular com a criação do seu Comitê de Auditoria, cujo regimento interno foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de março de 2023. No mesmo sentido, a Área de Compliance, Controles Internos e Riscos e a Área de Auditoria Interna da Companhia não se encontram atualmente em funcionamento.

Adicionalmente, no âmbito dessa reestruturação, a Companhia criou um canal de denúncias, o qual não se encontra em operação na data deste Formulário de Referência. Dessa forma, eventual não conformidade ou ilegalidade que ocorra na condução das atividades da Companhia até o funcionamento dessa estrutura poderá não ser conhecida e remediada corretamente pela administração da Companhia.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes, inclusive em decorrência de as estruturas mencionadas acima terem sido implementados recentemente e/ou não estarem em pleno funcionamento na data deste Formulário de Referência.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às pessoas jurídicas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, o que inclui atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou inspeções pelas autoridades governamentais, praticados por administradores, colaboradores, fornecedores, clientes, parceiros de negócios ou terceiros, atuando em nome, interesse ou benefício da Companhia, exclusivo ou não. As pessoas jurídicas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção estão sujeitas a, dentre outras penalidades, (i) multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. Caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, e (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas, consorciadas ou, no âmbito do respectivo contrato, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de ações de sua emissão, na hipótese de realização de oferta pública de ações, de forma negativa. Outras leis aplicáveis a violações relacionadas à prática de corrupção, como a Lei de Improbidade Administrativa, também preveem penalidades que incluem a proibição de celebrar contratos com o governo por um período de até 20 (vinte) anos.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação das Leis de Combate à Corrupção, contra a Companhia, administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios ou terceiros que atuam em nome, interesse ou benefício da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal (essa última hipótese, aos administradores que concorreram para a infração); (ii) perda de benefícios ilicitamente obtidos, incluindo licenças operacionais; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais de quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, entre outras penalidades aplicáveis. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Por conseguinte, se a Companhia não for capaz de manter os processos de governança, gestão de riscos e compliance operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios, inclusive em relação à elaboração de suas demonstrações e informações financeiras.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura antiética, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros e com clientes celebrados pela Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento das Leis de Combate à Corrupção. Dessa forma, o descumprimento das Leis de Combate à Corrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, conseqüentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas ou a rescisão dos contratos comerciais da Companhia. Nesse caso, assim como em qualquer hipótese listada acima, a Companhia pode sofrer um efeito financeiro substancial e adverso.

Políticas e procedimentos de gestão de riscos e controles internos podem não ser suficientes e/ou eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia.

Os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas utilizadas pela Companhia.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

Similarmente, as informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso sobre seus negócios.

Na data deste Formulário de Referência, com relação aos controles internos de preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram comunicadas 25 (vinte e cinco) deficiências nos controles internos da Companhia, sendo três significativas. Para mais informações, vide item 5.2 deste Formulário de Referência.

Caso estas ou outras deficiências sejam de fato constatadas e a Companhia não seja capaz de remediar suas deficiências ou manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros, fraudes ou outras ilegalidades.

Dessa forma, a falha ou a ineficácia dos controles internos e mecanismos de gerenciamento de riscos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo nos seus negócios, situação financeira e nos resultados das operações.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro para implementar sua estratégia de negócios, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro para implantar sua estratégia de negócios e optar por obtê-los por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações. A obtenção de recursos, pela Companhia, por qualquer desses meios, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações de sua emissão. Conseqüentemente, é possível que as participações acionárias sejam proporcionalmente reduzidas, tanto em rendimentos quanto em menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso os acionistas não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de eventuais ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

Na hipótese de indisponibilidade de financiamentos públicos ou privados, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, inclusive dos investidores em ações da Companhia, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação e qualquer falha desses sistemas pode afetar adversamente seus negócios.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação e as medidas de segurança tomadas para preservar esses sistemas podem ser violadas por falha humana, atos ilícitos, erros ou vulnerabilidades de sistema, ou outros eventos. As medidas da Companhia para monitoramento e desenvolvimento de redes e infraestrutura de tecnologia da informação podem não ser eficazes para protegê-la ante ataques cibernéticos e falhas em seus sistemas de tecnologia da informação.

Na eventualidade de falhas ou interrupção de seus sistemas de tecnologia da informação, por qualquer motivo, a Companhia pode não conseguir realizar ou ter de fazer manualmente ou através de sistemas disponibilizados pelos órgãos governamentais competentes, com posterior importação para os sistemas da Companhia, (i) a emissão de faturas; (ii) despacho de mercadorias; e (iii) aquisição de insumos e matérias primas, conforme o caso, expondo suas operações a riscos de controle e registro contábil e de entrada e saída de mercadorias. Se a Companhia não for capaz de efetuar os reparos necessários ou realizá-los de forma intempestiva, e se essa eventual interrupção ou mal funcionamento se prolongar, suas operações e controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando

adversamente os seus resultados.

(b) Seus acionistas, em especial o acionista controlador

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias.

O acionista controlador da Companhia tem poderes regulados nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as disposições do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

Não se pode assegurar que os interesses do acionista controlador da Companhia estejam alinhados com os interesses dos demais acionistas nas deliberações submetidas às assembleias gerais de acionistas da Companhia, o que pode prejudicar material e adversamente os acionistas minoritários.

A Companhia celebra contratos relacionados à condução de suas operações com seu acionista controlador indireto e pode enfrentar conflitos de interesses envolvendo essas e outras transações com partes relacionadas.

A Companhia possui transações com partes relacionadas, especialmente com seu acionista controlador indireto e atual presidente do Conselho de Administração da Companhia e sociedades por ele controladas, conforme indicado nos itens 11.2 e 11.3 deste Formulário de Referência e poderá contratar novas transações com partes relacionadas no futuro. Tais transações consistem em, principalmente, contratos de vendas de grãos, venda de fertilizantes e integração das operações das granjas detidas pelo acionista controlador indireto com as operações da Companhia, as quais possuem prazo de vigência determinado, podendo ser renovadas ao final dos períodos em questão em termos menos favoráveis à Companhia como resultado de conflitos de interesses entre as partes. Caso não consiga renovar tais contratos, ainda que em termos comercialmente menos vantajosos, a Companhia poderá ser incapaz de manter seus níveis de produção de ovos, prejudicando sua capacidade de cumprir com seus contratos, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

A Companhia não pode garantir que sua Política de Partes Relacionadas (descrita no item 11.1 deste Formulário de Referência) seja plenamente eficaz para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as partes envolvidas na transação, e que seu acionista controlador indireto e atual presidente do Conselho de Administração ou os administradores por ele eleito ou então conflitados prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas o acionista controlador indireto

da Companhia ou administradores da Companhia.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas minoritários da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados, bem como a Companhia poderá ter suas operações e situação financeira adversamente afetadas.

(c) Controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas da Companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia.

(d) Seus administradores

A perda de membros da alta administração poderá afetar a condução dos negócios da Companhia.

Os negócios da Companhia são altamente dependentes dos seus altos executivos e caso algum dos membros da alta administração deixe de integrar o quadro diretivo da Companhia por qualquer motivo, a Companhia poderá incorrer em custos substanciais ou ter dificuldades para substituí-los por profissionais considerados qualificados para a o desenvolvimento de seus negócios da forma desejada, o que poderá prejudicar seus negócios e resultados operacionais.

Caso a Companhia perca e/ou não seja capaz de atrair profissionais qualificados, poderá sofrer um efeito adverso para as suas atividades, capacidade de crescimento e a execução da estratégia de negócios.

A execução da estratégia de negócios, bem como a seleção, estruturação, direcionamento e execução dos investimentos da Companhia está relacionada diretamente às habilidades e comprometimento de seus profissionais. Nesse sentido, o sucesso e crescimento futuro da Companhia estão diretamente relacionados à continuidade da sua capacidade de identificar e reter profissionais qualificados, de forma que a manutenção desses profissionais é essencial para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Além disso, a perda de profissionais qualificados pode ocasionar o uso da informação desenvolvida em empresas concorrentes, as quais poderão vir a oferecer produtos mais atrativos ou em condições melhores, de modo que a Companhia pode ter de incorrer custos operacionais adicionais ou reduzir sua margem de lucratividade, afetando de forma adversa sua condição financeira e resultados.

(e) Seus fornecedores

A Companhia pode estar sujeita à dependência de alguns de seus fornecedores para desempenhar parte de suas atividades.

Em razão de alguns insumos utilizados nas operações da Companhia serem oferecidos por poucos fornecedores a nível nacional com capacidade de atender à demanda da Companhia, esta pode estar sujeita à dependência de alguns de seus principais fornecedores em alguns estados. Mais especificamente, a Companhia pode estar sujeita à dependência do fornecimento de (i) caixas de papelão para embalagem de ovos a nível nacional de um único fornecedor; (ii) farelo de soja para a produção de ração para aves de dois fornecedores em suas instalações na região Sudeste; (iii) novos maquinários utilizados nas operações, os quais são produzidos por três fornecedores; e (iv) serviços de biossegurança e manipulação genética de aves, os quais são oferecidos por três grupos de empresas no Brasil com capacidade para atender a Companhia.

Caso qualquer dos fornecedores mencionados passem a praticar preços mais altos do que o usual ou sejam incapazes de atender à demanda da Companhia por seus produtos ou serviços, as operações da Companhia podem ser afetadas de forma adversa, reduzindo sua produção e, conseqüentemente, sua capacidade para cumprir contratos perante seus clientes, o que poderia afetar negativamente sua reputação. Ainda, a Companhia pode ter de importar insumos ou maquinários como alternativa à impossibilidade de ter sua demanda atendida por seus fornecedores nacionais atuais, o que pode elevar sua estrutura de custos. Em qualquer hipótese, os resultados operacionais e financeiros poderão sofrer um efeito material adverso.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados caso esta não consiga manter suas atuais condições comerciais favoráveis de descontos na aquisição de equipamentos e insumos novos junto aos fornecedores.

Os investimentos feitos pela Companhia em expansão e renovação de seus equipamentos, bem como na contínua aquisição de insumos, tais como matéria-prima para ração de aves e vacinas, podem ser afetados caso a Companhia não consiga manter suas atuais condições comerciais junto aos fornecedores para aquisição dos referidos ativos, o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do volume de compras pela Companhia, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, desvalorização do Real frente ao Dólar, dentre outros fatores. Nesse caso, a Companhia pode não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, de tais condições.

Como os preços que a Companhia cobra de seus clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos e insumos para criação de suas aves, tais preços poderão ser aumentados, possibilitando, assim, maior espaço para novos entrantes no mercado de atuação da Companhia, ou esta poderá ter que reduzir suas margens para manter os preços praticados, impactando negativamente a rentabilidade de seus contratos. Conseqüentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades para importar determinadas peças e equipamentos produzidos no exterior junto a fornecedores de outros países, seja por questões de comércio exterior, disponibilidade e desembaraço alfandegário, o que pode afetá-la adversamente.

As atividades da Companhia dependem de seu bom relacionamento com seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição de ativos depende, em grande medida, da sua condição financeira, reputação, *marketing*, estratégia gerencial e, em grande medida, do relacionamento comercial da Companhia com seus fornecedores de equipamentos e insumos.

Caso os fornecedores da Companhia deixem de vender seus produtos para a Companhia, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser prejudicados. Assim, caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores e/ou caso os ativos produzidos por seus fornecedores não sejam capazes de atender às demandas da Companhia, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

(f) Seus clientes

A consolidação dos clientes da Companhia em poucos grandes players poderá ter impacto negativo sobre os seus negócios.

Alguns dos clientes da Companhia, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Essas consolidações produziram clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptos a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos especificamente personalizados. Esses clientes também podem usar espaço para exposição atualmente utilizada para os produtos da Companhia para seus produtos de marca própria. Caso a Companhia não seja capaz de reagir a essas tendências, o volume de vendas poderá diminuir, prejudicando seus resultados financeiros.

Mudanças nas preferências do consumidor podem prejudicar o negócio da Companhia.

Em geral, a indústria alimentícia está sujeita a tendências, demandas e preferências dos consumidores. Os ovos comerciais comercializados pela Companhia concorrem com outras fontes de proteína, tais como carnes vermelhas, carnes brancas e soja. As tendências do setor alimentício mudam frequentemente e a Companhia pode não conseguir prever, identificar ou reagir a essas mudanças de tendências, as quais podem acarretar a redução da demanda por ovos comerciais.

Adicionalmente, é possível que publicidade negativa relacionada a questões de saúde ou segurança ou, ainda, mudanças na percepção do valor nutricional dos ovos, restrição de consumo de proteína de origem animal pelos clientes da Companhia, bem como, alteração de dietas baseadas em alta ingestão de proteína afetem a procura de consumidores pelos ovos comercializados pela Companhia, o que pode ter um efeito material adverso em seus resultados futuros e condições operacional e financeira.

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

Flutuações nos preços de commodities e de matéria-prima podem afetar negativamente a condição financeira e operações da Companhia.

Os custos com matéria-prima para produção de ração para as aves criadas pela Companhia representam uma parte substancial da receita da Companhia e dependem do custo e da oferta de *commodities* tais como o milho e o farelo de soja. A produção e o preço destas *commodities* são determinados por forças variáveis de mercado relacionadas ao equilíbrio entre oferta e demanda, sobre as quais a Companhia não possui controle. Tais fatores incluem, entre outros, condições climáticas globais, ocorrências de endemias e pandemias, níveis globais de oferta de estoques e demanda por matérias-primas, bem como políticas agrícolas e de energia de governos locais e estrangeiros, além da imposição ou não de barreiras tarifárias.

A Companhia pode não ser capaz de elevar suficientemente os preços dos seus produtos de maneira a compensar o aumento dos custos de insumos necessários para suas atividades, seja devido à sensibilidade dos seus consumidores aos preços ou à estratégia de precificação dos concorrentes. Adicionalmente, caso os nossos preços dos produtos comercializados pela Companhia sejam aumentados para tentar compensar o aumento de custos, a Companhia pode sofrer com uma diminuição na demanda, levando a uma redução do volume de vendas. Por outro lado, uma diminuição nos custos com *commodities* e outros insumos pode criar uma pressão para redução dos preços dos produtos comercializados pela Companhia. Com o tempo, caso a Companhia seja capaz de precificar os seus produtos de forma a cobrir aumentos de custos e de compensar aumentos de custos operacionais com ganhos de eficiência, a volatilidade ou o aumento de preços de *commodities* e matérias-primas pode afetar material e negativamente as suas operações e condição financeira.

Os preços de mercado dos ovos comerciais são voláteis e reduções nesses preços podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Os resultados da Companhia são significativamente afetados pelos preços do mercado de ovos comerciais, os quais apresentam volatilidade como resultado, por exemplo, de variações na produção ou na demanda por ovos de consumo. No passado, os preços dos ovos comerciais tiveram aumento durante períodos de alta demanda, como durante o surto inicial da pandemia de COVID-19; e em períodos de baixa de oferta, principalmente em decorrência do aumento de insumos para produção de ração de aves. Nos períodos de alta de preço, os produtores de ovos comerciais, como a Companhia, normalmente se preparam para produzir mais ovos, principalmente aumentando o número de aves, que pode resultar em um excesso de oferta de ovos comerciais, pressionando a redução do preço desses produtos, podendo gerar uma redução na produção de ovos comerciais.

Caso a Companhia não seja capaz de antever as oscilações e períodos de volatilidade da demanda e preço do ovo comercial, ou caso o faça de forma intempestiva ou, ainda, caso a Companhia não responda a tais eventos de forma adequada, suas operações e condição financeira poderão ser afetadas de forma material e adversa.

Surtos de doenças de aves na América do Sul, em especial no Brasil, podem afetar substancialmente a capacidade da Companhia de exportar produtos in natura e,

consequentemente, seus resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa relevante.

Surtos de doenças que afetem as aves no Brasil e mesmo na América do Sul podem levar a restrições às vendas no mercado interno ou restrições adicionais para a venda dos produtos da Companhia nos mercados internacionais, ao cancelamento de pedidos por seus clientes e/ou a publicidade negativa para o mercado de comercialização de como todo ou mesmo para a Companhia, podendo afetar adversamente, de forma relevante, a demanda dos consumidores pelos produtos comercializados pela Companhia.

Os produtos que a Companhia exporta são frequentemente inspecionados por autoridades de segurança de alimentação estrangeiras e qualquer violação pode resultar na devolução parcial ou total dos produtos exportados pela Companhia ao Brasil, destruição total ou parcial dos produtos e em custos adicionais, tendo em vista a possibilidade de eventuais atrasos nas entregas de produtos aos seus clientes. As políticas sanitárias no Brasil, onde a Companhia mantém atividade de criação de aves e nos países para os quais a Companhia realiza exportações podem afetar adversamente o fornecimento, demanda e preços de seus produtos, restringindo a capacidade da Companhia de fazer negócios em mercados domésticos e internacionais. Caso qualquer desses fatores seja materializado, a demanda por ovos comerciais e férteis poderá ser reduzida e a Companhia poderá ter dificuldade para comercializar seus produtos ou de cumprir com seus contratos, no caso de ser impedida de realizar a exportação da totalidade de suas mercadorias e, em qualquer caso, poderá sofrer um efeito adverso e material sobre suas operações, imagem e resultados financeiros.

Riscos relacionados à saúde envolvendo o setor alimentício podem prejudicar a capacidade de vender os produtos da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam a indústria de alimentos em geral, inclusive riscos relacionados à contaminação ou deterioração de alimentos, preocupações crescentes quanto aos aspectos nutricionais e de saúde; reclamações de responsabilidade sobre o produto feitas pelo consumidor; adulteração, ou indisponibilidade de produtos; e percepção pública da segurança do produto, tanto do setor em geral quanto daqueles comercializados especificamente pela Companhia, incluindo em virtude de ocorrência ou temor de ocorrência de surtos de doenças em decorrência do consumo de ovos, além dos possíveis custos e transtornos do recall de produtos e impactos sobre a imagem e sobre as marcas detidas pela Companhia.

Os produtos de origem animal estão sujeitos a contaminação durante sua produção e distribuição, podendo resultar, inclusive, de falhas no esquema vacinal ou nutricional dos animais. Particularmente, ovos de aves podem ficar expostos a vários agentes patogênicos de interesse de saúde pública, tais como a *Salmonella enterica* e a *Escherichia coli*, bem como as próprias aves estão sujeitas a doenças que podem, por exemplo, afetar o seu sistema reprodutivo, reduzindo a qualidade dos ovos. Os produtos comercializados da Companhia podem ser infectados por tais patógenos durante o processo de produção ou em virtude de manejo inadequado por distribuidores ou consumidores, inclusive decorrente de falhas nos sistemas de controle de temperatura de armazenamento e transporte. Os sistemas desenvolvidos pela Companhia para monitorar os riscos de segurança dos alimentos nas fases

de produção e distribuição podem não funcionar adequadamente, levando à contaminação de seus produtos.

Possíveis retiradas ou recalls de produtos da Companhia que já tenham sido distribuídos em razão de contaminações podem resultar em descarte de inventário de produtos, fechamento temporário de fábricas e necessidade de serem dispendidos recursos adicionais substanciais de conformidade ou em remediação de potenciais danos causados a consumidores. Nesse sentido, se o consumo de qualquer produto comercializado pela Companhia causar danos à saúde do consumidor, a Companhia poderá ter contra si o ajuizamento de ações judiciais e instauração de processos administrativos, os quais podem resultar na obrigação, para a Companhia, de pagar indenizações ou multas de valor significativo no Brasil ou em outros países onde seus produtos são vendidos.

Caso qualquer dos riscos acima seja materializado, a Companhia poderá sofrer perda de reputação perante os consumidores, os quais poderão ter uma percepção negativa sobre a segurança dos produtos oferecidos pela Companhia, ocasionando menor demanda pelos ovos comerciais por ela produzidos e, inclusive, ajuizamento de processos judiciais relevantes, recalls generalizados de produtos e outros eventos negativos, podendo afetar negativa e materialmente a imagem, operações e resultado financeiro da Companhia.

A Companhia enfrenta concorrência significativa de produtores brasileiros e estrangeiros, o que pode afetar negativamente sua receita e desempenho financeiro.

A Companhia enfrenta uma forte concorrência, no mercado de ovos comerciais, de outros produtores brasileiros no Brasil e de produtores estrangeiros e brasileiros nos mercados internacionais. O mercado interno granjeiro é altamente fragmentado e pequenos produtores podem ser concorrentes importantes, alguns dos quais operam na economia informal e são capazes de oferecer preços mais baixos com padrões inferiores de qualidade. Em relação às exportações, a Companhia possui concorrência de produtores estrangeiros e outros grandes produtores brasileiros, verticalmente integrados, que conseguem produzir produtos de qualidade a preços baixos. Além disso, o crescimento potencial do mercado interno para alimentos processados e os baixos custos de produção no Brasil são atrativos para os concorrentes internacionais, de forma que concorrentes internacionais com importantes recursos poderiam construir uma ampla rede de distribuição e uma rede de produtores ou adquirir e expandir as já existentes.

O mercado brasileiro de ovos, em particular, é altamente competitivo em termos de preço e sensível à substituição de produtos. Os consumidores estrangeiros, que representaram, em 31 de dezembro de 2022, 4% do contas a receber e 11% da receita líquida de vendas da Companhia, podem vir a diversificar suas fontes de abastecimento de ovos comerciais ou ovos férteis, adquirindo parte dos produtos de que necessitam de outros produtores. Caso qualquer risco descrito acima seja materializado ou ocorra qualquer atraso ou falha na exportação em relação aos produtos comercializados pela Companhia, bem como preços praticados e outras estratégias por parte dos concorrentes da Companhia podem afetar negativamente as operações e o desempenho financeiro desta.

Barreiras comerciais, sanitárias e técnicas mais rígidas em mercados importantes de exportação podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados por medidas de proteção aos produtores locais, adotadas pelos países importadores, principalmente aqueles que possuem grandes produtores, tais como Estados Unidos e China. A competitividade das companhias brasileiras levou determinados países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso dessas companhias a seus mercados, as quais podem consistir em barreiras tarifárias e não tarifárias. Na indústria na qual a Companhia atua, barreiras não tarifárias representam uma preocupação particular, especialmente as restrições sanitárias e técnicas. Caso a Companhia não consiga obter todas as autorizações junto aos órgãos sanitários estrangeiros e brasileiros, especialmente o Certificado Zoosanitário Internacional para exportação dos ovos férteis produzidos pela Companhia, ou o fizer em de forma intempestiva, suas exportações e, conseqüentemente, situação financeira, podem ser afetadas de forma adversa e substancial.

Ademais, produtores locais em alguns mercados podem exercer pressão política sobre seus governos para impedir que produtores estrangeiros exportem para o seu mercado, especificamente em meio a condições econômicas desfavoráveis. Qualquer uma das restrições supracitadas pode afetar substancialmente os volumes de exportação da Companhia, sua capacidade de competir em mercados estrangeiros e, conseqüentemente, seu desempenho financeiro.

Além disso, se novas barreiras comerciais surgirem nos principais mercados internacionais onde a Companhia atua, esta pode enfrentar dificuldades na realocação para outros mercados em termos favoráveis, tornando mais difícil a comercialização de seus produtos, de modo que seus negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados material e adversamente.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

A regulamentação relacionada à segurança dos alimentos e ao bem-estar animal, inclusive em decorrência de pressões sociais, pode aumentar os custos da Companhia e afetar adversamente os resultados de suas operações.

As instalações e os produtos da Companhia estão sujeitos a inspeções periódicas por autoridades federais, estaduais e municipais e uma ampla regulamentação na área de segurança dos alimentos, incluindo controles governamentais de processamento de alimentos. A Companhia está sujeita à ampla regulamentação sanitária federal, estadual e municipal (incluindo inspeções feitas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação aos produtos de origem animal e vegetal, bem como produtos para alimentação animal que sejam produzidos ou distribuídos no interior do estado ou município, conforme o caso). A Companhia também está sujeita à regulamentação da Vigilância Sanitária local ("VISA Local"), que é responsável pela inspeção local de atividades relacionadas a alimentos para consumo humano, bem como Conselhos Profissionais aplicáveis ao exercício de seus profissionais, conforme descrito no item 1.6 deste Formulário de Referência, as quais podem ser alteradas e se tornar mais exigentes, obrigando a Companhia a implementar novos processos para atender a tais alterações legais e regulamentares.

Em decorrência da legislação e regulamentação aplicável, a Companhia depende da obtenção de diversas aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações na condução de seus negócios e pode encontrar dificuldades em obter novas aprovações, licenças e/ou autorizações ou renovar as existentes em atendimento à legislação e regulamentação aplicáveis. As licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações exigem, entre outros, que sejam informados periodicamente o cumprimento de regras e eventuais condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes. Qualquer falha na obtenção, manutenção ou renovação tempestiva de tais licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações, bem como a ocorrência de atrasos por parte dos órgãos reguladores e administrativos na análise das solicitações realizadas pela Companhia, poderá fazer com que esta seja impedida de implementar e/ou desenvolver suas atividades.

Caso qualquer hipótese descrita acima se concretizar ou, ainda, se as autoridades competentes considerarem que a Companhia violou qualquer lei ou regulamento aplicável, a Companhia poderá ter de desembolsar valores substanciais para o pagamento de multas, acordos e para se adequar a eventuais exigências ou, ainda, estar impedida de desenvolver suas atividades, o que poderá afetar de forma substancial suas operações e condição financeira.

Futuros e eventuais recalls (recolhimento de produtos) ou problemas relacionados ao consumo e segurança dos produtos da Companhia poderão afetar negativamente seus negócios.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa regulação e supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de autoridades locais e estrangeiras, dos países para os quais a Companhia comercializa ovos, sobre o processamento, embalagem, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem de seus produtos, incluindo as normas de segurança alimentar, as quais, se alteradas, poderão resultar em custos significativos adicionais por parte da Companhia para se adequar às eventuais novas exigências.

Além disso, a Companhia pode ser obrigada a recolher seus produtos caso estejam em desacordo com a regulação citada acima, o que poderá resultar em uma incapacidade para cumprir contratos com seus clientes e comercializar seus produtos, o que poderá gerar um efeito material e adverso sobre sua imagem, resultado operacional e condição financeira.

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia e, por fim, a demanda dos clientes por seus produtos e serviços. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, sua carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobram por seus produtos e serviços, restringir suas respectivas capacidades de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais e financeiros.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma

contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional propostas para a implementação da Reforma Tributária Brasileira. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança integral no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS bem como o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ainda, o Governo Federal cujo mandato se encerrou em dezembro de 2022 apresentou, por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, nova proposta da Reforma Tributária Brasileira para a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, prevendo a alíquota única de 12%, amplo direito ao crédito e regra mais benéfica para produtos da cesta básica.

Além disso, o Governo Federal cujo mandato se encerrou em dezembro de 2022 apresentou o Projeto de Lei nº 2.337/2021, intitulado de "segunda fase" da Reforma Tributária Brasileira, que trata de alterações na tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, inclusive já aprovadas pela Câmara dos Deputados, tais como a redução da alíquota do IRPJ e da CSLL, a previsão de tributação de dividendos, a extinção dos juros sobre o capital próprio, a extensão do prazo mínimo para amortização de intangíveis, alterações às regras relacionadas aos ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros, fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, por meio do Congresso Nacional e Senado Federal, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Caso a Reforma Tributária Brasileira se efetive, ou caso haja quaisquer mudanças na legislação e regulamentação tributária aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis, benefícios fiscais ou regimes especiais da Companhia, durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderão ser direta ou indiretamente afetados, e a Companhia poderá não ser capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia, as empresas poderão ser adversamente afetadas, inclusive pela cobrança de tributos, acrescidos de juros e multa, sem prejuízo de multas pelo descumprimento de obrigações acessórias.

Destaca-se ainda que a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Os provisionamentos para tais processos (se e quando houver) poderão não estar corretos, poderá haver identificação de

exposição fiscal adicional, e poderá ser necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia. Seus resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que entrou em vigor no mês de agosto de 2020, exceto as sanções administrativas estabelecidas, as quais entraram em vigor em 1º de agosto de 2021. Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem consequências a partir da entrada em vigor da Lei, dentre as quais: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado. Além disso, ela pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, pagamento de indenizações, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a sua reputação e os seus resultados e, conseqüentemente, o valor de suas ações, na hipótese de realização de oferta pública de ações.

(i) Países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, uma vez que a Companhia e suas controladas não possuem operações em países estrangeiros.

(j) Questões sociais

A Companhia pode ser responsabilizada por eventuais descumprimentos de terceiros à legislação trabalhista e poderá ter de incorrer em custos adicionais para se adequar a alterações legislativas sobre a matéria.

A Companhia não tem como garantir que seus fornecedores, prestadores de serviços, clientes e parceiros, atuais e futuros, bem como seus eventuais subcontratados, não terão problemas relacionados à legislação trabalhista, incluindo assédio moral e sexual em ambiente profissional, discriminação e outras formas de constrangimento, bem como no tocante ao respeito e observância às normas previdenciárias e de segurança do trabalho, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao de escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto. Caso os fornecedores, prestadores de serviços, clientes e parceiros da Companhia não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável por tais práticas irregulares ou violação às leis aplicáveis, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades. Neste caso, a imagem, os negócios e resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Adicionalmente, a Companhia pode ter de dispender recursos adicionais para se adequar a novas leis e regulamentos sobre saúde e segurança do trabalho, previdência ou, ainda, que afetem a jornada de trabalho, pagamento de hora extra e matérias relacionadas. Em qualquer dos casos, a Companhia poderá incorrer em custos substanciais, afetando negativamente seus resultados financeiro e operacional.

(k) Questões ambientais

As leis e regulamentos ambientais podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como

imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, bem como impactar negativamente a reputação da Companhia. Tendo em vista a possibilidade de regulamentos ou leis serem editados ou a ocorrência de outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar no aumento dos custos e despesas da Companhia, impactando de forma relevante, em seus resultados operacionais.

A Companhia já incorreu e continuará a incorrer em investimentos de capital e custos para cumprir essas leis e regulamentos. A exigência legal ou regulamentar de criação de determinados mecanismos ou procedimentos ou adoção de certos maquinários ou procedimentos para monitoramento, redução ou prevenção de danos ambientais, pode elevar os custos operacionais da Companhia. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que essas leis se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazos necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos podem afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

Considerando que a legislação ambiental e sua aplicação pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, a Companhia pode incorrer em despesas adicionais relevantes de compliance ambiental.

A Companhia pode vir a ser responsabilizada por danos ambientais em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e/ou (iii) criminal. Na esfera da responsabilidade civil, aquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental deve reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independente de dolo ou culpa. Além da condenação na esfera civil, a Companhia pode ser responsabilizada na esfera criminal, a qual pode implicar em penas pecuniárias e restritivas de direitos, e na esfera administrativa, com a imposição de multas e outras penalidades, como suspensão total ou parcial de atividades, advertência, cancelamento da licença ambiental e outros. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir ou levar a Companhia a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre o fluxo de caixa, a imagem e os investimentos da Companhia.

(I) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar as mudanças climáticas, podem afetar negativamente os negócios ou operações da Companhia.

Há uma preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera como o aumento das

temperaturas globais, mudança dos padrões de tempo e a maior frequência e gravidade dos climas extremos e desastres naturais. As expectativas públicas para redução das emissões de gases de efeito estufa poderão resultar em aumento do custo da energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias e/ou sociais. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

O Governo Federal realiza intervenções na economia do país e realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. Historicamente, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. As atividades, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- Taxas de juros;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- Racionamento de água e/ou energia;
- Instabilidade social e política;
- Política monetária;
- Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- Flutuações cambiais;
- Política fiscal; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Além dos pontos levantados acima, o atual governo brasileiro, empossado em janeiro de 2023, pode apresentar dificuldades para realizar articulações políticas junto ao Poder Legislativo, com limitações na sua capacidade de aprovar reformas necessárias e, conseqüentemente, de implementar seu plano de governo e políticas e/ou medidas que estimulem o crescimento econômico e reaqueçam o mercado financeiro. Além disso, a economia brasileira foi afetada adversamente por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão ter um efeito adverso relevante sobre as atividades e os resultados operacionais da Companhia.

A instabilidade política tem afetado adversamente a econômica brasileira, e pode vir a impactar os negócios da Companhia e o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como “Lava Jato”. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados de capitais. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities. O resultado da eleição presidencial, com mudança de Governo Federal a partir de janeiro de 2023, bem como das eleições para os membros do Poder Legislativo, causa incerteza em relação às políticas monetária e fiscal do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as quais podem divergir de forma relevante daquelas adotadas pelo governo anterior. Em especial, o novo governo vem mantendo discussões para revogar ou flexibilizar a Emenda Constitucional 95/2016, que impõe limites aos gastos que podem ser realizados pelo Governo Federal. Ainda em 2022, durante o período de transição para o novo Governo Federal, o Congresso Nacional promulgou a PEC 32/2022, que autoriza o Governo

Federal dispender até R\$168,9 bilhões além do inicialmente permitido, a serem destinados para cobrir despesas sociais, além de permitir o aumento dos gastos do Governo Federal através de lei complementar, a qual possui um quórum inferior para aprovação em comparação a uma emenda constitucional.

Ainda, o Governo Federal se comprometeu a estimular o crescimento econômico através de gastos públicos e aumentar a participação do governo na economia, como o financiamento de determinadas empresas ou setores da economia através de parcerias com bancos privados ou através de bancos públicos, como o BNDES e a Caixa Econômica Federal, com taxas de juros reduzidas. Além disso, membros do Governo Federal e figuras políticas influentes a ele relacionadas recentemente deram declarações públicas questionando a independência jurídica do Banco Central do Brasil ("Bacen") e os fundamentos para a manutenção da taxa de juro básica por ele determinada em patamar considerado indesejado pelo Governo Federal para a realização de seu plano de governo, sendo incerto se será mantida a independência do Bacen e se sua atuação poderá sofrer influência política futuramente.

Por fim, é incerto se o novo governo será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso Nacional para aprovar reformas e implementar de forma eficiente seu plano de governo, tendo em vista a formação, em tese, de uma maioria de oposição no Congresso Nacional e no Senado desde janeiro de 2023. Em suma, o resultado das eleições presidenciais e legislativas de 2022 e seu impacto na economia brasileira são incertos e podem causar efeitos adversas nas operações e resultados financeiros da Companhia, bem como no preço dos seus ativos.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil e, conseqüentemente, pode afetar a Companhia de maneira adversa e substancial.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países da América Latina, de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países

da América Latina e outros de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações da Companhia, na hipótese de sua listagem na B3, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem afetar adversamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações, na hipótese de sua listagem na B3. Além disso, as ações do governo dos Estados Unidos da América têm poder considerável para determinar políticas e ações governamentais que podem gerar um efeito adverso relevante na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode assegurar que o governo em questão implementará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina orçamental e os investimentos nacionais e estrangeiros, o que pode ter um efeito adverso relevante no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários no Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de titularidade de emissores brasileiros.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás, os quais são produzidos em larga escala pela Federação Russa e importados pelos países União Europeia; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a conseqüente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por consequência, o mercado de capitais. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, especialmente os Estados Unidos e países da União Europeia, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão, na hipótese de sua listagem na B3.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado e diretamente, o mercado de ações.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia e sobre o preço de mercado das ações ordinárias da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, as taxas de inflação do Brasil foram de 5,79%, 10,05% e 4,5% para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. O Brasil pode experimentar taxas de inflação mais altas no futuro, e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que impactem negativamente os negócios e o preço de negociação das ações da Companhia, na hipótese de sua listagem na B3. O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com taxas de juros elevadas, o que torna mais custoso os empréstimos e financiamentos, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico.

Políticas do Governo Federal e do Banco Central mais lenientes e a variação nas taxas de juros já causaram e podem vir a causar aumento na inflação e, conseqüentemente, volatilidade na taxa de crescimento da economia e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Caso uma inflação ou deflação substancial venha a ocorrer no Brasil, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os valores cobrados de seus clientes para compensar o impacto da inflação nas suas despesas, o que geraria um aumento de despesas e redução na margem operacional líquida da Companhia.

A insegurança jurídica decorrente dos problemas relacionados à morosidade e imprevisibilidade das decisões judiciais poderá causar um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

Um sistema judicial confiável e eficiente configura uma condição essencial para garantir o desenvolvimento socioeconômico e possibilitar investimentos de agentes econômicos privados nos mais diversos setores.

A ausência de segurança jurídica no Poder Judiciário, especialmente decorrente da morosidade dos tribunais e da imprevisibilidade das decisões judiciais, configura um dos grandes entraves ao desenvolvimento socioeconômico do País. A insegurança jurídica decorrente dos problemas relacionados à morosidade e imprevisibilidade das decisões judiciais poderá causar um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seu rating soberano, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu a classificação de Grau de Investimento da sua dívida soberana de longo prazo nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o rating de crédito do Brasil em BB, mas alterou a perspectiva de positiva para estável, reafirmando o posicionamento em novembro de 2021 e em junho de 2022.

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que se manteve em setembro de 2018 e abril de 2022, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo e manutenção das reformas no arcabouço fiscal e política monetária do país, reafirmando o posicionamento em abril de 2022.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017 e rebaixou para BB- em fevereiro de 2018. Em maio de 2020, a Fitch manteve o rating de crédito do Brasil em BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa, reafirmando o posicionamento em dezembro de 2021 e, em julho de 2022, retornou para BB- com perspectiva estável.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia, na hipótese de sua listagem na B3.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia importa diversos insumos, peças e equipamentos, de forma que possui alta exposição em Dólar, inclusive sendo parte em contratos de *swap*. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em maio de 2020, o real se desvalorizou ao seu nível mais baixo desde o início da moeda, a R\$ 5,93 por US\$ 1,00. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R\$5,28 por US\$ 1,00 refletindo uma valorização do Real em relação ao dólar norte-americano de 5,32% em comparação a 31 de dezembro de 2021.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das ações, na hipótese de sua listagem na B3, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, na hipótese de sua listagem na B3. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

4.2 – Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Os preços de mercado dos ovos comerciais são voláteis e reduções nesses preços podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Flutuações nos preços de commodities e de matéria-prima podem afetar negativamente a condição financeira e operações da Companhia

A criação de aves envolve riscos relacionados à saúde animal e ao controle de doenças, os quais podem impactar a Companhia negativamente.

Surto de doenças de aves na América do Sul, em especial no Brasil, podem afetar substancialmente a capacidade da Companhia de exportar produtos in natura e, conseqüentemente, seus resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa relevante.

Riscos relacionados à saúde envolvendo o setor alimentício podem prejudicar a capacidade de vender os produtos da Companhia.

4.3 – Riscos de mercado: descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros.

A Companhia efetuou análise de sensibilidade a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros prováveis.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 12,38% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), IPCA de 5,98% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil) de 31/12/2022, impactando proporcionalmente as dívidas.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Consolidado (em R\$ mil, exceto %)					
	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%
Aplicações financeiras	46.154	CDI	12,38%	5.714	7.142	8.571
Empréstimos e financiamentos	561.889	CDI + 2,31%	14,69%	(82.541)	(103.177)	(123.812)
Contas a pagar - aquisição de controladas	535	CDI	12,38%	(66)	(83)	(99)
Contas a pagar - aquisição de controladas	5.144	IPCA	5,79%	(260)	(325)	(391)
Total	613.722			(77.153)	(96.443)	(115.731)

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

A posição da Companhia em moedas estrangeiras (Dólares dos Estados Unidos) em 31 de dezembro de 2022 está representada no quadro abaixo:

Ativo	Consolidado (em R\$ mil)	Moeda
	Em 31/12/2022	
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	13.415	USD
Contas a receber em moeda estrangeira	5.827	USD
Total	19.242	

Abaixo, a Companhia apresenta o impacto sobre sua posição em 31 de dezembro de 2022 de acordo com cada cenário descrito:

Operação	Consolidado (em R\$ mil)							
	2022							
	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário provável	Cenário I + 25%	Cenário II + 50%	Cenário III - 25%	Cenário IV - 50%
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	2.449	USD	5,4773	13.415	16.769	20.123	10.061	6.708
Contas a receber em moeda estrangeira	1.064	USD	5,4773	5.827	7.284	8.741	4.370	2.914
	<u>3.513</u>			<u>19.242</u>	<u>24.053</u>	<u>28.864</u>	<u>14.431</u>	<u>9.622</u>

4.4 – Processos: descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, trabalhista, regulatória e ambiental, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir o principal processo judicial individualmente relevante a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2022, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Ação de cobrança com reparação de dano nº 0000406-14.2019.8.16.0073	
a. Juízo	Vara Cível da Comarca de Congonhinhas
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	04/04/2019
d. Partes no processo	Autores: Roberto Wagner Landgraf Adami, Paulo José Landgraf Adami, Célia Regina Reginaldo Adami, Ana Paulo Landgraf Adami, Luiz Paulo Landgraf Adami, José Onofre Adami, representado por seu curador provisório Roberto Wagner Landgraf Adami Réu: Granja Faria S.A. (atual denominação da Avícola Catarinense Ltda.)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 23.012.164,00
f. Principais fatos	A parte autora descreveu na inicial que celebrou um contrato de parceria avícola com a requerida no dia 13 de junho de 2015, para criação de aves matrizes produtoras de ovos férteis, junto sua propriedade, na Cidade de Congonhinhas. Para tanto, aduziu que realizaram investimentos de grande monta para a consecução do negócio, atendendo todas as formalidades exigidas pela requerida, porém, de forma unilateral, a empresa demandada, no dia 07 de novembro de 2017, encaminhou uma notificação prévia de rescisão contratual, informando que iria rescindir o contrato, mas respeitaria a manutenção do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses previsto contratualmente. Descreveram que não compreendem as razões que ensejaram a rescisão, uma vez que as instruções de manejo sempre foram fielmente seguidas, inclusive chegaram a ser agraciados com algumas promoções ante aos elevados índices de produtividade da granja. No entanto, após a notificação encaminhada pela requerida, houve uma inspeção agropecuária na granja em razão de uma denúncia para apurar a utilização de vacinas proibidas. Diante disso, em total incerteza e quebra da confiança, no mês de março de 2018, encaminharam uma notificação explicitando o ocorrido, expondo os motivos que prescindiam a rescisão unilateral, por justa causa, ante o gravíssimo fato ocorrido por culpa exclusiva da requerida. Dentro deste contexto, a parte autora requereu: a) indenização pelos investimentos realizados e assumidos, mediante a multiplicação do valor mensal ajustado do período de dezembro de 2018 até o final de 2025, tomando por base o valor de R\$205.465,75;

Ação de cobrança com reparação de dano nº 0000406-14.2019.8.16.0073	
	<p>b) pagamento da parcela inadimplida referente ao mês de abril de 2018, no valor de R\$205.465,75, acrescido de juros e correção monetária;</p> <p>c) Indenização correspondente a R\$1.438.260,25, referente aos meses de maio a novembro de 2018, os quais não foram adimplidos, acrescidos de juros e correção monetária;</p> <p>d) condenação da requerida ao pagamento da multa punitiva prevista na cláusula n.º 11.3, ante o descumprimento do prazo previsto no item 11.2, a qual fora estimada pelo Juízo no mov. 106.1 em R\$3.278.452,00.</p> <p>A ação foi julgada improcedente. Contra a sentença, os Autores apresentaram recurso de apelação, que está pendente de julgamento.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença julgou os pedidos improcedentes, tendo determinado que não houve a prática de ato ilícito, tendo extinguido o feito com resolução de mérito, provida a alteração do valor atribuído à causa, para a quantia de R\$ 20.596.214,37, com recolhimento de custas processuais e honorários. Dessa forma, restou determinado que a Companhia não arcará com custas processuais e indenização.
h. Estágio do processo	Aguardando prolação do acórdão
i. Chance de perda	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor envolvido
k. Impacto em caso de perda do processo	Desembolso financeiro

Contingências Fiscais

A Companhia não possuía contingências fiscais individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2022.

Contingências Trabalhistas

A Companhia não possuía contingências trabalhistas individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2022.

Contingências Ambientais

A Companhia não possuía contingências ambientais individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2022.

4.5 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não foram constituídas provisões para o processo descrito no item 4.4.

4.6 – Processos sigilosos: em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 – Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Valor total provisionado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o total de R\$11.464 mil provisionado para processos judiciais cuja chance de perda é considerada provável. Não obstante, nenhum desses processos é considerado individualmente relevante para reporte de acordo com os critérios descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Não aplicável, haja vista que a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos vigente, considerando sua estrutura acionária atual e que não há valores mobiliários em circulação. Para informações sobre as políticas e estruturas aprovadas pela Companhia e ainda não vigentes, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Não aplicável, haja vista que a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos vigente, considerando sua estrutura acionária atual e que não há valores mobiliários em circulação. Para informações sobre as políticas e estruturas aprovadas pela Companhia e ainda não vigentes, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, haja vista que a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos vigente, considerando sua estrutura acionária atual e que não há valores mobiliários em circulação. Para informações sobre as políticas e estruturas aprovadas pela Companhia e ainda não vigentes,, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

5.2 – Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a avaliar a eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras por meio de processos desenvolvidos para fornecer segurança e confiabilidade razoáveis de suas demonstrações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. São exemplos dos controles internos adotados pela Companhia:

- Mensalmente, o setor contábil realiza a reconciliação dos saldos com as posições financeiras e patrimoniais da Companhia;
- A área operacional, em conjunto com a controladoria, revisa os fechamentos mensais para avaliação dos resultados obtidos junto ao Conselho de Administração da Companhia;
- Adoção de procedimento de aprovação sistêmica via ERP com níveis de alçada para cada área;
- Condução de auditoria das demonstrações financeiras por Auditores Independentes, sendo procedimento adotado pela Companhia desde 2017 quando se transformou em uma sociedade por ações, com o objetivo de prestar contas ao Conselho de Administração e acionistas;
- Realização de inventário físico de seus estoques de produtos acabados e matéria-prima, periodicamente durante o exercício social e oficialmente ao final de cada exercício;
- Vistorias de *compliance* realizadas nas unidades produtivas da Companhia pelo setor de controladoria, realizadas periodicamente durante o exercício social; e
- Aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração e Assembleia de Acionistas.

Ademais, a Companhia também implementa controles internos que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Esses procedimentos buscam aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

Ainda em relação às práticas adotadas pela Companhia, compete ao Conselho de Administração avaliar as informações contábeis trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, discutir as políticas contábeis críticas que suportam o processo de elaboração das demonstrações financeiras, avaliar periodicamente a adequação dos controles internos e demais relatórios contendo informações financeiras e não financeiras relevantes da Companhia. Em caso de deficiências identificadas no processo de elaboração das

informações financeiras da Companhia, o Conselho de Administração deve tomar as providências para corrigi-las. Nesse sentido, podem ser citadas como providências tomadas pelo Conselho de Administração a fim de corrigir deficiências apontadas pelos auditores independentes no processo de elaboração das informações contábeis da Companhia: (i) avaliação anual da vida útil de seus ativos imobilizados, (ii) reavaliação do procedimento para apropriação de créditos de PIS e COFINS; (iii) instituição formal de níveis de alçada para aprovação de lançamentos contábeis manuais, dentre outras.

Conforme o disposto no item (c) abaixo, o grau de eficiência dos controles internos é supervisionado pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia. Em caso de deficiências identificadas, são definidas ações de aprimoramento de processos e controles, com responsáveis definidos e prazos de implantação, que são objeto de “*follow-up*” destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação.

No entendimento da administração, a atual estrutura de controles internos é suficiente considerando o contexto operacional e composição acionária da Companhia, estando pendente a formalização dos controles vigentes descritos. Dessa forma, a Companhia entende que, com a implementação integral da sua estrutura de controles internos e vigência de sua Política de Gerenciamento de Riscos, que estão condicionadas à realização de sua oferta pública inicial de ações, estarão atendidas as necessidades referentes ao tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia realiza e assegurarão a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

A área de contabilidade da Companhia é responsável pela preparação das demonstrações financeiras. A equipe de contabilidade realiza o fechamento contábil mensal e finaliza os processos de conciliação contábil; após a finalização da conciliação, a equipe de consolidação – também subordinada ao gerente contábil – recebe informações para início dos trabalhos de consolidação.

Por sua vez, o Conselho de Administração da Companhia é o principal órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras, o qual conta com o sistema de controles internos da Companhia para assessorá-lo, como a área de Controladoria.

A área de Controladoria é auxiliada pela Diretoria Financeira e pelo Departamento Jurídico, sempre que necessário. Por fim, as informações financeiras da Companhia são auditadas por assessor externo desde 2017, de forma a garantir sua qualidade e adequação às normas contábeis vigentes.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é monitorada pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia. Para as deficiências apresentadas, são definidas ações de aprimoramento de processos e controles, com responsáveis definidos e prazos de implantação, que são objeto de “*follow-up*” destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a KPMG Auditores Independentes Ltda. emitiu, em 28 de abril de 2023, relatório de recomendações sobre os controles internos nos quais constaram as seguintes deficiências significativas:

- I. *Ausência de um processo periódico e formal de revisão de perfis de acesso dos usuários dos sistemas*

Não são realizadas revisões de perfis de acessos dos usuários dos sistemas relevantes utilizados pela Granja Faria, como Senior (ERP) e Vetorh (RH). Adicionalmente, a Granja Faria não possui uma política/procedimento formal de revisão periódica dos acessos dos usuários sistêmicos.

- II. *Usuários administradores no sistema Senior (ERP) associados a colaboradores das áreas de negócios da Granja Faria*

Identificamos que há usuários associados a colaboradores das áreas de negócio da Granja Faria que possuem perfis administrativos no sistema Senior. Ausência de política formal que determine as regras e procedimentos para criação, definição de responsáveis e mecanismos de monitoramento de usuários privilegiados dos sistemas relevantes.

- III. *Ausência de aprovação e testes formais no processo de gerenciamento de mudanças sistêmicas*

A Granja Faria não possui uma política/procedimento formal de gerenciamento de mudanças sistêmicas. As mudanças podem ser solicitadas pelas áreas via chamado ou de maneira informal. Mesmo que seja via chamado, a ferramenta não contém um fluxo definido para exigir uma aprovação formal dos gestores das áreas para que a mudança seja desenvolvida e/ou implementada em produção. Embora sejam realizados testes em ambientes de homologação, não é possível evidenciar quem testou e quais testes foram realizados, uma vez que a ferramenta de chamado não possui um fluxo desenhado para atender às etapas de gerenciamento de mudanças.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

- I. *Ausência de um processo periódico e formal de revisão de perfis de acesso dos usuários dos sistemas*

Comentários da administração: Haverá a criação e implementação de política para revisão e adequação de acessos ao sistema ERP e folha, com previsão de implantação a partir de 2023. Serão tratadas duas partes, as telas liberadas aos grupos de usuários e os usuários que estão com os grupos de acesso liberados. Para os usuários corporativos, os responsáveis serão:

Gerente de TI, Gerente ADM e Diretor Financeiro. Para os usuários das filiais, os responsáveis serão: Gerente de TI, Gerente ADM, Supervisor ADM e Diretor Financeiro. O sistema Senior fornece dois relatórios com as informações necessárias, os quais serão utilizados para definição de manter ou remover os acessos. A revisão dos acessos será executada a cada três meses, previsão de conclusão em 05 dias. Na conclusão, será gerado um relatório com aprovação do Diretor Financeiro.

II. Usuários administradores no sistema Senior (ERP) associados a colaboradores das áreas de negócios da Granja Faria

Comentários da administração: Houve a remoção dos usuários com acesso "admin" ao sistema em 06/12/2022, permanecendo apenas os usuários de TI com esse tipo de acesso. No entanto, ainda que a remoção tenha sido feita em tal data, a deficiência significativa foi apontada pelos auditores em sua carta de recomendações em razão de que tal situação ocorreu durante quase todo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a política de tecnologia de informação foi ajustada e formalizada, estando atualmente em vigor, abrangendo a não liberação de acesso admin para nenhum usuário que não seja de TI.

III. Ausência de aprovação e testes formais no processo de gerenciamento de mudanças sistêmicas

Comentários da administração: Haverá a criação e implementação de política para gestão de mudança a partir de 2023. A política irá definir que todas as solicitações de customizações deverão ser aprovadas pelo responsável da área e pelo gerente de TI antes de serem executadas. Todas devem ser feitas através do portal de chamados, gerando informações para que possam ser extraídas através de relatório. O relatório irá informar quem solicitou, quem aprovou, quem desenvolveu, quem testou, quem subiu para produção e a aprovação final do usuário solicitante. Todas as customizações serão efetuadas em ambiente de testes, sendo os profissionais da área de TI responsáveis por cada operação de acordo com a função. Quem desenvolve não irá subir para produção e quem testa e presta suporte responsável por validar e subir para produção.

5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui Manual do Colaborador vigente e aplicável para todos os seus colaboradores ("Manual do Colaborador"), o qual foi revisado no contexto do seu registro de companhia aberta categoria "A" ("Código de Ética"), visando a reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 6 de março de 2023, e cuja vigência está condicionada à precificação do IPO da Companhia.

Abaixo, a Companhia apresenta as informações referentes ao seu Manual do Colaborador vigente.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- (a) divulgação das regras, políticas internas e Manual do Colaborador;
- (b) proibição de recebimento de brindes e presentes sem autorização prévia pelo superior hierárquico; e
- (c) diligência legal e de *compliance* prévia em operações societárias com foco na detecção de riscos de fraude e corrupção envolvendo a empresa-alvo e seus sócios.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes estruturas organizacionais estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade:

- **Conselho de Administração:** responsável por aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade;
- **Diretoria:** responsável por promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo;

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Conforme indicado acima, a Companhia possui Manual do Colaborador vigente e aplicável para todos os seus colaboradores, o qual foi revisado no contexto do seu registro de companhia aberta categoria "A" como Código de Ética. Para mais informações relacionadas à estrutura da Companhia cuja vigência está condicionada à precificação de seu IPO, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Manual do Colaborador é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, incluindo os membros da sua administração. Além disso, a Companhia requer comprometimento com os mais altos padrões de conduta ética por parte das entidades ou pessoas com as quais mantenha relação, incluindo parceiros de negócio, fornecedores, clientes ou quaisquer outros terceiros que atuem no interesse ou benefício da Companhia.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Qualquer colaborador que violar as previsões do Manual do Colaborador ou da legislação vigente estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares previstas em suas normas internas, que incluem advertências verbais e escritas, suspensões e perda de participação em processos de promoção interna por meritocracia.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Manual do Colaborador não possui aprovação formal.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia atualmente não possui canal de denúncias.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não existiram casos confirmados na Companhia, nos últimos três exercícios sociais, de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito acima, a Companhia adota regras,

políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia estava exposta. O Conselho de Administração da Companhia aprovou sua Política de Gerenciamento de Riscos em 06 de março de 2023, conforme detalhada no item 5.1 acima e no item 5.5 abaixo. Adicionalmente, também na mesma data, seu Código de Ética foi reformulado e atualizado, e passou a contar com as disposições descritas no item 5.3 acima. Cabe a ressalva de que a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e do Código de Ética, conforme alterado, está condicionada à precificação do IPO da Companhia.

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em complemento às informações prestadas neste item 5, a Companhia apresenta abaixo informações sobre sua Política de Gerenciamento de Riscos, o qual foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, mas vigência está condicionada à precificação do IPO da Companhia.

Informações adicionais em relação ao item 5.1:

No contexto de sua abertura de capital, a Companhia elaborou uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável a todas as áreas da Companhia. A Política de Gerenciamento de Riscos foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de março de 2023.

A Política de Gerenciamento de Riscos está possui vigência condicionada à precificação do IPO da Companhia.

O documento define os riscos aos quais a Companhia está exposta e as medidas que viabilizam o seu gerenciamento. Dentre as medidas, a Companhia se compromete a atualizar no mínimo anualmente a sua matriz de riscos por ocasião da revisão de planejamento estratégico da Companhia e com o surgimento de eventos de riscos emergentes.

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia se baseou em recomendações de normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, especialmente a estrutura integrada de controles internos do COSO-ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), com o objetivo de: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) mapear quais são as oportunidades, propósitos e os fatores internos e externos que podem impactar o desenvolvimento do negócio como um todo; além de (iv) antever e administrar os efeitos indesejáveis.

A Política de Gerenciamento de Riscos tem em vista monitorar os riscos aos quais as atividades da Companhia, suas operações e setor de atuação estão inerentemente expostos, conforme descrito nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência, e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos em seis principais grupos:

- Riscos Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor, e incluem os riscos concorrenciais, riscos políticos e riscos de imagem/reputacionais. São riscos causados por mudanças no

ambiente externo, tais como político e econômico, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

- Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação dos negócios, tais como marketing, vendas, comercial e logística; assim como à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, relações sindicais.
- Riscos Financeiros: são divididos em três subcategorias, conforme abaixo:
 - Risco de Crédito: possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.
 - Riscos de Taxas de Juros/Câmbio: possibilidade de perda resultante das alterações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, ou das flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.
 - Risco de Liquidez: possibilidade de perda resultante da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.
- Riscos de Conformidade: são aqueles causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e políticas internas ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que possam resultar em perda financeira e/ou prejudicar a imagem e a reputação da Companhia. Exemplos incluem atividades executadas em desacordo com políticas, normas e procedimentos da Companhia, falhas no monitoramento de alteração/criação de leis e regulamentações, sanções/multas devido à transmissão de informações incorretas para órgãos regulatórios, dentre outros.
- Riscos Tecnológicos: são aqueles que podem ser causados pelo vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas (envio de arquivos confidenciais), acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros, que impactam na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

Riscos Socioambientais: são os riscos relacionados a questões ambientais, como a contaminação de água e solo, descarte indevido de resíduos, e questões socioambientais, como riscos de perdas decorrentes de efeitos negativos das atividades e operações da Companhia sobre a sociedade.

A Política de Gerenciamento de Riscos adota como modelo de gestão dos riscos o COSO-ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*, o qual conta com as seguintes etapas:

- (i) Identificação dos riscos: identificação de riscos que podem afetar diretamente os negócios da Companhia, mapeando e descrevendo os eventos que podem impactar as metas e operação eficaz dos processos e/ou alocação eficiente dos recursos da Companhia;
- (ii) Avaliação: cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência de riscos sobre os resultados projetados;
- (iii) Limite de Risco: priorização e definição do limite de risco que a Companhia está disposta a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos de acordo com as definições abaixo:
 - Risco Inaceitável: representam ameaça potencial aos negócios da Companhia. Demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir sua severidade e/ou frequência.
 - Risco Inesperado: com alto impacto e baixa frequência. Devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer. O tratamento é sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.
 - Risco Provável: de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor dos negócios. O foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo.
 - Risco Aceitável: perdas de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los. São riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.
- (iv) Tratamento: a partir da identificação e avaliação dos riscos, são implementadas respostas, que consistem no tratamento e mitigação dos riscos. As respostas aos riscos consideram os seguintes critérios:
 - Rejeitar: eliminar totalmente a fonte do risco. Esta resposta é aplicável na situação em que Companhia não encontrou alternativas para mitigação do risco até um nível aceitável, em conformidade com seu limite de riscos;
 - Transferir e/ou Compartilhar: transferir a responsabilidade do risco para terceiros por meio de terceirização de operações e atividades;
 - Mitigar: reduzir a probabilidade e/ou impacto de um risco para um limite aceitável a Companhia;

- Aceitar/Reater: nenhuma ação direta é tomada para alterar o nível de impacto ou probabilidade do risco. Esta resposta é aplicável quando o risco está abrangido no limite de riscos da Companhia.
- (v) Planos de Ação: conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).
- (vi) Monitoramento: acompanhamento contínuo da adequação e da eficácia dos controles, assegurando que o modelo de gerenciamento de riscos está aderente aos objetivos da Companhia ao longo do tempo.

A Política de Gerenciamento de Riscos prevê os seguintes instrumentos para identificar os riscos aos quais a Companhia está sujeita, dentre outros:

- Entrevistas com pessoas-chave da Companhia;
- Auditorias e análises regulares nos processos internos; e
- Registros de não conformidade apurados pelos Proprietários dos Riscos. Proprietários dos Riscos são definidos como os colaboradores integrantes das áreas de negócios da Companhia que possuem o maior domínio e conhecimento técnico acerca do risco correspondente, sendo os responsáveis pela tomada de decisão e capazes de estabelecer e gerir os planos de ação para adequar a exposição aos limites aprovados.

Além disso, especificamente em relação aos Riscos Tecnológicos, a Companhia atualmente conta com uma infraestrutura de TI com ambiente climatizado e energizado por dois *nobreaks* além de um gerador de energia, dois *links* de *internet*, servidores com discos de replicação, duas fontes de energia; e placas de rede redundantes internamente nos servidores, por meio das quais as máquinas virtuais são replicadas para outro servidor específico e o banco de dados é replicado para um servidor na nuvem, minimizando o impacto de eventuais acidentes em seus sistemas. O ambiente conta com *firewall* para protegê-lo de eventuais ataques e bloquear acessos indevidos, cada usuário que acessa o ambiente o faz utilizando um cliente de VPN e tem o perfil restrito para realizar alterações, além de possuir senha forte de acesso. Devido a essa gestão de riscos, a Companhia entende que, caso haja qualquer problema de funcionamento ou interrupção em seus sistemas, é possível emitir notas fiscais e despachar as mercadorias pelo emissor disponibilizado pelos próprios órgãos governamentais e importar as informações posteriormente assim que o sistema for reestabelecido, assim como receber os insumos e matérias-primas através de relatório de recebimento impresso previamente pelos controladores, sendo os documentos fiscais escriturados quando o acesso ao sistema for reestabelecido.

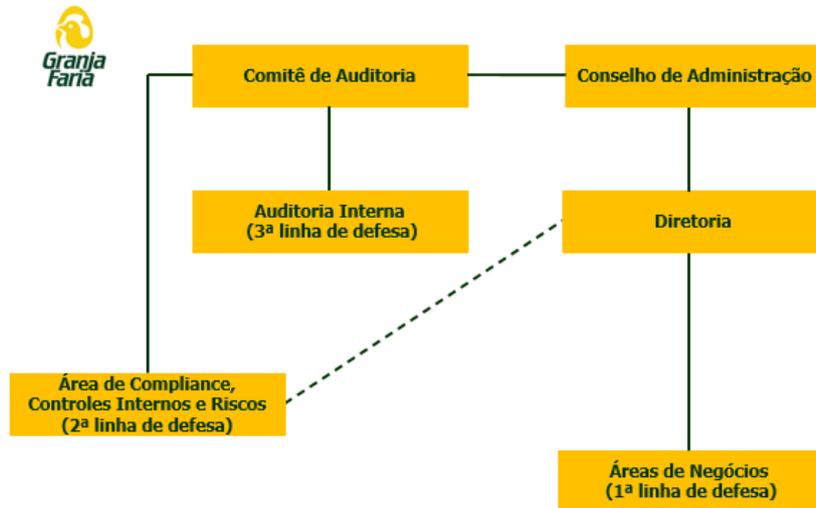
A estrutura de gestão de riscos da Companhia vem sendo reformulada, em particular com a recente criação do seu Comitê de Auditoria, cujo regimento interno foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de março de 2023, e a futura implementação da Área de Compliance, Controles Internos e Riscos e da Área de Auditoria Interna.

A vigência de tais estruturas está condicionada à precificação do IPO da Companhia, quando as referidas áreas estarão plenamente constituídas com funcionários alocados e em funcionamento.

A implementação desta estrutura considera a atuação conjunta de todos os órgãos de governança corporativa e de gestão. Nesse sentido, diferentes áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, serão responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos. A estrutura de gestão de riscos prevista na Política de Gerenciamento de Riscos é baseada no COSO-ERM, que recomenda a gestão de riscos através do modelo das três linhas de defesa, conforme descritas abaixo:

- (i) 1ª Linha de Defesa: representada pelos colaboradores das áreas de negócios da Companhia intitulados de Proprietários de Riscos, que são os responsáveis diretos pela execução de seus processos, detecção dos riscos respectivos e implementação das respostas.
- (ii) 2ª Linha de Defesa: após sua constituição, será representada pela Área de Compliance, Controles Internos e Riscos da Companhia, que atuará em colaboração com a primeira linha, por meio do estabelecimento de controles e na identificação de desvios de políticas e procedimentos internos. A Área de Compliance, Controles Internos e Riscos se reportará ao Comitê de Auditoria em relação a atividades relacionadas a controles internos, compliance e gestão de riscos, bem como reporta questões meramente administrativas à Diretoria da Companhia. No exercício de suas funções, a Área de Compliance, Controles Internos e Riscos poderá contar com o auxílio de outras áreas da Companhia, tais como controladoria e jurídico. Seus membros não acumularão funções com atividades operacionais ou possuirão relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia.
- (iii) 3ª Linha de Defesa: após sua constituição, será representada pela área de Auditoria Interna, que atuará no fornecimento de avaliações independentes à administração, especialmente pela realização de testes substantivos de controles internos para identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes.

A estrutura de gerenciamento de riscos prevista na Política de Gerenciamento de Riscos é realizada conforme o organograma e a descrição abaixo:



Nesse contexto, compete ao **Conselho de Administração**, dentre outras atribuições:

- definir os objetivos estratégicos e o perfil de riscos da Companhia, adequado e aderente aos seus negócios;
- aprovar as políticas e diretrizes de risco, limites de exposição e impactos propostos;
- fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos a que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações em cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados;
- assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e
- receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da área de Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete ao **Comitê de Auditoria**, órgão autônomo de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, além do disposto em seu regimento interno:

- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia para desenvolvimento de ações que promovam redução de riscos e ameaças;
- recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a avaliação de políticas, limites e planos de ação;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse da Companhia;

- monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados;
- opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades; e
- acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna e da função de controles internos, exercida pela Área de Compliance, Controles Internos e Riscos da Companhia, e reportá-las ao Conselho de Administração.

Compete à **Diretoria**, dentre outras atribuições:

- supervisionar a atualização da matriz de riscos com a colaboração da Área de Compliance, Controles Internos e Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;
- acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- disseminar a cultura de riscos em toda Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

Compete à área de **Auditoria Interna**, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

- aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva; e
- fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que os processos e a estrutura de gerenciamento de riscos estejam sendo devidamente cumprida.

Compete à **Área de Compliance, Controles Internos e Riscos**, responsável pelas funções de compliance, riscos corporativos e controles internos na Companhia, e cujos membros não

acumularão funções ou possuirão relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia:

- zelar pela aplicação do Código de Ética da Companhia;
- elaborar o plano de implantação dos procedimentos e diretrizes do Código de Ética, bem como das demais políticas de integridade;
- fornecer reportes periódicos ao Comitê de Auditoria sobre as denúncias recebidas através do canal de denúncias;
- coordenar as melhorias de processos para mitigar os riscos de conformidade;
- coordenar e definir os padrões a serem seguidos para o gerenciamento de riscos (ferramentas, metodologias, sistemas de suporte);
- fornecer apoio metodológico aos Proprietários dos Riscos na identificação e mapeamentos de novos riscos;
- monitorar o sistema de gestão de riscos, reportando as atividades ao Comitê de Auditoria e, indiretamente, ao Conselho de Administração;
- implementar os controles e processos de gestão de riscos definidos pelo Conselho de Administração;
- sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais; e
- reportar inconsistência ou desatualização de desenhos e fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles.

Ainda, a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia define “Proprietários dos Riscos” como os colaboradores integrantes das áreas de negócios da Companhia que possuem o maior domínio e conhecimento técnico acerca do risco correspondente, sendo os responsáveis pela tomada de decisão e capazes de estabelecer e gerir os planos de ação para adequar a exposição aos limites aprovados. Compete aos **Proprietários dos Riscos** da Companhia:

- identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análise;
- apresentar percepção quanto à exposição ao risco, se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
- cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

- comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- dar cumprimento ao plano de ação.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme informado acima, a Área de Auditoria Interna possui vigência condicionada à precificação do IPO da Companhia e, em caso de instalação, terá orçamento próprio que, a critério do Conselho de Administração, foi considerado suficiente ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo referido órgão ao menos uma vez ao ano.

Informações adicionais em relação ao item 5.3:

Além do descrito no item 5.3, a Companhia possuirá, no caso de precificação do IPO da Companhia, as seguintes práticas e procedimentos para prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública:

- disponibilização de canal de canais denúncias para colaboradores e terceiros reportarem, à Área de Compliance, Controles Internos e Riscos, violações ao Código de Ética e demais políticas da Companhia (para maiores detalhes, ver abaixo); e
- proibição de recebimento de brindes e presentes sem autorização prévia pela Área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, além do superior hierárquico.

Conforme descrito no item 5.3 acima, após a vigência do Código de Ética denúncias feitas através do canal de denúncias poderão ser enviadas ao superior imediato dos colaboradores ou, quando instalada e em pleno funcionamento, diretamente à Área de Compliance, Controles Internos e Riscos, que irá realizar uma apuração sigilosa com o intuito de aferir os fatos e encaminhar suas conclusões ao Conselho de Administração para determinação das medidas disciplinares aplicáveis.

De modo a evitar conflitos de interesses na apuração de denúncias, em casos de denúncias que envolvam a Área de Compliance, Controles Internos e Riscos, o Comitê de Auditoria, quando instalados, ou seus respectivos membros, o Conselho de Administração será responsável pela apuração. Casos envolvendo o Conselho de Administração ou seus membros serão apurados pelo Comitê de Auditoria. Por sua vez, casos de envolvimento de membros da Diretoria serão encaminhados pela Área de Compliance, Controles Internos e Riscos ao Conselho de Administração para deliberação e tratativas.

Concomitantemente à instalação das estruturas descritas no item 5.3(b.ii) acima, em caso de precificação do IPO da Companhia, as seguintes estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade entrarão em funcionamento:

- **Área de Compliance, Controles Internos e Riscos:** quando constituída, será responsável por, dentre outras atribuições: (i) tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética; (ii) propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de compliance ou a revisão das já existentes; (iii) conduzir os treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética; e (iv) apurar denúncias recebidas, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação.
- **Comitê de Auditoria:** responsável por, dentre outras atribuições: (i) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (ii) receber e tratar denúncias envolvendo o Conselho de Administração acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos.
- **Auditoria Interna:** quando constituída, será responsável por, dentre outras atribuições, aferir a qualidade e adequação dos controles internos e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

Após a sua constituição, será assegurado à Área de Compliance, Controles Internos e Riscos autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância contará com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e terá a possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

Após eventual precificação do IPO da Companhia, seu Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de março de 2023 entrará em vigor com seguintes disposições, além do descrito no item 5.3 acima:

Conforme o disposto no item “Introdução” do Código de Ética, o documento se aplica a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, empregados e estagiários. Além disso, a Companhia requer comprometimento com os mais altos padrões de conduta ética por parte das entidades ou pessoas com as quais mantenha relação, incluindo parceiros de negócio, fornecedores, clientes ou quaisquer outros terceiros que atuem no interesse ou benefício da Companhia.

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Ética ou da legislação vigente estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência oral e/ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho (com ou sem justa causa); (iv) tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e (v) se necessário, comunicação dos fatos às autoridades competentes. Tais sanções estão previstas no item “Descumprimento deste Código” do Código de Ética.

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de março de 2023 e sua vigência está condicionada à precificação do IPO da Companhia. O Código de Ética poderá ser acessado através do website de relações com investidores da Companhia (<http://financeiro.granjafaria.com.br/>) ou da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

Conforme disposto no item “Denúncias e Não Retaliação” do Código de Ética, a Companhia instalará um canal de denúncias após a vigência do Código de Ética, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem relatar dúvidas e relatos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética e da legislação vigente.

As denúncias podem ser feitas ao superior imediato do colaborador ou, quando instalada e em pleno funcionamento, diretamente à Área de Compliance, Controles Internos e Riscos da Companhia, órgão que será responsável pelo tratamento e apuração das denúncias, e poderão ser realizadas através do e-mail denuncia@granjafaria.com.br.

O canal de denúncias é destinado a todos os colaboradores e terceiros que desejem registrar dúvidas e relatos de casos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética.

O Código de Ética prevê a confidencialidade das informações recebidas e o anonimato dos denunciantes.

Nos termos do seu Código de Ética, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante, ainda que ao final seja considerada improcedente. Por essa razão, eventual retaliação será considerada uma violação ao Código de Ética, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

Nos termos do Código de Ética, as denúncias poderão ser enviadas ao superior imediato dos colaboradores ou, quando instalada e em pleno funcionamento, diretamente à Área de Compliance, Controles Internos e Riscos, que irá realizar uma apuração sigilosa com o intuito de aferir os fatos e encaminhar suas conclusões ao Conselho de Administração para determinação das medidas disciplinares aplicáveis.

De modo a evitar conflitos de interesses na apuração de denúncias, em casos de denúncias que envolvam a Área de Compliance, Controles Internos e Riscos, o Comitê de Auditoria ou seus membros, o Conselho de Administração será responsável pela apuração. Casos envolvendo o Conselho de Administração ou seus membros serão apurados pelo Comitê de Auditoria. Por sua vez, casos de envolvimento de membros da Diretoria serão encaminhados pela Área de Compliance, Controles Internos e Riscos ao Conselho de Administração para deliberação e tratativas.

6. Controle e grupo econômico

6.1 /6.2 - Grupo de acionistas: identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista residente no exterior	Nome do representante legal ou mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classe de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Castor – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia						
22.667.831/0001-54	Brasileira	Não	Sim	29/05/2023		
Não	Oliveira Trust Servicer S.A.	Jurídica		02.150.453/0001-20		
14.252.774.896	95,363%	0	0,000%	14.252.774.896	95,363%	
GF Partners Participações Ltda.						
17.886.618/0001-31	Brasileira	Não	Sim	29/05/2023		
Não		Jurídica				
617.110.730	4,129%	0	0,000%	617.110.730	4,129%	
OUTROS						
75.904.221	0,508%%	0	0,000%	75.904.221	0,508%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
TOTAL						
14.945.789.847	100,000%	0	0,000%	14.945.789.847	100,000%	

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista residente no exterior	Nome do representante legal ou mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CASTOR – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA				22.667.831/0001-54		
AGPJ Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior						
21.814.192/0001-40	Brasileira	Não	Sim	30/06/2015		
Não	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM		Jurídica	59.281.253/0001-23		
3.378.379	100%	0	0%	3.378.379	100%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	3.378.379	100%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
OUTROS						
0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
TOTAL						
3.378.379	100,000%	0	0,000%	3.378.379	100,000%	

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista residente no exterior	Nome do representante legal ou mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGPJ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR				21.814.192/0001-40		
Ricardo Castellar de Faria						
909.464.999-34	Brasileiro	Não	Sim			
Não						
59.884	100%	0	0%	59.884	100%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	59.884	100%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
OUTROS						
0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
TOTAL						
59.884	100,000%	0	0,000%	59.884	100,000%	

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista residente no exterior	Nome do representante legal ou mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classe de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
GF PARTNERS PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Ricardo Castellar de Faria						
909.464.999-34	Brasileiro	Não	Sim	03/01/2020		
Não						
	534.958.829	100,000%	0	0,000%	0	100,000%
OUTROS						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	534.958.829	100,000%	0	0,000%	534.958.829	100,000%

6.3 – Distribuição de capital: em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/05/2023
Quantidade acionistas pessoas naturais (unidades)	1
Quantidade acionistas pessoas jurídicas (unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (unidades)	1

Ações em circulação

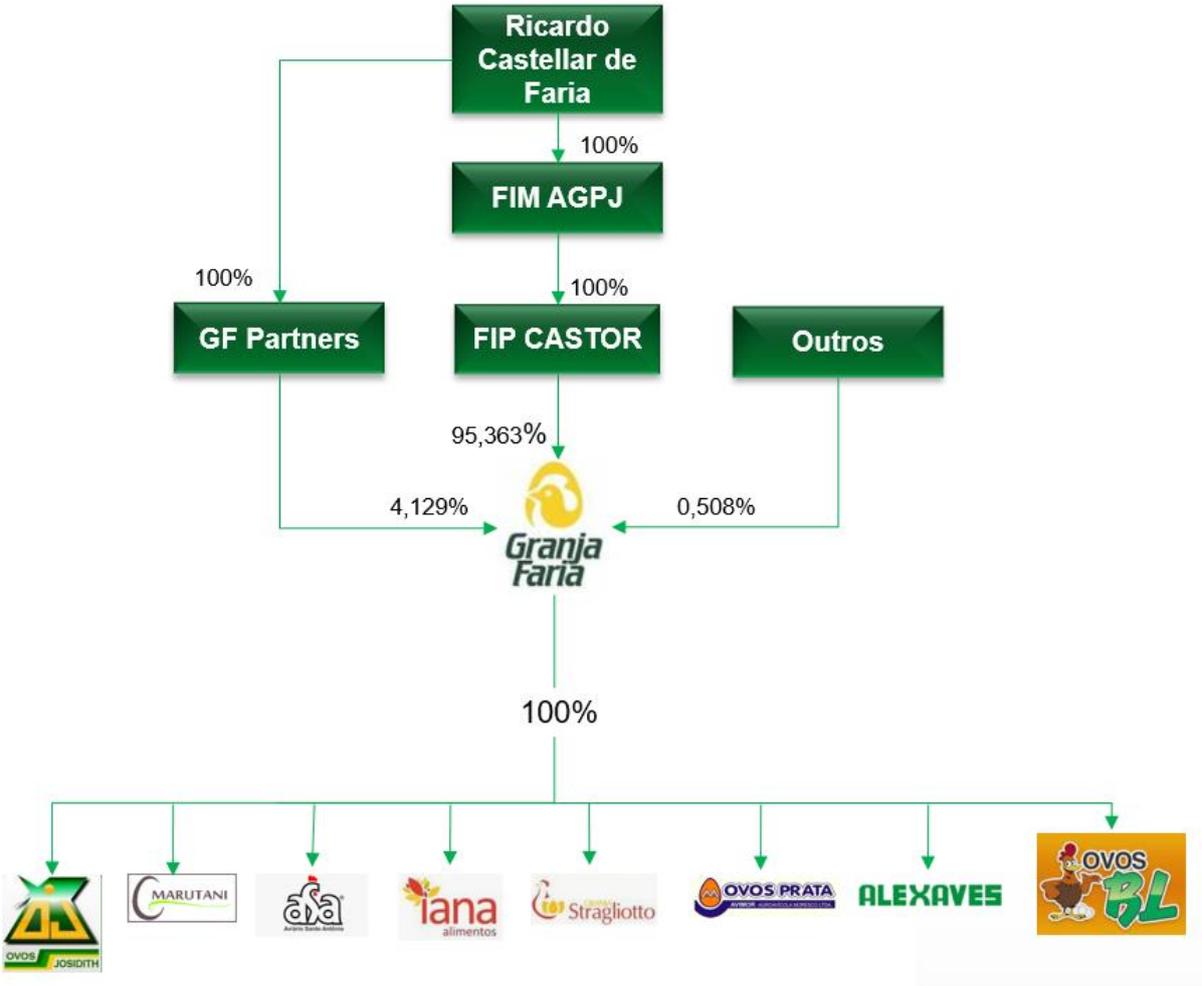
Ações em circulação correspondente a todas as ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria.

	Quantidade	% em relação ao total do capital social
Ordinárias	0	0%
Preferenciais	0	0
Total	0	0%

6.4 – Participação em sociedades: indicar as sociedades em que o emissor tenha participação e que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, informando:

Denominação	CNPJ	Participação do Emissor
Produtora de Ovos Josidith Ltda.	18.547.545/0001-55	100%
Marutani Alimentos Ltda.	03.606.933/0001-15	100%
Granja Stragliotto Ltda.	26.065.871/0001-87	100%
Aviário Santo Antônio Ltda.	17.425.646/0001-13	100%
Indústria e Comércio de Alimentos IANA Ltda.	06.296.177/0001-63	100%
Iana Indústria e Comércio de Adubos e Fertilizantes Ltda.	18.412.084/0001-36	100%
Avimor Agroavícola Moresco Ltda.	88.802.681/0001-52	100%
Granja Alexaves Ltda.	02.179.703/0001-54	100%
BL Conservas e Alimentos Ltda.	45.769.133/0001-65	100%
BL Transportes Ltda.	15.843.867/0001-86	100%
BL Bahia Ltda.	10.548.104/0001-99	100%
BL Ovos Ltda.	23.231.183/0001-51	100%

6.5 – Organograma: inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; b. principais controladas e coligadas do emissor; c. participação do emissor em sociedades do grupo; d. participação de sociedades do grupo no emissor; e. principais sociedades sob controle comum



6.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7. Assembleia geral e administração

7.1 – Órgãos da administração: descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

A Companhia possui um Conselho de Administração e por uma Diretoria, além de contar com um Conselho Fiscal não permanente que não se encontra instalado na data deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração possui, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, sendo um deles designado necessariamente como Diretor Presidente, um como Diretor Financeiro, outro como Diretor de Relações com Investidores e os demais terão sua designação e competência estabelecidas pelo próprio Conselho de Administração, por ocasião de cada eleição, se for o caso.

O Conselho Fiscal deverá funcionar somente no exercício fiscal em que for instalado pelos acionistas, nos termos do artigo 161 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes para exercerem o cargo durante no exercício social para o qual forem eleitos.

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Conselho de Administração

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração pode ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e observadas as disposições da Política de Indicação da Companhia, devendo obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, em especial ao artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (ii) integridade pessoal e reputação ilibada;
- (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;
- (iv) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;

- (v) ser familiarizado em gestão financeira e demais áreas da administração de empresas, possuindo habilidades e experiências necessárias para o exercício do cargo;
- (vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e
- (vii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

Diretoria

A indicação dos Diretores é de responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia, devendo prezar pela diversidade dos seus membros, inclusive de gênero. Sem prejuízo do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, a indicação de Diretores obedece aos seguintes critérios, de acordo com sua respectiva função:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (ii) reputação ilibada;
- (iii) formação acadêmica compatível com as suas atribuições, conforme descritas no Estatuto Social;
- (iv) conhecimento e experiência profissional compatível com o cargo para o qual foi indicado, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato de Diretor ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;
- (v) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; e
- (vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia.

Adicionalmente, a proposta de reeleição dos Diretores deverá ser baseada nas suas avaliações, que consideram o desempenho e o potencial do Diretor, além das competências de liderança definidas para a Companhia.

Comitês de assessoramento

A indicação de membros para os comitês de assessoramento da Companhia pode ser realizada por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia em até 5 (cinco) dias que antecederem a reunião do Conselho de Administração convocada para indicar os membros dos respectivos comitês, devendo observar os seguintes critérios:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (ii) reputação ilibada;

- (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições do Comitê para qual tal membro foi indicado;
- (iv) conhecimento e experiência profissional na área de atuação, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia;
- (v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e
- (vi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões dos comitês e da leitura prévia da documentação.

Além disso, a indicação de membros para o Comitê de Auditoria obedece aos seguintes critérios além das demais disposições legais aplicáveis, especialmente:

- (i) ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente;
- (ii) ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito de valores mobiliários e defini os deveres e as responsabilidades das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes;
- (iii) o mesmo membro do Comitê de Auditoria poderá acumular as duas características previstas nas alíneas (i) e (ii) acima; e
- (iv) nenhum dos membros poderá ser:
 - a. controlador da Companhia e/ou membro do bloco de controle;
 - b. diretor da Companhia, de seu Acionista Controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum; e
 - c. tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas.

É considerado independente o conselheiro que se caracteriza por: (i) não ser acionista controlador, direto ou indireto, da Companhia; (ii) não ter seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, dos acionistas controladores ou de sociedade controlada pela Companhia; (v) não ser afim, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (vi) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (vii) não ter relações comerciais com a Companhia, o seu

acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (viii) não ocupar cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (ix) não receber outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Sim, há mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, conforme constante de seus respectivos regimentos internos e/ou indicado abaixo.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Conselho de Administração: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Diretoria: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Diretor Presidente. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos membros do Comitê de Auditoria, a sua autoavaliação, bem como a avaliação de seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Conselho de Administração: o processo de avaliação do Conselho de Administração é

estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro e o fortalecimento dos valores e conduta ética. O método utilizado para a realização das avaliações poderá ser através de autoavaliação, ou avaliação cruzada entre os membros (avaliação 360º) ou entrevistas individuais, estando a definição a cargo do Conselho de Administração.

Diretoria: o processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

Comitê de Auditoria: o processo de avaliação do Comitê de Auditoria é estruturado levando em consideração o seu desempenho, incluindo sua eficácia e o cumprimento do seu respectivo regimento interno. Cada membro responde um questionário sobre estes temas; as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os membros, bem como pelo Conselho de Administração.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até o momento, não houve contratação de serviços externos para auxiliar no procedimento de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em assembleias gerais em relação ao previsto na legislação societária. A Companhia segue regras para contratação com partes relacionadas e, nesses casos, regras para identificação e administração de conflito de interesses, conforme descritas nos itens 11.1 e 11.2 deste Formulário de Referência.

(d) por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

31/12/2022					
Identidade autodeclarada de gênero					
	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Número total de membros por órgão
Conselho de Administração	0	4	0	0	4
Diretoria	0	2	0	0	2

Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total de membros por gênero	0	6	0	0	6

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

31/12/2022							
Identidade autodeclarada de cor ou raça							
	Branco	Amarelo	Preto	Indígena	Pardo	Outros	Número total de membros por órgão
Conselho de Administração	4	0	0	0	0	0	4
Diretoria	2	0	0	0	0	0	2
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Total de membros por cor ou raça	6	0	0	0	0	0	6

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

31/12/2022					
Atributos de diversidade relevantes – Faixa etária					
	30 – 40	41 – 50	51 – 60	61 – 70	Número total de membros por órgão
Conselho de Administração	0	2	0	2	4
Diretoria	1	1	0	0	2
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total de membros por atributo de diversidade relevante	1	3	0	2	6

(e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Atualmente, a Companhia não possui objetivos, compromissos ou políticas formais relativas à diversidade em seus órgãos de administração. Entretanto, a Companhia permanece atenta e

sensível ao tema, levando-o em consideração para a formação de lideranças diversas e composição de seus órgãos da administração.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Para além dos mecanismos para gerenciamento de riscos e das políticas descritas no item 5 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui mecanismos específicos para a avaliação, gerenciamento e supervisão de riscos e oportunidades relacionados ao clima. Adicionalmente, a Companhia entende que tais riscos e oportunidades são considerados em pela sua administração no âmbito da orientação e condução dos negócios da Companhia.

7.2 – Conselho de Administração: em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

(a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia possui um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo: (a) ao menos, 1 (um) membro independente; e (b) ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários.

É considerado independente o membro que se caracteriza por: (i) não ser acionista controlador, direto ou indireto, da Companhia; (ii) não ter seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, dos acionistas controladores ou de sociedade controlada pela Companhia; (v) não ser afim, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (vi) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (vii) não ter relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (viii) não ocupar cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (ix) não receber outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas atribuições incluem: (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) supervisionar as atividades da auditoria independente; (c) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse da Granja Faria S.A.”; e (f) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O regimento interno do Comitê de Auditoria foi aprovado em Reunião do Conselho de

Administração realizada em 06 de março de 2023. O referido regimento está disponível para consulta no site da Companhia <http://financeiro.granjafaria.com.br/>.

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria a avaliação do trabalho da auditoria independente, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas no item acima.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui um canal próprio para recebimento de críticas relacionadas a temas e práticas ASG, mas dispõe de canal de denúncias, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem relatar dúvidas e relatos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética da Companhia e da legislação vigente, através do e-mail denuncia@granjafaria.com.br.

7.3 – Administradores: em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do primeiro mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Edenilson Dorigoni	13/05/1986	Pertence apenas à Diretoria	06/03/2023	2 anos, até RCA posterior à AGO 2025	10/08/2017
057.937.609-54	Administrador de Empresas	Diretor Presidente	06/03/2023	Sim	
Emílio Bruno Bastos	30/11/1977	Pertence apenas à Diretoria	06/03/2023	2 anos, até RCA posterior à AGO 2025	31/03/2020
194.914.498-42	Contador	Diretor de Relações com Investidores Diretor Financeiro	06/03/2023	Sim	
Gilson Tadashi Katayama	30/05/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/08/2023	2 anos, até RCA posterior à AGO 2025	01/08/2023
111.242.788-00	Empresário	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	01/08/2023	Sim	
Ricardo Castellar de Faria	07/04/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/03/2023	2 anos, até a AGO 2025	10/08/2017
909.464.999-34	Agrônomo	20 - Presidente do Conselho de Administração	06/03/2023	Sim	
Nilvo Mittanck	30/07/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/03/2023	2 anos, até a AGO 2025	02/04/2019
489.093.519-34	Engenheiro	–Membro Independente do Conselho de Administração	06/03/2023	Sim	
Alexandre Chueri	08/06/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/03/2023	2 anos, até a AGO 2025	02/04/2022
022.744.468-06	Engenheiro Agrônomo	Membro Independente do Conselho de Administração	06/03/2023	Sim	
Manoel Ismelon Almeida Moreira	05/01/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/03/2023	2 anos, até a AGO 2025	N/A
547.079.193-91	Mecânico-Aeronáutico	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	06/03/2023	Sim	

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Edenilson Dorigoni - 057.937.609-54

O Sr. Edenilson é formado em Administração de Empresas e Zootecnia com MBA em Gestão de Empresas e Gestão de Custos pela FGV. Trabalha na Companhia há mais de 15 anos, quando realizava atividades operacionais, e posteriormente passou a ocupar o cargo de gerente administrativo-financeiro e diretor comercial, até que, em agosto de 2017, foi eleito CEO da Companhia, onde permanece desde então.

O Sr. Edenilson Dorigoni não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Emílio Bruno Bastos - 194.914.498-42

O Sr. Emílio é graduado em Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria no Centro Universitário Álvares Penteado, UNIFECAP. Trabalha no grupo econômico da Companhia ("Grupo") desde agosto de 2017, iniciando na função de Head de M&A, com participação nos projetos de due diligence e auditoria contábil, até que em março de 2020 assumiu o cargo de CFO da Companhia. Anteriormente trabalhou na mesma função, na área de M&A, junto ao sócio fundador Ricardo Faria em outra empresa do Grupo à época, a Lavebras, além de ter atuado como auditor independente em empresas de auditoria, como a KPMG e BDO, por cerca de 10 anos.

O Sr. Emílio Bruno Bastos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Gilson Tadashi Katayama - 111.242.788-00

O Sr. Gilson Tadashi Katayama, nascido em 30 de maio de 1966, é engenheiro de produção graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1988, com especialização em Automação Industrial pela Universidade de Okayama, Japão. Possui longa experiência em negócios e produção nas atividades de avicultura de postura, fertilizantes orgânicos e pecuária de corte e de genética, atuando no Grupo Katayama desde 1993 e nos últimos 12 anos como CEO, permanecendo no cargo até o 31 de julho de 2023. Atualmente preside a Katayama Agronegócios desenvolvendo atividades relacionados a produção e comercialização de reprodutores, matrizes, sêmen e embriões da raça Nelore.

O Sr. Gilson Tadashi Katayama não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21

Ricardo Castellar de Faria - 909.464.999-34

O Sr. Ricardo é engenheiro agrônomo graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com especializações em Harvard Business School, empreendedor brasileiro com atuação nos setores de gestão de capitais e agronegócio, foi o fundador e CEO da Lavebras, uma das maiores empresas em gestão e higienização de têxteis do Brasil, tendo alienado sua participação em 2017. Fundou o grupo econômico que controla a Companhia ("Grupo") e atua como presidente do Conselho de Administração desta desde agosto de 2017, além de ser o fundador e presidente da Terrus S.A., uma das maiores empresas de plantio de soja e milho do Brasil. Como controlador do Grupo, é o responsável também por administrar diversas classes de ativos, como ações de empresas de capital aberto, moedas, dentre outros. O Sr. Ricardo Castellar de Faria não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Nilvo Mittanck - 489.093.519-34

O Sr. Nilvo é engenheiro mecânico graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com MBA em Administração de Empresas e Gestão de Negócios pela USP/FIA. É membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 2019 e possui vasta experiência em empresas do ramo do agronegócio, iniciando sua carreira na Perdigão (atual BRF) em 1984 como estagiário na área de projetos até se tornar diretor e posteriormente vice-presidente de operações, lá permanecendo até 2014. Também trabalhou como diretor de operações na JBS entre 2016 e 2017. Atualmente presta consultoria para grandes empresas e é conselheiro independente da Adeste e Lavebras, além da própria Companhia.

O Sr. Nilvo Mittanck não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Alexandre Chueri - 022.744.468-06

O Sr. Alexandre é agrônomo e engenheiro florestal pela USP, mestre em administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e com intercâmbio pela Escola de Economia de Estocolmo (Stockholm Handelshogskolan). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Granja Faria S.A., da Terrus S.A., da Cimento Itambé e da Itapeva Florestal. Profissional experiente, tendo atuado como Diretor executivo da Suzano Papel e Celulose no período de 2012 a 2022, também foi CEO da Ciplan Cimentos de Brasília de 1990 a 2012, além de ter atuado como executivo na Construtora Norberto Odebrecht no Peru, Equador e Venezuela entre os anos de 1985 e 1990, e fundador das empresas Cimento Mizu em Vitória/ES e Cimento Davi em Santa Luzia/MG e Costa Rica.

O Sr. Alexandre Chueri não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Manoel Ismelon Almeida Moreira - 547.079.193-91

O Sr. Manoel engenheiro graduado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo ITA, com Mestrado em Administração e Finanças pela FGV e Copenhagen Business School. Detém mais de 20 anos de experiência atuando como CFO em empresas como Cosan, Lavebras e Agrícola Famosa. Atualmente é CEO da Terrus S.A., uma das maiores empresas de plantio de soja e milho do Brasil, tendo sido eleito para o Conselho de Administração da Companhia em 2023.

O Sr. Manoel Ismelon não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Edenilson Dorigoni - 057.937.609-54 N/A	N/A
Emílio Bruno Bastos - 194.914.498-42 N/A	N/A
Gilson Tadashi Katayama – 111.242.788-00 N/A	N/A
Ricardo Castellar de Faria - 909.464.999-34 N/A	N/A
Nilvo Mittanck - 489.093.519-34 N/A	N/A
Alexandre Chueri - 022.744.468-06 N/A	N/A
Manoel Ismelon Almeida Moreira - 547.079.193-91 N/A	N/A

7.4 – Comitês: fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Nome	Tipo de comitê	Tipo de auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Data de início do primeiro mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de mandatos consecutivos	Foi eleito pelo controlador
Nilvo Mittanck	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/07/1961	N/A	N/A
489.093.519-34	N/A	Engenheiro	Coordenador do Comitê de Auditoria	06/03/2023	0	Não
Alexandre Chueri	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	08/06/1959	N/A	N/A
022.744.468-06	N/A	Engenheiro agrônomo	N/A	06/03/2023	0	Não
Ernesto Rodrigues Júnior	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	18/07/1984	N/A	N/A
312.588.948-07	N/A	Contador	Membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária	06/03/2023	0	Não

Experiência profissional / Critérios de independência

Nilvo Mittanck - 489.093.519-34

O Sr. Nilvo é engenheiro mecânico graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com MBA em Administração de Empresas e Gestão de Negócios pela USP/FIA. É membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 2019 e possui vasta experiência em empresas do ramo do agronegócio, iniciando sua carreira na Perdigão (atual BRF) em 1984 como estagiário na área de projetos até se tornar diretor e posteriormente vice-presidente de operações, lá permanecendo até 2014. Também trabalhou como diretor de operações na JBS entre 2016 e 2017. Atualmente presta consultoria para grandes empresas e é conselheiro independente da Adeste e Lavebras, além da própria Companhia.

O Sr. Nilvo Mittanck não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Alexandre Chueri - 022.744.468-06

O Sr. Alexandre é agrônomo e engenheiro florestal pela USP, mestre em administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e com intercâmbio pela Escola de Economia de Estocolmo (Stockholm Handelshogskolan). Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Granja Faria S.A., da Terrus S.A., da Cimento Itambé e da Itapeva Florestal. Profissional experiente, tendo atuado como Diretor executivo da Suzano Papel e Celulose no período de 2012 a 2022, também foi CEO da Ciplan Cimentos de Brasília de 1990 a 2012, além de ter atuado como executivo na Construtora Norberto Odebrecht no Peru, Equador e Venezuela entre os anos de 1985 e 1990, e fundador das empresas Cimento Mizu em Vitória/ES e Cimento Davi em Santa Luzia/MG e Costa Rica.

O Sr. Alexandre Chueri não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Ernesto Rodrigues Júnior - 312.588.948-07

O Sr. Ernesto é contador certificado pelo Conselho regional de Contabilidade (CRC) e certificado pelo Cadastro nacional de Auditores independentes (CNAI). Ernesto é sócio de consultoria e auditoria na ERJ Consultoria e Auditoria Empresarial, possui experiência com gestão de projetos de auditoria, consultoria e governança corporativa em pequenas, médias e grandes empresas que atuam nos mais diversos segmentos como indústrias, comércios e serviços.

O Sr. Ernesto Rodrigues não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Tipo de condenação	Descrição da condenação
Nilvo Mittanck - 489.093.519-34 N/A	N/A
Alexandre Chueri - 022.744.468-06 N/A	N/A
Ernesto Rodrigues Júnior – 312.588.948-07 N/A	N/A

7.5 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; e c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros cuja participação da Companhia seja inferior a 99% do capital social.

7.7 - Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não contratou qualquer apólice de seguro de responsabilidade civil para seus administradores (“D&O”). A Companhia, no entanto, poderá celebrar acordos de indenidade com seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo de gestão na Companhia, conforme previsto no Artigo 37 do seu Estatuto Social.

Nos termos do artigo 37 do seu estatuto social, a Companhia poderá indenizar e/ou manter indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e observadas as regulamentações e orientações da CVM aplicáveis, inclusive quanto aos eventos não passíveis de indenização.

7.8 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações adicionais ao item 7.4

A posse dos membros do Comitê de Auditoria eleitos em 06/03/2023 está condicionada à precificação do IPO da Companhia, oportunidade na qual os membros em questão serão investidos nos seus respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse, os quais, quando assinados, serão devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei.

8. Remuneração dos administradores

8.1 – Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas de remuneração adotadas pela Companhia possuem como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os Beneficiários na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Beneficiários.

Em linha com tais objetivos, o Conselho de Administração da Companhia aprovou política de remuneração formal em reunião realizada em 06 de março de 2023, cuja vigência está condicionada à precificação do IPO da Companhia.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos administradores é definida em linha com o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração e, posteriormente, aprovada em Assembleia Geral.

Cabe ao Conselho de Administração, por sua vez, a fixação da remuneração individual dos administradores, observado o limite aprovado em assembleia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O Conselho de Administração terá dentre as suas atribuições a de propor para os membros da administração remuneração compatível com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação da Companhia, a qual deverá contribuir para o estímulo e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, assim como o de atrair novos profissionais sempre que necessário.

A remuneração fixa dos membros da administração será baseada nas responsabilidades do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e às experiências individuais. Para o estabelecimento de tal remuneração, o Conselho de Administração poderá requerer a assessoria de empresa especializada.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O alinhamento da estrutura de remuneração às estratégias da Companhia é reavaliado periodicamente no Conselho de Administração, no âmbito da apreciação da proposta de orçamento e planejamento estratégico da Companhia. Dessa forma, anualmente, a política de remuneração deverá ser revista, o que será refletido na proposta da administração de remuneração para o ano a qual está sujeita à aprovação da assembleia geral ordinária.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração da administração da Companhia é composta pelos seguintes elementos:

Diretoria Estatutária:

- Remuneração fixa;
- Benefícios; e
- Remuneração variável.

A remuneração fixa (pró-labore mensal) alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o reajuste considerando a atualização monetária.

A remuneração variável tem como objetivo incentivar o alcance dos resultados de curto e médio prazo da Companhia e, quando atribuída, envolverá a fixação de metas periódicas que poderão estar diretamente atreladas ao desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais) da Companhia. A remuneração variável é estruturada considerada dois indicadores de desempenho principais: (a) o EBITDA da Companhia no referido exercício social, vis a vis a meta projetada; e (b) a avaliação individual do Diretor, com base em uma avaliação de meritocracia.

Adicionalmente, os diretores também poderão fazer jus à remuneração baseada ou referenciada em ações que terá como objetivo (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução

dos objetivos sociais da Companhia; (b) promover o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e Diretores; (c) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados; e (d) compartilhar riscos do negócio da Companhia entre acionistas e Diretores. A remuneração referenciada ou baseada em ações poderá ser atribuída na forma de planos de concessão de ações ou de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia.

Conselho de Administração:

- Remuneração fixa; e
- Benefícios (plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida nas condições contratadas pela Companhia, a serem definidos em Reunião do Conselho de Administração).

Os membros do Conselho de Administração terão sua remuneração fixa calculadas com base na sua disponibilidade e dedicação de tempo à Companhia.

Os membros independentes do Conselho de Administração não poderão receber direta ou indiretamente nenhuma remuneração da Companhia, além daquela aprovada em Assembleia Geral Ordinária para o exercício da sua função como membro do Conselho de Administração ou como membro dos Comitês, ressalvados proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Comitês:

Os membros efetivos do Conselho de Administração que venham a integrar Comitês poderão fazer jus a remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração.

Os membros externos que eventualmente venham a integrar os Comitês de Assessoramento farão jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e qualificação necessárias ao exercício da função.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus a uma remuneração fixa mensal, cujo montante será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e qualificação necessárias ao exercício da função.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

Para o curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado, possibilitando, assim, a atração de talentos para a empresa, em condições competitivas com seus pares. Para o médio e longo prazo, a Companhia estuda reter profissionais qualificados por meio de remuneração variável baseada em performances individuais e da Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

2022	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	61,9%	38,1%	0,00%	100%
Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Comitê de Auditoria	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

2021	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	64,7%	35,3%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Comitê de Auditoria	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	59,9%	40,1%	0,00%	100,00%
Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Comitê de Auditoria	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração para seus próprios membros, para os membros da Diretoria e dos membros dos Comitês.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade

similar, podendo ser utilizadas na comparação outras granjas, frigoríficos ou empresas do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração variável dos Diretores leva em consideração a meta de EBITDA definida pelo Conselho de Administração, além de avaliações individuais da performance de cada Diretor.

Não há parcela de remuneração variável devida aos Conselheiros, motivo pelo qual não há qualquer indicador de desempenho da Companhia ou individuais considerados para sua fixação.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo. Nesse sentido, garante-se uma remuneração fixa e benefícios baseados em parâmetros de mercado, a fim de reter seus administradores da Companhia, bem como o pagamento de remuneração variável estimula que sejam alcançadas as metas de desempenho operacional da Companhia traçadas pelo Conselho de Administração.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Historicamente, o Conselho de Administração que também é acionista da Companhia não recebe remuneração pelo seu cargo, haja vista que já recebe remuneração via pagamento de dividendos, fazendo jus somente aos benefícios oferecidos por sua condição enquanto administrador. Em razão de os benefícios recebidos impactarem no montante total da remuneração dos administradores, tal acionista é considerado como um membro remunerado para fins deste item 8.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 – Valores da remuneração: em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	830.000,00	1.080.000	0,00	1.910.000,00
Benefícios diretos e indiretos	40.000,00	57.000,00	0,00	97.000,00
Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	870.000,00	2.637.000,00	0,00	3.507.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	512.038,04	955.874,58	0,00	1.467.912,62
Benefícios diretos e indiretos	37.573,65	51.759,44	0,00	89.333,09
Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N.A.	N.A.		N.A.
Remuneração variável				
Bônus	0,00	620.341,90	0,00	620.341,90
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	549.611,69	1.627.975,92	0,00	2.177.587,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros	2,00	2,00	0,00	4,00

remunerados				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	187.700,00	878.246,34	0,00	1.065.946,34
Benefícios direto e indireto	37.462,83	49.386,39	0,00	86.849,22
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	505.127,84	0,00	505.127,84
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	225.162,83	1.432.760,57	0,00	1.657.923,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	187.700,00	809.502,40	0,00	997.202,40
Benefícios direto e indireto	32.548,44	41.722,57	0,00	74.271,01
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	568.721,48	0,00	568.721,48
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	220.248,44	1.419.946,45	0,00	1.640.194,89

8.3 – Remuneração variável: em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	620.341,90	0,00	620.341,90
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	620.341,90	0,00	620.341,90
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	620.341,90	0,00	620.341,90
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	620.000,00	0,00	620.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	620.000,00	0,00	620.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	505.127,84	0,00	505.127,84
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	620.000,00	0,00	620.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	620.000,00	0,00	0,00

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	568.721,48	0,00	568.721,48
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 – Remuneração baseada em ações: em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.6 – Outorgas: em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais.

8.7 – Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não havia opções em aberto dos administradores da Companhia ao final do último exercício social.

8.8 – Opções exercidas: em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi exercida pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9 – Entrega de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação a este exercício social.

8.10 – Outorga de ações: em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Nenhuma ação foi outorgada pela Companhia aos seus administradores nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação a este exercício social.

8.11 – Ações entregues: em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

A Companhia não entregou ações para administradores nos últimos três exercícios sociais.

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

Não aplicável, tendo em vista a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.13 – Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

	Exercício social findo em 31/12/2022			
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Granja Faria S.A.	14.869.885.626	75.904.221	0	14.945.789.847

8.14 – Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não patrocina plano de previdência em benefício de seus administradores.

8.15 – Remuneração mínima, máxima e média: em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	2	2	2	3	3	3	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2	2	2	3	2	2	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (R\$)	1.209.516,45	971.467,74	817.959,79	324.338,04	187.700,00	187.700,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (R\$)	418.459,47	461.292,83	251.611,64	37.573,65	37.462,83	32.548,44	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (R\$)	813.987,96	716.380,29	709.973,23	183.203,90	112.581,42	110.124,22	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	N/A
31/12/2021	N/A
31/12/2020	A menor remuneração reportada acima se deu em razão de o Diretor em questão ter ocupado o cargo pelo período de nove meses (abril a dezembro).

Conselho de Administração	
31/12/2022	N/A

31/12/2021	N/A
31/12/2020	N/A

Conselho Fiscal	
31/12/2022	O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado no referido exercício social.
31/12/2021	O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado no referido exercício social.
31/12/2020	O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado no referido exercício social.

8.16 – Mecanismos de indenização: descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 8.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

8.17 – Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Os percentuais abaixo referem-se à parcela da remuneração da administração destinada ao controlador indireto da Companhia, na qualidade de membro do Conselho de Administração. Conforme informado no item 8.1, tal membro não faz jus a pró-labore, apenas aos benefícios atribuídos ao cargo exercido.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Previsão para exercício social corrente (31/12/2023)	4,60%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2022	6,84%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2021	16,64%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2020	14,78%	0,00%

8.18 – Remuneração de funções que não a função que ocupam: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam. Adicionalmente, a Companhia não possui conselho fiscal instalado.

8.19 – Valores reconhecidos no resultado de outras sociedades: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não receberam nos três últimos exercícios sociais e não se prevê que recebam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9. Auditores

9.1 / 9.2 – Auditores independentes: em relação aos auditores independentes, indicar:

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1187-8
a. Nome	RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
b. CPF/CNPJ	16.549.480/0001-84
c1. Data de contratação dos serviços	07/11/2017
c2. Data de início da prestação dos serviços	07/11/2017
c3. Descrição dos serviços prestados	(i) Auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017; e (ii) elaboração do Laudo PPA (Alocação do Preço de Compra) – CPC 15/IFRS 3 referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021.
d1. Em caso de eventual substituição do auditor, informar a justificativa da substituição	Rodízio de auditores em preparação da Companhia para a abertura de capital, observando as melhores práticas de governança corporativa
d2. Eventuais razões apresentadas pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria	Não aplicável
Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados	Em razão dos serviços de auditoria prestados pela RSM Brasil Auditores Independentes, a Companhia efetuou o pagamento da importância de R\$ R\$53.330,18 durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
a. Nome	Nacional
b. CPF/CNPJ	KPMG Auditores Independentes
c1. Data de contratação dos serviços	29/11/2021
c2. Data de início da prestação dos serviços	29/11/2021
c3. Descrição dos serviços prestados	Auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e. Em relação aos serviços de auditoria das informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a reemissão foi realizada no âmbito do registro da Companhia como emissor de valores mobiliários perante a CVM.
d1. Em caso de eventual substituição do auditor, informar a justificativa da substituição	Não aplicável
d2. Eventuais razões apresentadas pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria	Não aplicável
Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados	Em razão dos serviços de auditoria prestados pela KPMG Auditores Independentes, a Companhia efetuou o pagamento da importância de R\$329.198,13 durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

9.3 – Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Item não aplicável, considerando que os auditores independentes não foram contratados para prestar serviços extra-auditoria.

9.4. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10. Recursos humanos

10.1 – Recursos humanos: descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

(a) Número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem: i. identidade autodeclarada de gênero, ii. identidade autodeclarada de cor ou raça, iii. faixa etária, e iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

31/12/2022

Hierarquia

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	21	89	0	0	0
Não-liderança	380	1.000	0	0	0
Total	401	1.089	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	82	2	26	0	0	0
Não-liderança	0	762	85	531	1	1	0
Total	0	844	87	557	1	1	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	19	82	9
Não-liderança	427	742	211
Total	446	824	220

Localização geográfica

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Norte	77	207	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	17	64	0	0	0
Sudeste	155	506	0	0	0
Sul	152	312	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
Total	401	1.089	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	62	8	214	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0

Centro-Oeste	0	29	3	48	1	0	0
Sudeste	0	353	67	241	0	-	0
Sul	0	400	9	54	0	1	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	844	87	557	1	1	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	125	149	10
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	19	42	20
Sudeste	149	392	120
Sul	153	241	70
Exterior	0	0	0
Total	446	824	220

Para inclusão dos números deste item 10.1, a Companhia utilizou sua base de dados, a qual é atualizada regularmente no momento da contratação de cada colaborador.

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Atividade	31/12/2022				
	Localização Geográfica:	Localização Geográfica:	Localização Geográfica:	Localização Geográfica:	Total

Não aplicável	0	0	0	0	0
Não aplicável	0	0	0	0	0
Não aplicável	0	0	0	0	0
Não aplicável	0	0	0	0	0
Não aplicável	0	0	0	0	0
Não aplicável	0	0	0	0	0
Não aplicável	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

(c) Índice de rotatividade

31/12/2022
53%

10.2 – Alterações relevantes: comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 – Remuneração: descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Ainda, a Companhia adota política de remuneração variável para seus empregados, abrangendo suas Gerências Executivas, Gerências Corporativas, Gerências de Unidades, Coordenadores Corporativos e Supervisores de Unidades. O pagamento da remuneração variável pode ser feito com bases de até 2 a 10 salários, a depender do cargo ocupado pelo empregado, e está condicionado ao atingimento da meta de EBITDA previsto pela administração para cada unidade.

(b) Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, unidade de atuação e convenção local, bem como de acordo com a legislação aplicável, tais como plano de saúde, vale refeição, vale alimentação ou refeitório no local, vale transporte ou transporte fornecido pela Companhia.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações nos últimos três exercícios sociais.

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia, conforme reconhecido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, é de 24,97.

10.4 – Sindicatos: descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia mantém bom relacionamento com os sindicatos dos quais seus funcionários e de suas controladas são afiliados. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente não houve quaisquer tipos de conflitos, greves ou paralizações nas atividades da Companhia e de suas controladas.

10.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações Adicionais ao item 10.1:

A Companhia atualmente está em fase de implementação de sua área de compliance, riscos e controles internos, bem como da área de auditoria interna, as quais não possuem membros atualmente, as quais somente serão colocadas em funcionamento após a eventual e precificação do IPO da Companhia, quando tais áreas estarão plenamente constituídas com funcionários alocados e em funcionamento.

11. Transações com partes relacionadas

11.1 - Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Atualmente, a Companhia não adota política formal específica e aplicável a transações com partes relacionadas, seguindo os critérios previstos no seu Estatuto Social, conforme descrito abaixo. Para informações sobre a “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse” da Companhia, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 6 de março de 2023 e cuja vigência está condicionada à precificação do IPO da Companhia, ver item 11.3 deste Formulário de Referência.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração aprovar operação ou conjunto de operações relacionadas celebradas entre a Companhia ou suas controladas e as suas respectivas partes relacionadas, quando os seus valores superarem R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se tais transações forem realizadas entre a Companhia e as subsidiárias integralmente por ela detidas (direta ou indiretamente), ou operações envolvendo tais subsidiárias entre si, independentemente dos valores envolvidos em tais operações.

Ainda nos termos do Estatuto Social da Companhia, nas deliberações sobre transações com partes relacionadas, os membros do Conselho de Administração deverão se abster de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). As demais transações com partes relacionadas são aprovadas pela Diretoria, competindo ao Diretor Financeiro coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia.

No mesmo sentido, o artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações proíbe a todos os administradores intervirem em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, a natureza e extensão do seu interesse.

Por fim, o Estatuto Social da Companhia estabelece, em linha com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, que compete à Assembleia Geral deliberar sobre a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

11.2 - Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente

Parte relacionada	Data da transação	Montante envolvido no negócio (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir (Reais)	Duração	Taxa de juros cobrados, se aplicável
Terrus S.A.	31/12/2022	24.919.000,00	0,00	24.919.000,00	Indeterminado	N.A.
Relação da parte relacionada com o emissor	Sociedade sob controle comum					
Objeto do contrato	Venda, pelas sociedades controladas pela Companhia, produtoras de fertilizante organomineral, do referido produto (composto orgânico granel e fertilizante orgânico composto classe A) para as unidades produtoras de soja e milho mantidas pelo Produtor Rural, o qual é membro do Conselho de Administração e controlador da Companhia, e pela empresa Terrus S.A., também controlada pelo acionista da Companhia. As condições das vendas variam de acordo com volume de compra, logística para entrega do produto e época da produção. Em 31 de dezembro de 2022, não havia saldo a receber em aberto referente à venda de fertilizantes com partes relacionadas, sendo que o "Montante envolvido no negócio" refere-se à receita originada com a venda de fertilizantes durante o referido exercício social.					
Se o emissor é credor ou devedor	Credor					
Especificar	Não aplicável					
Garantia e seguros relacionados	Não aplicável					
Condições de rescisão ou extinção	Não aplicável. A compra e venda ocorre sob demanda.					
Natureza e razões para a operação	Compra e venda de fertilizantes.					

Parte relacionada	Data da transação	Montante envolvido no negócio (Reais)	Saldo existente	Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for	Duração	Taxa de juros cobrados, se aplicável
--------------------------	--------------------------	--	------------------------	---	----------------	---

				possível aferir (Reais)		
Ricardo Faria	31/12/2022	31.494.000,00	31.494.000,00	9.510.000,00	Indeterminado	N.A.
Relação da parte relacionada com o emissor	Acionista controlador indireto					
Objeto do contrato	<p>Adiantamento a fornecedores, feito no âmbito da operação de integração que a Granja Faria possui com Ricardo Faria enquanto produtor rural. Nesse contexto, a Companhia antecipa o valor necessário para a aquisição de insumos para a produção e, em contrapartida, o produtor rural fornece os produtos que a Companhia irá comercializar. A Companhia (integradora) é a responsável por fornecer ração, medicamentos, pintos de um dia, dentre outros insumos. Por outro lado, o acionista é responsável por produzir os ovos em observância às normas de bem-estar animal, sanidade e biossegurança, além de ser responsável por arcar com manutenção e toda a infraestrutura necessária para a produção, incluindo custos com mão de obra, energia elétrica, água e mecanismos para aquecimento de aves.</p> <p>No âmbito da mesma transação, há também custos incorridos pela Companhia no montante de R\$ 12.928.000,00 (indicado na nota explicativa 21 (b) como "Custos com Integração").</p>					
Se o emissor é credor ou devedor	Credor					
Especificar	Não aplicável					
Garantia e seguros relacionados	Não aplicável					
Condições de rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razões para a operação	Adiantamento a fornecedores.					

11.2 - Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente

(n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Compra e Venda de Fertilizantes

As relações de Compra e Venda de Fertilizantes são aprovadas pela Diretoria da Companhia, sem qualquer participação do acionista controlador, acionista dos veículos que contratam com a Companhia.

Adiantamento a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são aprovados pela Diretoria da Companhia, sem qualquer participação do acionista controlador.

(o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Compra e Venda de Fertilizantes

Os valores dos fertilizantes organominerais oferecidos pelas sociedades controladas pela Companhia são negociados, independentemente de a parte envolvida na transação ser relacionada ou não. Dessa forma, as operações são realizadas em condições de mercado, levando em consideração elementos como volume, logística e época de produção. Nesse contexto, a Companhia informa que as transações comerciais informadas nas demonstrações financeiras como realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes e não são comparáveis com transações realizadas com terceiros não são relacionadas especificamente à comercialização de fertilizantes pela Companhia e sim a outras transações comerciais (tais como, operação de integração com o Sr. Ricardo Faria e comercialização de ovos para processamento industrial). sendo certo que as transações de comercialização de fertilizantes são comparáveis com terceiros, conforme descrito neste item.

Abaixo, são demonstrados os valores praticados em 2022 com as partes relacionadas e com terceiros, para produtos semelhantes, ilustrando, assim, a comutatividade das condições praticadas com a Terrus:

Partes Relacionadas

Descrição	Qtde (em kg)	Valor	Preço médio
COMPOSTO ORGANICO GRANEL	17.878.140,00	R\$ 19.497.939,80	R\$ 1,09
FERTILIZANTE ORGANICO COMPOSTO CLASSE A – GRANEL	4.615.680,00	R\$ 5.420.846,00	R\$ 1,17
Total	22.493.820,00	R\$ 24.918.785,80	R\$ 1,11

Terceiros

Descrição	Qtde (em kg)	Valor	Preço médio
COMPOSTO ORGANICO GRANEL	5.723.090,00	R\$ 6.501.901,50	R\$ 1,14
FERTILIZANTE ORGANICO COMPOSTO CLASSE A - BAG 1000KG	124.000,00	R\$ 169.640,00	R\$ 1,37
FERTILIZANTE ORGANICO COMPOSTO CLASSE A - BAG 800KG	1.220.800,00	R\$ 1.280.533,12	R\$ 1,05
FERTILIZANTE ORGANICO COMPOSTO CLASSE A - GRANEL	1.984.060,00	R\$ 2.248.595,68	R\$ 1,13
FERTILIZANTE ORGANICO COMPOSTO CLASSE A - SACO 50KG	456.550,00	R\$ 574.985,00	R\$ 1,26
FERTILIZANTE ORGANICO NPK 0,5-10-0,5	9.882.943,00	R\$ 9.882.943,00	R\$ 1,00
Total	19.391.443,00	R\$ 20.658.598,30	R\$ 1,07

Adicionalmente, as contratações são realizadas sob demanda de safra, de modo a assegurar que não haja dependência ou exclusividade no fornecimento de tais produtos. Isto é, ambas as partes também contratam com outros players do mercado – a depender da extensão necessária dos produtos e dos valores oferecidos – para a compra e venda dos fertilizantes feita pelas partes relacionadas.

Adiantamento a Fornecedores

O adiantamento a fornecedores é realizado no âmbito das operações de integração existentes entre a Companhia e o acionista controlador, na qualidade de produtor rural pessoa física.

Os contratos de integração são regidos pela Lei nº 13.288/16, a qual define integração como relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração. Nos termos do artigo 3º da referida lei, “É princípio orientador da aplicação (...) que a relação de integração se caracterize pela conjugação de recursos e esforços e pela **distribuição justa** dos resultados”. Dessa forma, é obrigatório, por lei, que o contrato de integração observe condições comutativas, com um pagamento compensatório adequado.

Especificamente em relação ao sistema de integração de granjas, a integradora garante padronização da produção e sanidade das aves (como fornecimento de vacinas); bem como assume os custos com as aves a serem alojadas, incluindo ração, medicamentos e assistência técnica com profissionais especializados, tais como agrônomos, veterinários, técnicos agropecuário, o que propicia maior eficiência produtiva e menor capital empregado. Já o integrado (produtor rural) é o responsável por criar as aves que irão produzir os ovos, realizar os investimentos para construção do aviário, para as manutenções e para toda infraestrutura necessária, bem como arcar com os custos com mão de obra, energia elétrica, água potável e lenha ou outro combustível para aquecimentos das aves. A criação das aves deve se dar de acordo com boas práticas de produção e as normas de bem-estar animal, sanidade e biossegurança. Essas regras são monitoradas pelas empresas integradoras, garantindo o acompanhamento do produto da granja à mesa do consumidor.

Para a integradora, a vantagem desta relação está na ausência de investimento em ativos imobilizados para a produção e na compra de ovos para revenda a valores mais atrativos. Para o integrado, está na garantia de escoamento da totalidade da sua produção, produção ininterrupta, maior facilidade ao crédito, monitoramento da produção por pessoal especializado da integradora e incorporação de inovações tecnológicas com a integradora.

Em nosso processo de produção, a Companhia é a integradora, e o Sr. Ricardo Faria é o integrado em operações de produção tanto de ovos férteis quanto de comerciais e as integrações abrangem a produção realizada nas unidades de Erval Velho, Congonhinhas, Nova Veneza e Maciambu, localizadas nos estados de Paraná e Santa Catarina, de propriedade do Produtor Rural. Para 2023, além dessas, também contaremos com mais uma unidade localizada em São João D’Aliança/GO para produção de ovos férteis.

Nesse contexto, a Companhia adianta valores ao Sr. Ricardo Faria para manutenção do processo de produção, sendo certo que tais valores são abatidos do montante devido pela Companhia ao integrado (em razão da aquisição dos ovos por ele produzidos). O valor adiantado é calculado considerando os custos de produção, os valores de mercado dos produtos *in natura*, o rendimento médio dos lotes, dentre outras variáveis, correspondendo exatamente ao valor necessário para financiamento e operacionalização das atividades do integrado, sem qualquer vantagem ou prejuízo para as partes envolvidas, representando, assim, um pagamento compensatório adequado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizava adiantamentos a fornecedores para terceiros integrados, haja vista que o Sr. Ricardo Faria criou o negócio desenvolvido pela Companhia, bem como possui um conhecimento profundo sobre as atividades da Companhia, sendo o único player capaz de oferecer serviços, volume e produção adequados exatamente ao modelo de funcionamento da Companhia na região de atuação necessária, conseguindo integrar de maneira bem-sucedida sua produção ao sistema de distribuição e comercialização da Companhia, não sendo, portanto, possível comparar os valores praticados entre a contratação com o Sr. Ricardo Faria com outros fornecedores. Não obstante, nos exercícios sociais de 2021 e 2020, a Companhia possuía saldo de adiantamento a fornecedores de insumos e maquinários, nos quais também não havia cobrança de juros.

Ainda, a referida relação de integração será descontinuada quando da ocorrência de uma oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia.

11.3 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia possui uma “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse” aprovada pelo seu Conselho de Administração em 06 de março de 2023 e cuja vigência está condicionada à precificação do IPO da Companhia.

Nos termos da Política, a Companhia, por meio de sua Diretoria e de seu Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que toda e qualquer Transação com Parte Relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios:

- (i) a transação deve estar em Condições de Mercado ao tempo de sua aprovação;
- (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e
- (iii) as condições da Política deverão ser integralmente observadas.

Para fins da Política, “Condições de Mercado” são aquelas em que, durante a negociação, observam-se os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros). A negociação entre Partes Relacionadas em condições de mercado significa que devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

Os acionistas da Companhia e o Pessoal Chave da Administração deverão informar a Diretoria Financeira da Companhia sobre quaisquer transações entre elas (ou os respectivos Membros Próximos da Família) e a Companhia de que tenham ciência.

Caso a transação informada, conforme acima, constitua de fato uma Transação com Parte Relacionada, de acordo com julgamento a ser realizado pela Diretoria Financeira da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos da Política.

A Diretoria Financeira deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da Política e na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Todas as Transações com Partes Relacionadas de valores até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pelo Diretor Financeiro.

Todas as Transações com Partes Relacionadas de valores entre R\$5.000.000,01 (cinco milhões e um centavo) até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria.

Todas as Transações com Partes Relacionadas de valores superiores a R\$20.000.000,01 (vinte milhões de reais e um centavo) deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Financeira deverá informar ao Conselho de Administração sobre Transações com Partes Relacionadas que envolvam a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes das demonstrações financeiras mais recentes, nos termos do artigo 122, X, da Lei das Sociedades por Ações, para que o Conselho de Administração convoque uma Assembleia Geral Extraordinária para aprovar referida transação.

Por fim, nos termos da Política, quando identificado potencial conflito de interesse, a pessoa envolvida no processo decisório deverá alegar-se impedida e abster-se de participar de uma determinada negociação, de forma a garantir o exclusivo interesse da Companhia.

Além disso, nas situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos da Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas.

O impedimento mencionado no item acima deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, com indicação da natureza e extensão do interesse conflitante, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso solicitado pelo órgão social que deliberar sobre a transação, tais pessoas impedidas poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

12. Capital social e valores mobiliários

12.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/05/2023	R\$ 238.661.407,73	N/A	14.945.789.847	0	14.945.789.847
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/05/2023	R\$ 238.661.407,73	N/A	14.945.789.847	0	14.945.789.847
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/05/2023	R\$ 238.661.407,73	N/A	14.945.789.847	0	14.945.789.847
Tipo de capital	Capital Autorizado				
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Quantidade/valor em R\$	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Capital Autorizado remanescente			
N/A	N/A	N/A	N/A

Quantidade/valor em R\$	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Títulos conversíveis em ações			
0	0	0	0
Descrição do título e das condições para conversão		N/A	

12.2 – Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiados no tocante a:

Não aplicável, considerando que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

12.3 – Descrever outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados

Valor mobiliário	Debêntures
a. Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de série única de 1ª emissão
b. Quantidade	200.000 (duzentas mil)
c. Valor nominal global (Reais)	R\$ 200.000.000,00
d. Data de emissão	14/12/2020
e. Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social	R\$ 201.397.000,00
f. Restrição a circulação	Sim
g. Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando:	Não
i. Condições	N/A
ii. Efeitos sobre o capital social	N/A
h. Possibilidade resgate, indicando:	Sim
i. Hipóteses de resgate	A Companhia pode, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com seu conseqüente cancelamento, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas, sem distinção, igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável.
ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate	O valor a ser pago pela Companhia a título de resgate antecipado deverá corresponder (i) ao valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da remuneração das debêntures, calculada pro rata temporis, desde a data de integralização das debêntures, ou a última data de pagamento de remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado, somado a (ii) eventual prêmio de resgate, caso exista, o qual não poderá ser negativo.
i. Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável:	
i. Vencimento, inclusive as condições de	As debêntures possuem vencimento em 14/12/2026 e podem ser declaradas vencidas de forma antecipada, dentre outros e sem

vencimento antecipado	prejuízo das hipóteses descritas no item “v” abaixo, caso haja redução do capital social ou a realização de mútuo a controladores da Companhia, exceto os casos autorizados na escritura de emissão. Ainda, os debenturistas poderão deliberar o vencimento antecipado das debêntures nas seguintes hipóteses, dentre outras, (i) alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia; e (ii) descumprimento, pela Companhia, dos índices de endividamento, conforme descrito no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.
ii. Juros	DI + 2,48% a.a.
iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto	Fiança
iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado	N/A
v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários, realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas	As debêntures podem ser declaradas vencidas antecipadamente caso a Companhia realize (i) a alienação ou constitua qualquer ônus sobre bem ou direito cujo valor individual seja superior a 30% do ativo não circulante da Companhia, salvo se os recursos obtidos com tal operação seja reinvestido na Companhia e não seja objeto de distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer provento a seus acionistas; (ii) qualquer forma de reorganização societária, salvo os casos expressamente previstos na escritura das debêntures.
vi. Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato	O agente fiduciário é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a qual faz jus a remuneração de R\$9.000,00 (nove mil reais) por ano pelos serviços prestados, acrescidos de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora em caso de trabalhos relacionados ao inadimplemento das debêntures, realização de assembleias ou de reestruturação das debêntures, observadas as disposições da escritura.
j. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações relativas às seguintes matérias só poderão ser aprovadas mediante aprovação de detentores de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação: (i) alteração da remuneração; (ii) alteração, renúncia ou substituição de qualquer da fiança ou qualquer eventual garantia que venha a ser prestada no âmbito das debêntures; (iii) repactuação das debêntures; (iv) alteração da data de vencimento; (v) alteração do cronograma de pagamento da remuneração; (vi) alteração do cronograma de pagamento da amortização das debêntures; (vii) alteração nos eventos de vencimento antecipado; e/ou (viii) alteração dos quóruns de deliberação em Assembleia Geral. As demais condições podem ser alteradas mediante aprovação de detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures.
k. Outras características relevantes	N/A

12.4 - Número de titulares de cada tipo de valor mobiliário descrito no item 12.3, conforme apurado no final do exercício anterior

Valor mobiliário	Número de Titulares
Debêntures	1

12.5 - Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Ações ordinárias de emissão da Companhia

A Companhia requereu sua listagem e a admissão à negociação de suas ações junto à B3 e, uma vez o pedido seja deferido, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento básico da B3 sob o ticker "EGGY3".

Debêntures

As debêntures da Companhia são admitidas a negociação por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado pela B3.

12.6 – Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 – Descrever títulos emitidos no exterior, quando relevantes, indicando, se aplicável

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos através da emissão da 1ª emissão de debêntures da Companhia foram destinados ao alongamento do passivo bancário da Companhia.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio.

12.9 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 12.

13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

13.1 – Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Edenilson Dorigoni**

Cargo do responsável Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Emílio Bruno Bastos**

Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados declaram que:

- a. reviram o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EDENILSON DORIGONI, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 2.566.607, expedida pela SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 057.937.609-54, com endereço comercial na Rodovia SC-390, sem número, KM 107, na cidade de Lauro Muller, CEP 88880-000, estado de Santa Catarina, na qualidade de Diretor Presidente da **GRANJA FARIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 81.616.807/0001-55, com sede na Rodovia SC-390, sem número, KM 107, na cidade de Lauro Muller, CEP 88880-000, estado de Santa Catarina, para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

EDENILSON DORIGONI

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EMÍLIO BRUNO BASTOS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº 29.415.873, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 194.914.498-42, com endereço comercial na Rodovia SC-390, sem número, KM 107, na cidade de Lauro Muller, CEP 88880-000, estado de Santa Catarina, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **GRANJA FARIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 81.616.807/0001-55, com sede na Rodovia SC-390, sem número, KM 107, na cidade de Lauro Muller, CEP 88880-000, estado de Santa Catarina, para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

EMÍLIO BRUNO BASTOS

Diretor de Relações com Investidores

13.2 - Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores devidamente assinada

Não aplicável.